



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA**

LEANDRO PATRICIO DA SILVA

“DE GUARARAPES VEIO TUDO”:

Representações da pernambucanidade no discurso dos políticos pernambucanos (1979-1986).

RECIFE / 2012



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA

LEANDRO PATRICIO DA SILVA

“DE GUARARAPES VEIO TUDO”:

Representações da pernambucanidade no discurso dos políticos pernambucanos (1979-1986).

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Orientadora: Profa. Dra. Vicentina Ramires

RECIFE / 2012

Ficha Catalográfica

S586g Silva, Leandro Patricio da
“De Guararapes veio tudo”: representações da
pernambucanidade no discurso dos políticos
pernambucanos,
1979-1986 / Leandro Patricio da Silva. -- Recife, 2012.
142 f. : il.

Orientador (a): Vicentina Maria Ramires Borba.
Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura
Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Departamento de História, Recife, 2012.
Referências.

1. Pernambuco – História 2. Pernambuco – Políticos
3. Identidade I. Borba, Vicentina Maria Ramires,

Orientadora

II. Título

CDD 981.34



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA

“DE GUARARAPES VEIO TUDO”:

Representações da pernambucanidade no discurso dos políticos pernambucanos (1979-1986).

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

LEANDRO PATRICIO DA SILVA

APROVADA EM 29/02/2012

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Vicentina Maria Ramires Borba
Orientadora – Programa de Pós-Graduação em História – UFRPE

Profª Drª Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida
Programa de Pós-Graduação em História – UFRPE

Profª Drª Isabel Cristina Martins Guillen
Programa de Pós-Graduação em História - UFPE

Ao meu tio José Afonso (*in memoriam*), último patriarca do nosso clã.

A todos aqueles, pernambucanos ou não, que tiveram suas vidas cartografadas, marcadas e demarcadas por condições como a de ser duplicado.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Severino e Lia que, com humildade e muita dignidade, me deram formação familiar e moral, me ensinando valores que levarei para toda a vida. Eles me possibilitaram ter, em todos os sentidos possíveis, aquilo que eles mesmos não tiveram oportunidade: uma longa formação escolar. Se hoje cheguei a concluir um curso de mestrado, isso é, fundamentalmente, graças a eles. A minha irmã Gleice, meu irmão Cris e, em especial, ao meu irmão Mita, que criou condições que permitiram com que parte da minha escrita fosse realizada na minha própria casa.

A minha esposa Elizandra que, com amor, carinho e dedicação sempre me incentivou nesta empreitada, esteve ao meu lado nas alegrias e nas angústias que acompanharam minha trajetória no mestrado, compreendeu meus momentos de confinamento para escrever, para pesquisar, fichar fontes, as periódicas acendidas de luzes durante várias madrugadas para fazer anotações, as restrições para sair nos momentos de pressão ocasionadas pelas leituras e, sobretudo, a repetição compulsiva do hino de Pernambuco, que hoje ela sabe de cór por tanto ter ouvido, e de La Califa, de Sara Brithiman, ao som dos quais escrevi esta dissertação.

A professora Vicentina, cuja presença na minha vida demonstrou que os “acidentes” muitas vezes são maravilhosos. A escolha dela, pelo próprio programa de pós-graduação em História, para ser minha orientadora, constituiu, sem dúvida, o que Spinoza chamou de “bons encontros”. Linguista, analista do discurso de alto quilate, professora, orientadora de pesquisa, de estágio em docência e uma verdadeira amiga, ela tem sempre as palavras certas para um coração aflito pelas exigências de uma pesquisa de mestrado. Atenção, compreensão, dedicação, carinho, doçura e lindeza, nas duas acepções que ela emprega essa palavra, são só algumas de suas características.

A professora Graça Ataíde, cujo calor humano, me permitiu vivenciar um novo significado da relação professor-aluno, horizontal, sem fronteiras hierárquicas, mas com muito respeito recíproco. Sem a sua erudição e as suas orientações sobre como articular dois campos distintos, os dos estudos discursivos e o da História, dificilmente eu conseguiria costurar os dois domínios nos quais este trabalho se inscreve e é por eles inscritos. Suas sugestões de leitura, seu acompanhamento, foram cruciais para ajudar na problematização da relação da História do período e dos discursos dos políticos e compreender a construção da verdade autoritária.

A Professora Isabel Guillen, a quem conheci primeiramente pelos seus brilhantes textos, historiadora e intelectual de alto quilate, aceitou prontamente meu pedido de ajuda na confecção deste trabalho, respeitando escrupulosamente os caminhos teóricos e metodológicos da minha pesquisa, lendo carinhosamente o que ainda era o seu esboço e dando sugestões fundamentais de reordenamento, de modificação, de leituras que, sem dúvida, tornaram mais consistente este trabalho.

As professoras Lúcia Falcão e Adriana Maria Paulo da Silva que aceitaram com carinho ler meu trabalho. Não poderia deixar de agradecer também, claro, a professora Fabiana Bruce, por quem tenho um carinho especial. Apesar de não poder ter estado mais presente durante o mestrado, foi ela que me iniciou na pesquisa científica, quem me orientou no final da graduação e leu minha monografia. Devo a ela ter entendido que parte do que meu TCC tratava podia ser ampliado para uma discussão um pouco mais profunda, como a de um trabalho de mestrado. Serei sempre grato.

A professora Giselda Brito, que despertou meu interesse pela categoria “discurso” e por ter me ensinado a “beber na fonte”. Ao professor Tiago Melo e suas discussões sobre estudos culturais, especialmente nossos sobre a cultura popular. A professora Ângela Grilo, que me iniciou na historiografia social da cultura regional. Para conseguir dar conta das leituras da sua disciplina, e das outras, mas em especial a dela, precisei entender que não podia desperdiçar nem um minutinho, nem mesmo os minutinhos que passava no banheiro. Leituras enriquecedoras e, no fundo, agradáveis.

As discussões e orientações de leitura de Thiago Nunes que, apesar de ter se tornado filho de outra casa na pós-graduação, não deixou de ajudar por telefone, pessoalmente, por recados, por e-mail. Francisco Oliveira, grande amigo desde a infância, também presente em cada etapa da dissertação. Os colegas de turma, pelos debates, discussões. Márcio, que ajudou dando sugestões importantes quando eu ainda ia submeter o projeto ao programa. Beti, André, o paloso, os irmãos turistas, Carlos e Alexandre, Welber Biu, Wilames, o Conde da Muribeca, o “sociólogo” Esdras, Marcelo, o policial particular do Galo da Madrugada. Agradeço a todos vocês.

A atenção de Noêmia que iluminou as possibilidades de um trabalho com o discurso dos políticos ao me informar uma gama de possibilidades de fontes do APEJE. Ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura. A professora Suely Almeida e Ana Nascimento. A atenção de Alexsandra. À CAPES, sem a ajuda da qual, com a concessão da bolsa de mestrado, este trabalho seria, sem dúvida, mais difícil.

A Associação dos Trapeiros de Emaús, que, de certo modo, inspirou este trabalho sobre a identidade pernambucana, ao me colocar, como seu representante, em contato com diversas pessoas do Brasil e de outros países, algumas das quais, que achavam que eu deveria saber dançar/cantar frevo e maracatu por ser pernambucano. Agradeço em especial a sua diretoria, da qual atualmente faço parte, que compreendeu minha necessidade de ausentar-se e desenvolver apenas tímidos e pontuais trabalhos na Escola de Formação Profissional Luis Tenderini. A Luis Tenderini, Humberto, Amâncio, Alexsandro e, em especial, a Ronaldo, mais do que um simples amigo de trabalho, ele muitas vezes emprestou seus ouvidos para ouvir minhas especulações sobre os fatos históricos que envolviam minha pesquisa, além de sempre ter me incentivado a torcido pelo meu sucesso na academia.

Tio Zé, amado patriarca de nossa grande família, a quem também dedico esse trabalho, hoje na eternidade do passado em que viveu e nas nossas lembranças. Ele torceu por mim, me incentivou, me ajudou. Agradeço também a tia Teta, sua viúva, Klebson, o meu primo carnal, mas na verdade um irmão, o professor Elias que, desde o ensino médio, sempre me incentivou, acreditou e torceu pelas minhas conquistas na escola, na graduação e na pós-graduação. A todos vocês, muito obrigado!

“E eu não tenho pátria: tenho mátria. Eu quero fráttria”
Caetano Veloso.

RESUMO

Em fins dos anos 1970 e primeira metade dos anos 1980 ocorreram mudanças significativas no campo político e cultural da sociedade pernambucana que colocaram a identidade estadual em destaque, transformando em moda a afirmação orgulhosa dos seus valores sob o rótulo genérico de pernambucanidade. A percepção, por parte dos políticos, da ineficácia da SUDENE para resolver os problemas regionais, a crise econômica dos anos 1980 e seu agravamento em 1983 contribuiu para que as ações e os discursos governamentais dessem mais a atenção ao Estado do que a Região e transformassem o turismo na menina dos olhos para solucionar a crise. Isto, somado as expectativas e as repercussões da transformação de Olinda em Patrimônio Mundial pela UNESCO, em 1982 – o que atraiu a atenção do Brasil e do mundo para o Estado - e as ações das indústrias culturais na globalização crescente em que Pernambuco se envolvia, colaboraram ainda mais para aquecer o seu campo político e cultural. De vários segmentos sociais surgiam discursos empreendendo os usos mais diversos da pernambucanidade e, entre eles, os discursos dos políticos representantes desse Estado. Este trabalho tem como o objetivo o estudo das representações da identidade pernambucana no discurso dos políticos do Estado, com um destaque especial para os governadores e deputados estaduais, do período compreendido entre 1979 e 1986. Para tal empreitada utilizamos documentos oficiais, como o Diário Oficial do Estado e os Anais da Assembléia Legislativa, e não oficiais, como os periódicos Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio. Os estudos de História Cultural foram complementados pelos Estudos Críticos do Discurso, numa abordagem tridimensional, o que nos possibilitou uma compreensão mais enriquecedora desse passado recente da nossa história. Nele, pudemos perceber como certos referenciais identitários do Estado, usados pelos políticos, tais como a “bravura” e o “patriotismo” – considerados tão importantes na Ditadura Civil-Militar no Brasil - e o argumento segundo o qual a “nação teria um débito com Pernambuco”, pelo fato de “os seus filhos” terem expulsado os holandeses “invasores”, eram utilizadas como forma de barganha no diálogo com o poder central. A visibilidade que passou a ser dada as “Batalhas dos Guararapes”, em comemorações e condecorações, tanto funcionavam como um mecanismo para “lembrar” a esse centro do poder os supostos feitos pernambucanos, como para buscar promover o assujeitamento dos pernambucanos, através de uma semântica de pressuposições segundo a qual os nascidos na terra eram “fiéis à tradição” histórica de “civismo” e “religiosidade”. O “ressentimento histórico” e o “orgulho” pernambucano também são elementos fomentados pelo discurso político para propiciar a aceitação dos seus projetos pelos pernambucanos pois, diante da redemocratização e abertura gradual, especialmente a partir das Diretas para governador em 1982, eles precisam agora da aceitação popular para se manter no poder. Na busca da análise e compreensão das práticas e discursos que nos tornam, ou tentam nos tornar, brasileiros, nordestinos e, em particular, pernambucanos, nosso trabalho demonstra que as representações da pernambucanidade no discurso dos políticos escamoteiam interesses de barganha, manipulação, dominação simbólica e abusos constantes de poder.

Palavras-Chave: Identidade, Pernambucanidade, Representações, Discursos.

ABSTRACT

In the late 1970s and first half of the 1980s there were significant changes in the political and cultural fields of the pernambucan society that placed the identity of Pernambuco in the spotlight, turning into a fashion the proud statement and of its values under the generic label “pernambucanidade”. The perception on the part of politicians, of the ineffectiveness of SUDENE to solve regional problems, the economic crisis of the 1980s and its increase in 1983 contributed to the government actions and speeches pay more attention to the State than the Region and transform tourism in the apple of the eye to resolve the crisis. This, plus the expectations and the impact of the transformation of Olinda in UNESCO World Heritage in 1982 - which attracted the attention of Brazil and the world for the State - and the actions of the cultural industries on the increasing globalization on what Pernambuco was involved, contributed even more to heat their political and cultural field. From various social segments discourses arose undertaking the various uses of “pernambucanidade” and among them, the speeches of the political representatives of this State. This work has as objective the study of the representations of the identity from Pernambuco in the political discourse of the State, with a particular focus on the governors and State legislators, from the period between 1979 and 1986. For this task we used official documents such as the Official State Journal and the Proceedings of the Legislative Assembly, and unofficial, as the newspapers *Diario de Pernambuco* and *Jornal do Comercio*. The studies of Cultural History were complemented by Critical Discourse Studies, on a three dimensional approach which enabled us to a richer understanding of this recent past of our history. In it, we could see how certain identity references of the State, used by politicians, such as "bravery" and "patriotism" - so important in Civil-Military Dictatorship in Brazil - and the argument that the "nation would have a debt to Pernambuco" because “their children” expelled the Dutch “invaders” were used as a bargaining chip in dialogue with the central power. The visibility now being given to the "Battle of Guararapes" in celebrations and decorations, both functioned as a mechanism to "remember" the center of power the alleged deeds made by the native people of Pernambuco, and to seek to promote the subjection of the people from Pernambuco, through a semantics of assumptions under which those born on that region were "faithful to the historic tradition" of "civility" and "religiosity." The "historical resentment" and "pride" of Pernambuco are also elements encouraged by the political speech to provide the acceptance for their projects by natives of Pernambuco because, in the face of gradual democratization and openness, especially from Direct Elections for governor in 1982, they now need popular acceptance to stay in power. In search of the analysis and understanding of practices and discourses that make us, or try to make us, Brazilians, Northeasterners, and in particular, Pernambucans, our work demonstrates that the representations of “pernambucanidade” in the politicians discourse conjure interests of bargaining, manipulation, symbolic domination and constant abuse of power.

Keywords: Identity, Pernambucanidade, Representations, Discourses.

LISTA DE SIGLAS

APEJE - Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
ABAV - Associação Brasileira de Agências de Viagens
AD – Análise do Discurso
ACD – Análise Crítica do Discurso
ALEPE – Assembléia Legislativa de Pernambuco
ASTA – Sociedade Americana de Agências de Viagens
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
CEBRADE - Centro Brasil Democrático
CEPE – Companhia Editora de Pernambuco
DP – Diário de Pernambuco
ECD – Estudos Críticos do Discurso
EMPETUR – Empresa de Turismo de Pernambuco
FD – Formação Discursiva
FMI – Fundo Monetário Internacional
FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco
FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
IAHGP- Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEPE – Instituto dos Economistas de Pernambuco
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
JC – Jornal do Commercio
MCP – Movimento de Cultura Popular
MPB – Música Popular Brasileira
MPP – Música Popular Pernambucana
OPA – Operação Pan-Americana
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP- Partido Popular
PDS – Partido Democrático Social
PIB – Produto Interno Bruto
RIAHGP – Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SINE – Sistema Nacional de Emprego

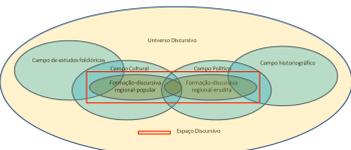
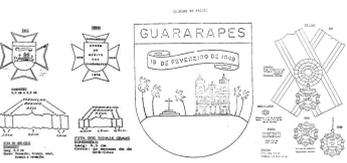
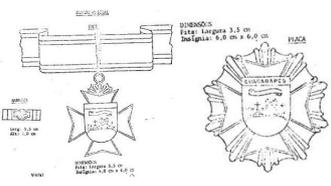
UFPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

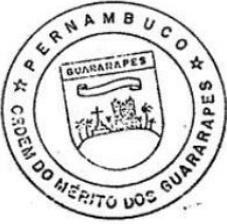
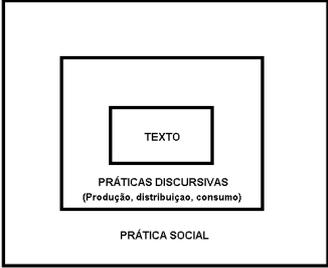
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia/Imagem	Fonte	Página
<p>Imagem – Capa</p> 	<p>Victor Meirelles. Batalha dos Guararapes, 1879. Óleo sobre tela, 494,5 x 923 cm. Rio de Janeiro, Museu Nacional de Belas Artes</p>	<p>Capa</p>
<p>Fotografia 1</p> <p>Moura Cavalcanti na Sudene alerta sobre disparidades</p>  <p><small>Corrente com as suas posições-luz o governador defende os interesses de Pernambuco</small></p>	<p>Diário Oficial, Caderno Executivo, 17/02/1979, capa. Governador Moura Cavalcanti na 224ª reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE.</p>	<p>55</p>
<p>Fotografia 2</p> <p>Interesses de Pernambuco e NE são defendidos por Marco Maciel</p>  <p><small>No plenário da Sudene, o Governador exerce sua experiência em defesa dos pleitos do Estado</small></p>	<p>Diário Oficial do Estado, Caderno Executivo, 28/07/1979, capa. Governador Marco Maciel em reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da SUDENE.</p>	<p>55</p>
<p>Fotografia 3</p> <p>Presidente diz na Sudene que jamais faltará aos nordestinos</p>  <p><small>o presidente Figueiredo quando fazia o seu pronunciamento</small></p>	<p>Diário Oficial do Estado, 30/06/1979, capa. Presidente Figueiredo na reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE. Ao lado esquerdo, o governador Marco Maciel.</p>	<p>56</p>
<p>Fotografia 4</p>  <p>Frevo Maracatu Ciranda</p> <p>A Partir De Hoje, Pernambuco Ganha Um Novo Ritmo.</p>	<p>Diário de Pernambuco, 15/12/1981, p. A-5. Baiana representando a chegada do Banco da Bahia, Baneb, em Pernambuco.</p>	<p>68</p>
<p>Fotografia 5</p> <p>Reverência onde a Pátria nasceu</p>	<p>Diário Oficial do Estado, 20/02/1979, capa. Comemoração de aniversário da 2ª Batalha dos Guararapes, nos Montes Guararapes.</p>	<p>97</p>

		
<p>Fotografia 6</p> 	<p>Diário de Pernambuco, 20/04/1981, p. A8. Comemoração de aniversário da 1ª Batalha dos Guararapes e Condecoração da Ordem do Mérito Guararapes, no Monte Guararapes.</p>	<p>97</p>
<p>Fotografia 7</p> 	<p>Diário de Pernambuco, 14/08/1981, p. A3. Condecoração do presidente da Venezuela Luiz Herrera Campins, no Palácio do Campo das Princesas.</p>	<p>106</p>
<p>Imagem 1</p> 	<p>Formações-discursivas regional-erudita e regional-popular. Ilustração gráfica da interação entre as formações discursivas e dos campos nas quais estão predominante e/ou parcialmente inscritas.</p>	<p>92</p>
<p>Imagem 2</p> 	<p>Diário Oficial do Estado, Caderno Executivo, 28/01/1978, p. 6. Medalha da Ordem do Mérito Guararapes e assessorios acompanhantes conforme o grau.</p>	<p>103</p>
<p>Imagem 3</p> 	<p>Diário Oficial do Estado, Caderno Executivo, 24/06/1978, p. 9. Insígnias do grau de Grande Oficial.</p>	<p>103</p>

<p>Imagem 4</p> 	<p>Diário Oficial do Estado, Caderno Executivo, 24/06/1978, p. 11. Selo da Ordem do Mérito dos Guararapes.</p>	<p>103</p>
<p>Imagem 5</p> 	<p>Concepção tridimensional discurso. FAIRCLOUGH, Normam. Discurso e mudança social. Editora Universidade de Brasília, 2001, p 101.</p>	<p>111</p>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. “UMA DAS PÁGINAS MAIS BELAS DA HISTÓRIA DO BRASIL”: A HISTÓRIA DA IDENTIDADE PERNAMBUCANA E A IDENTIDADE PERNAMBUCANA NA HISTÓRIA	22
1.1. A identidade em questão e a questão da identidade: a condição de ser duplicado e outras condições.....	22
1.2. “Cuidaremos de assegurar o lugar que a História de há muito reservou a Pernambuco”: historiografia, identidade, pernambucanidade.....	28
1.3. “A alma pernambucana, como semente e como fruto. Semente de brasilidade, lançada nos Montes Guararapes”: o mito-fundador da identidade pernambucana.....	36
1.4. “O sentido de regionalidade acima do de pernambucanidade”: o esmaecimento da identidade pernambucana.....	42
2. “QUANDO A PERNAMBUCANIDADE ESTÁ NA MODA, NO SENTIDO QUE LHE ATRIBUI GILBERTO FREYRE”: A EFERVESCÊNCIA EM TORNO DA IDENTIDADE PERNAMBUCANA NA PRIMEIRA METADE DOS ANOS 80	50
2.1. “Quando as peculiaridades nacionais enfatizam a situação de crise”: O Brasil e Pernambuco em fins dos anos 70 e primeira metade dos anos 80.....	50
2.2. “Somos herdeiros de uma tradição cultural marcante”: a efervescência em torno da identidade pernambucana.....	60
2.3. “Um marco de excepcional significação para a cultura pernambucana, com reflexos para a inteligência de todo o Nordeste”: uma história da pernambucanidade.....	76
2.4. “As muitas faces da pernambucanidade política”: entre a política cultural e a cultura política.....	85
3. “PERNAMBUCANIDADE NA SUA EXPRESSÃO REPRESENTATIVAMENTE POLÍTICA”: REPRESENTAÇÕES DA IDENTIDADE PERNAMBUCANA NO DISCURSO DOS POLÍTICOS	94
3.1. “Guararapes é mais do que símbolo; é apanágio da pernambucanidade”: o poder em cena nas comemorações/condecorações de Guararapes.....	94
3.2. “Quero que a minha primeira palavra seja uma profissão de fé nos destinos de minha terra”: o discurso dos políticos pernambucanos.....	106
3.3. “Pernambuco, símbolo do irredentismo mais idealista e exemplo de altivez”: representações da identidade pernambucana no discurso dos políticos.....	113
3.4. “O Nordeste quer ser igual às outras regiões do País, Igual, porque deu ao Brasil a condição de ser Nação. Porque ela aconteceu aqui”: usos e abusos na retórica da pernambucanidade.....	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132

INTRODUÇÃO

O que faz ser pernambucano? O que define Pernambuco? Que características ou traços comportamentais, históricos e socioculturais definem os habitantes dessa região? Além da inscrição num espaço específico das fronteiras nacionais, que outros elementos podem ser apontados como definidores de Pernambuco e dos pernambucanos? Quando, onde, como, por quem, para quem e por que os referenciais da chamada *pernambucanidade* foram e ainda são evocados em tantos discursos? Em que consistiu e, em certos casos, ainda consiste a tão propalada pernambucanidade?¹

As respostas a perguntas como essas podem ser múltiplas, considerando-se quem fala, como, por que, para quem, quando e de onde fala. Se tomássemos por perspectiva, por exemplo, a chamada cultura popular como principal fonte de identificação de uma nação ou região, como o faz a *formação discursiva nacional-popular*, tenderíamos a esboçar uma resposta na qual Pernambuco e os pernambucanos seriam definidos pelas práticas culturais populares como, por exemplo, as que fazem o Carnaval em Pernambuco: os frevos, os maracatus, os caboclinhos, a ciranda, entre outras.

Mas, para não incorrer na homogeneização que a noção de *formação discursiva* pode, à primeira vista, parecer dar, restaria ainda problematizar que sujeitos são identificados e/ou estão interessados em definir o estado e seus habitantes em torno das representações culturais populares e que lugares e momentos históricos lhe permitem emitir esse tipo específico de discurso identitário, para quem e com que interesses o produzem. Mesmo assim, a *formação discursiva nacional-popular* ainda estaria longe de ser a única perspectiva pela qual Pernambuco e os pernambucanos poderiam ser representados discursivamente.

Nossa preocupação com questões como essas é pelo fato de que não tomamos a identidade pernambucana aqui como uma realidade anterior e exterior às práticas que lhe deram dizibilidade e visibilidade, mas como uma fabricação histórica em constante construção/desconstrução, como uma invenção de práticas articuladas, produto de elaborações linguísticas, sociais, culturais, políticas. Tomamos a mesma no sentido em que salientou Albuquerque Junior (2008, p. 63) sobre as identidades regionais, como o produto de “elaborações poéticas, literárias, pictóricas, teatrais, cinematográficas, midiáticas,

¹ Algumas dessas questões já foram discutidas em nosso trabalho de conclusão de graduação em História. Cf. SILVA, Leandro Patricio da. **Entre a História e o Folclore**: representações imagético-discursivas da pernambucanidade. Monografia (Monografia de conclusão em História), DLCH, UFRPE, 2009.

escultóricas, icônicas, fotográficas, realizadas por aqueles que a tomam como o objeto e o objetivo de suas práticas”.

Foi, aliás, norteadora por uma compreensão como essa da identidade pernambucana que Maria Thereza Didier de Moraes (1997, In: REZENDE, 1997, p. 100), em um seminário com o tema “Resgate da Pernambucanidade”, organizado pela TGI Consultoria em Gestão, em 1996, observou que a pernambucanidade existe “enquanto criação simbólica, enquanto invenção, não no sentido de falsidade, mas no sentido de que esta invenção também é constituída num tempo e num espaço com interesses específicos”. E seguindo essa lógica de raciocínio, trilha de nosso trabalho, a *desconstrução* se apresenta, como defende Albuquerque Junior (2007, p.87), como a melhor maneira de se trabalhar a identidade numa perspectiva histórica.

E a desconstrução nos conduziu por caminhos que não enveredaram na defesa da *preservação* ou do *resgate* das supostas raízes da identidade pernambucana, mas por um percurso que buscasse compreender como foram delineadas as bordas, como foram cartografadas as fronteiras da nossa identidade, mas não enquanto brasileiros, enquanto nordestinos, mas enquanto pernambucanos. E seguir essas trilhas nos deixou atentos para o jogo do pertencimento e do não-pertencimento, para os dispositivos ou sistemas de classificação e de exclusão que constroem, fabricam, inventam identidades sociais, definindo e legitimando o “dentro” e o “fora”, o “nós” e o “eles”, o “nosso” e o “deles”, entre outras distinções.

Distinções muito comuns em nosso recorte histórico – final da segunda metade dos anos 1970 e primeira metade dos anos 1980 –, período em que, em Pernambuco, houve uma efervescência de discursos identitários em torno do estado e de seus habitantes. Em que políticos, empresários, intelectuais, jornalistas e sujeitos pertencentes a diversos segmentos sociais passaram a produzir, reproduzir e enfatizar em seus discursos elementos que distinguíssem Pernambuco e os pernambucanos dos outros estados e habitantes da região Nordeste e da Federação. Discursos em que a diluição de Pernambuco no rótulo homogeneizador de Nordeste parece não ser tão encantador como fora nos anos anteriores.

Na dispersão desses discursos *pernambucanizadores*, produtores de *pernambucanismos*, percebemos o agrupamento, de um lado, de discursos que definem Pernambuco e seus habitantes pelo que chamamos de cultura popular e, de outro, discursos que os caracterizam pelos traços psicossociais supostamente formados nos episódios históricos considerados importantes pelos poderes oficiais do estado. Embora algumas vezes antagônicos, algumas vezes complementares, algumas vezes se inscrevendo um no outro, esses dois “grupos” de

discurso (vamos chamá-los provisoriamente assim) se diferenciavam principalmente pelos referenciais que enfatizavam diante de perguntas metodológicas como: quem é como é Pernambuco? Quem são e como são os pernambucanos?

Parte significativa do “grupo” de discursos que visava caracterizar o estado e seus habitantes pelos traços psicossociais, supostamente nascidos nos episódios históricos importantes da região, se inscrevia ou se manifestava predominantemente no campo político. São nas colunas de política dos periódicos do Estado e nos documentos oficiais onde lemos essas construções polifônicas, sejam nas vozes de governadores, de deputados estaduais, de prefeitos de Recife e Olinda, entre outros. E são particularmente essas vozes que constituem o *corpus* da investigação deste trabalho, mais especificamente ainda as dos governadores e dos deputados estaduais, por estes estarem ou deverem estar, ao menos teoricamente, pela sua posição, menos condicionados pelo municipalismo.

Baseando-se em documentos oficiais e extra-oficiais – consultados, desde 2008, no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Acervo Histórico da Assembléia Legislativa de Pernambuco (ALEPE), Acervo Digital do Diário de Pernambuco, Acervo Digital do Diário Oficial do Estado e Acervo Digital da ALEPE – que compreendem o período histórico de 1979 a 1986, mas sem se limitar, de uma forma rígida, às fronteiras desse recorte, justificado, sobretudo, pelo fato de no mesmo ser perceptível um momento de efervescência em torno da identidade estadual –, nossa pesquisa abarcou várias fontes, entre as quais, o Diário Oficial do Estado, as Atas dos Anais da Assembléia Legislativa do Estado, os periódicos *Jornal do Commercio* e *Diário de Pernambuco* e obras do e sobre o período.

Os cadernos, executivo e legislativo, do *Diário Oficial*, por exemplo, nos possibilitaram perceber, entre outras coisas, as práticas sociais e, especialmente, as discursivas dos governadores, além de uma compreensão abrangente do momento histórico em questão pelo viés oficial, o qual confrontamos constantemente com outros documentos não-oficiais. A capa desse documento, em especial, é basicamente um noticiário sobre os “feitos do governo” na época, onde identificamos, entre outras coisas, longos trechos de discursos pronunciados pelos governadores e outros políticos em situações do dia-a-dia e em situações especiais, como inaugurações, comemorações cívicas, condecorações, entre outras solenidades em que o discurso identitário é evocado com maior frequência.

Os *Anais da Assembléia Legislativa do Estado*, através de suas atas, nos possibilitaram o contato direto com os discursos propriamente ditos dos deputados estaduais. Neles estão registradas as falas, as discussões, os debates, além de requerimentos, ofícios, propostas,

projetos, indicações e uma enorme gama de atividades realizadas por esses políticos no dia-a-dia e em dias considerados especiais. Era comum, por exemplo, que a Assembléia dedicasse sessões solenes especiais em datas de comemorações cívicas e, além das falas do dia-a-dia, é especialmente nesses momentos em que o discurso identitário se apresenta na sua forma, por assim dizer, mais completa, por ser a identidade pernambucana nessas situações praticamente o objeto de toda a cerimônia.

Apesar de conter os discursos dos políticos, à primeira vista esses documentos oficiais pareciam inviáveis, devido ao indiscutível número reduzido de seus leitores, mas a percepção de que eles registravam situações onde os políticos interagiam com o público, com outros políticos e com representantes do governo federal abriram novos horizontes. Para não se escravizar pela versão oficial e usar adequadamente esses documentos, as situações descritas por eles foram permanentemente confrontadas com *Periódicos* não oficiais. Esses *Periódicos* não oficiais, apesar de terem uma circulação maior do que os oficiais e não serem consumidos pela maioria dos pernambucanos, descreviam situações, sujeitos, valores, crenças, práticas, discursos, entre outras coisas, da realidade cotidiana do estado, especialmente de Recife Olinda sob o ponto de vista de vários colonistas.

Esses *Periódicos* foram de fundamental importância pela sua heterogeneidade discursiva, pois, apesar de nem tudo poder ser dito nele, por qualquer um, em qualquer coluna e a qualquer momento, devido a sua orientação política, lá estão contidas várias vozes sobre uma mesma e sobre múltiplas realidades. Especialmente as colunas de política, cultura e economia do Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio nos possibilitaram lançar um feixe de probabilidade, em termos de conhecimento histórico, sobre o período, através do cruzamento de informações, de versões, de perspectivas, de representações, sejam elas oficiais ou não, sobre fatos, experiências, sujeitos, valores. Cruzamento este, tanto referente à relação dos documentos com eles mesmos, como com relação a outros documentos utilizados na pesquisa.

Esses documentos, assim como todo e qualquer produto da ação humana, são permeados de *intencionalidades*, portanto a sua produção está ligada a interesses específicos. Como March Bloch (2001, p. 82) chamou a atenção, “os documentos não surgem aqui ou acolá por artes mágicas”, pois, assegura o autor, a sua presença ou a sua ausência “em determinado fundo de arquivo, em determinada biblioteca, em determinado terreno, dependem de causas humanas que de maneira alguma escapam a análise”. Por isso, entre outras coisas, não tomamos esses documentos como evidência ou prova do que seja e

nem os discursos neles presentes como verdade, mas como representações específicas distintas sobre uma mesma e/ou sobre múltiplas realidades.

Essa é, aliás, a postura corrente dos historiadores com relação à documentação e ao passado, pois, em História, estamos conscientes de nunca acessarmos o passado em si, mas um passado tal como ele foi inventado por sucessivas camadas de práticas e representações, às vezes concordantes, às vezes discordantes, mas que só reforçam a idéia, cada vez mais comum, de que a cada dia mais nós temos descoberto “o mundo como representação”². E pensar as realidades a partir da noção de representação é há algum tempo, aliás, lugar comum no campo historiográfico. Segundo Roger Chartier (2002, p. 27), a História Cultural precisa ser pensada “como a análise do trabalho de representação, isto é, das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceptuais próprias de um tempo ou de um espaço”.

Nosso trabalho, portanto, pode ser tomado como parte dos estudos sobre as representações coletivas ou sociais, tal como é formulada por Chartier (2002, p. 23). A noção de representação permite a articulação de três modalidades. Em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; em segundo lugar, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibindo uma maneira própria de estar no mundo, significando simbolicamente um estatuto e uma posição; e em terceiro lugar, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais as instâncias coletivas ou pessoas singulares marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade.

Como as representações coletivas passam, necessariamente, pela linguagem, pelas práticas discursivas, ampliamos nossa abordagem com a utilização de instrumentos e procedimentos de análise dos *Estudos Críticos do Discurso (ECD)*, numa perspectiva tridimensional, tal como proposta por Normam Fairclough (2001). O uso dos *ECD* não significa uma apropriação de métodos alheios, uma “metodofagia”, mas um reconhecimento de que a ampliação dos objetos de estudos da História, principal bandeira da *Escola dos Annales*, que foi herdada pela Nova História, nem sempre foi devidamente acompanhada da ampliação de abordagens que compreendessem adequadamente todos os novos objetos que entraram na ceara dos historiadores.

² “O Mundo como Representação” é, aliás, o título de um artigo famoso do historiador Roger Chartier (1991).

Além disso, a complexidade de determinados recortes ou objetos não devem ser reduzidos a apenas um campo de investigação e estar atento para essas coisas é reconhecer não só as possibilidades, mas também os limites de um campo de estudos. Alguns historiadores hoje ainda parecem ver com desconfiança trabalhos interdisciplinares³, especialmente os que se aproximam das ciências que estudam a linguagem, mas com desconfiança talvez deva ser vista essa postura que parece se assentar na crença de um “excesso de simplicidade” que os recortes ou objetos de estudo teriam para terem sua análise esgotada exclusivamente por uma disciplina, numa auto-suficiência do campo historiográfico para dar conta, sozinho, adequadamente de todos os seus objetos de estudo, mesmo sabendo que esses objetos se inscrevem em outras disciplinas, ou mesmo no medo de uma possível “perda da identidade” pela História.

Dividimos nosso trabalho em três capítulos. No primeiro deles, intitulado **“UMA DAS PÁGINAS MAIS BELAS DA HISTÓRIA DO BRASIL”**: A HISTÓRIA DA IDENTIDADE PERNAMBUCANA E A IDENTIDADE PERNAMBUCANA NA HISTÓRIA, discutimos os processos de desterritorialização global que colocaram as identidades no centro das discussões nas ciências sociais, o que possibilitou, por um lado, tanto o surgimento de abordagens desconstrutivas, como a deste trabalho, quanto a própria efervescência em torno da pernambucanidade nos 1980, discutida pelo mesmo. Em seguida, discutimos a relação da história com a identidade e, em especial, da história e historiografia local com a identidade pernambucana e como elas, herdeiras do imaginário nativista, inventaram a Restauração Pernambucana, transformando as Batalhas de Guararapes, no mito-fundador da identidade estadual. Concluímos esse capítulo com uma discussão sobre uma fase de esmaecimento, à qual os discursos sobre a identidade pernambucana passaram, como resultado do surgimento dos discursos sobre uma identidade nordestina, que diluíram as especificidades do Estado no novo recorte regional.

No segundo capítulo, intitulado **“QUANDO A PERNAMBUCANIDADE ESTÁ NA MODA, NO SENTIDO QUE LHE ATRIBUI GILBERTO FREYRE”**: A EFERVESCÊNCIA EM TORNO DA IDENTIDADE PERNAMBUCANA NA PRIMEIRA METADE DOS ANOS 80, discutimos a conjuntura do Brasil e do Estado na época que, entre outras coisas, foi marcado pela crise econômica, agravada em 1983, pelo aumento do endividamento externo, pelos comícios em prol das Diretas e da redemocratização do país,

³ Sobre isso Cf. BRITO, Giselda. SILVA, Giselda Brito. **História e lingüística**: algumas reflexões em torno das propostas que aproximam a História da Análise do Discurso. Saeculum (UFPB), Editora da UFPB, v. n. 11, p. 28-41, 2004.

pelas Diretas para governador em 1982, pela inserção, cada vez maior, do Estado no processo de globalização, pela transformação de Olinda em Patrimônio Mundial pela UNESCO, pelo crescimento do setor turístico, entre outros acontecimentos. Em seguida, discutimos como, em meio a crise, o Estado vivenciou um aquecimento nos campos político e cultural que culminou numa multiplicação compulsiva de discursos que punha a identidade pernambucana no centro das discussões, transformando-a numa moda, fomentando até mesmo uma reescrita da história do Estado. Concluimos esse capítulo com uma análise de como esses discursos identitários se agrupam em duas formações discursivas, que enfatizam referenciais distintos na representação de Pernambuco e do pernambucano.

No terceiro e último capítulo, intitulado **“PERNAMBUCANIDADE NA SUA EXPRESSÃO REPRESENTATIVAMENTE POLÍTICA”**: REPRESENTAÇÕES DA IDENTIDADE PERNAMBUCANA NO DISCURSO DOS POLÍTICOS, discutimos como os rituais solenes de efemérides das Batalhas dos Guararapes e condecorações da Ordem do Mérito Guararapes, onde a pernambucanidade era compulsivamente acionada em vários discursos, eram espaços de barganha e espaços onde se exercia o poder pela elite política do Estado. Em seguida, discutimos algumas especificidade dos discursos políticos e, em especial, dos políticos pernambucanos e como eles representavam Pernambuco e os pernambucanos, constituindo, através de adjetivações, metáforas, entre outros elementos, sua identidade. Concluimos esse capítulo com uma análise de como os usos dessa identidade, assim representada, constituía um abuso e como erigiam uma retórica que articulava interesses locais com os interesses do governo federal, além de tentar servir também como instrumento de ordenamento social no estado, visando promover o assujeitamento dos pernambucanos, a partir de uma semântica de pressuposições que os representava como fiéis às tradições do Estado.

Que referencias eram utilizados pelos políticos para representar o pernambucano? Por quê esses e não outros referenciais? Que interesses estão por trás dessas representações? Que relações esses discursos possuem com o momento histórico em que foram enunciados? Até que ponto esses discursos são produto e até que ponto são produtores desse momento histórico? O que há de continuidade e o que há de ruptura nessas representações da pernambucanidade? Talvez o melhor início deva passar por uma reflexão sobre a história e a historiografia do estado que, segundo muitos políticos, possui “uma das belas páginas da História do Brasil”.

PRIMEIRO CAPÍTULO

“UMA DAS PÁGINAS MAIS BELAS DA HISTÓRIA DO BRASIL”⁴: A HISTÓRIA DA IDENTIDADE PERNAMBUCANA E A IDENTIDADE PERNAMBUCANA NA HISTÓRIA.

1.1. A identidade em questão e a questão da identidade: a condição de ser duplicado e outras condições

Tertuliano Máximo Afonso, protagonista de um romance de José Saramago (2008), era um típico homem “moderno” metropolitano, afetado pelos excessos, pelo estresse e pelo desgaste na vida pessoal e profissional. Professor de História do ensino secundário, vivia sozinho e aborrecido ou, para falar com a exatidão clínica que Saramago julga interessante lembrar, “rendeu-se a temporal fraqueza de ânimo ordinariamente conhecida como depressão”(SARAMAGO, 2008, p.7). Esteve casado e não se lembra do que o levou ao matrimônio e, depois do divórcio, não queria nem saber dos motivos pelos quais se separou.

Apesar de tudo, Tertuliano Máximo Afonso, ao Máximo e ao Afonso, teve a sorte de não ter tido filhos, o que parece ter lhe poupado de outros problemas, juntando-se aos tantos e incontáveis que já tinha, quando os mesmos comesçassem a exigir-lhe o mundo numa bandeja de prata. O depressivo professor via a cadeira de História, a qual lecionava há muito tempo, como uma fadiga sem sentido e um começo sem fim. No fundo ele achava mesmo era que a História devia ser ensinada do presente para o passado e não o contrário como normalmente é feito nas escolas.

Embora claramente desagradado com a sua vida do jeito que andava - desejando até mesmo “trocar”, ter outra vida - suas experiências, suas escolhas, seus valores, sua história de vida, enfim, sua personalidade, não podia fazer dele outra coisa. E ser outra coisa ou, mais especificamente, outra pessoa, ter outra identidade, não era algo possível. Além disso, apesar de não gostar da vida que levava, Tertuliano Máximo Afonso não tinha dúvidas de que sua essência era única, que num mundo constituído por mais de sete bilhões de pessoas, ele, sua identidade, era singular.

De uma forma simples, o primeiro dos quatro dilemas apontados por Anthony Giddens (2002, p. 186), o da relação entre unificação e fragmentação do sujeito, parece ter sido resolvido por Tertuliano Máximo Afonso, pois, nas suas práticas, nas suas falas, é claramente

⁴ Fragmento do discurso do deputado Antônio Corrêia de Oliveira em comemoração ao quadringentésimo quadragésimo segundo aniversário da Carta de Foral. Cf. Anais da Assembléia Legislativa de Pernambuco - ALEPE, 12/03/1979, p.205.

possível inferir o que Stuart Hall (2005) chamou de “narrativa do eu”. A “narrativa do eu” nada mais é do que uma cômoda história que nós contamos sobre nós mesmos a partir da seleção dos fragmentos que consideramos importante em nossa vida, em um dado momento, e que julgamos importante narrar, unificando a narração em torno de um “eu” centrado, coerente, coeso, fixo (HALL, 2005, p. 13).

Por isso não é difícil supor que Tertuliano Máximo Afonso tivesse claramente uma concepção de sujeito, de identidade, calcada numa cosmovisão “sociológica”, filiada a tradição iluminista. O Iluminismo concebia a pessoa humana “como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo ‘centro’ consistia num núcleo interior”(HALL, p. 10). Acreditava-se que esse núcleo, discute Hall, emergia quando sujeito nascia e que ele se desenvolvia, permanecendo essencialmente o mesmo, ao longo da existência do indivíduo. O centro essencial do “eu” era considerado a identidade de uma pessoa.

Mas essa concepção iluminista de sujeito, de identidade, acabou sendo posteriormente ampliada para outra concepção, a do chamado “sujeito sociológico” ou da identidade sociológica. Nessa nova concepção passou-se a valorizar outros elementos no processo de constituição do “eu” e embora o sujeito continuasse sendo visto como tendo um núcleo ou essência, como na tradição iluminista, acreditava-se que ele era formado/modificado pela relação com “o outro”. A interação, nessa nova perspectiva, passa a ser tomada como a base da constituição da identidade.

Mas a segurança que essa concepção sociológica de identidade, fundada no iluminismo, parecia dar a Tertuliano Máximo Afonso foi abalada, depois do filme “Quem Porfia Mata Caça”, que ele assistiu graças à sugestão de seu colega de trabalho, professor de Matemática. O vídeo – seu colega advertiu – não era lá nenhuma obra-prima do cinema, mas o entreteu por mais da uma hora e meia que se supunha que o entreteria, mudando, na verdade, para sempre a sua vida. É que ao assistir o filme, Tertuliano Máximo Afonso se deparou com uma coisa surpreendente que jamais imaginaria ser possível acontecer em toda a sua vida até então: que ele era um homem duplicado.

Tertuliano Máximo Afonso vê no recepcionista do hotel, ator do filme, o seu sócia, um homem completamente idêntico a ele mesmo. “Um de nós é um erro”(SARAMAGO, 2008, p. 25), passou a pensar Tertuliano Máximo Afonso. O fato é que antes mesmo de ter chegado a alguma conclusão, ele deixou-se cair no sofá “e ali, com a cabeça apertada entre as mãos, os nervos exaustos, o estomago em ânsias, esforçou-se por arrumar os pensamentos” (SARAMAGO, 2008, p. 23), desenranchando-se do caos de emoções no qual se encontrava.

Mais tarde não lhe restaria mais dúvida, como ele presumira de início, de que não se tratava de ambos serem irmãos gêmeos, de clonagem ou de qualquer outra experiência de laboratório.

Embora Tertuliano Máximo Afonso entendesse, tal como discute Giddens (2002, p.75), que “o indivíduo apropria seu passado peneirando-o à luz do que antecipa como um futuro” e que, as decisões que toma, “os caminhos que percorre, a maneira como age, e a determinação de se manter firme a tudo isso, são fatores cruciais” para a identidade, como discute Zygmunt Bauman (2005, p. 17), elementos que poderiam ser acionados para diferenciá-lo do seu sócia, não lhe ocorria outro pensamento senão o de que a sua identidade estivesse sendo ameaçada. Ele ficou confuso, atordoado, aterrorizado. Afinal, pensava ele, é aceitável que muitas coisas no mundo possam se duplicar, mas os sujeitos, as características que o fazem ser quem é, sua identidade, mesmo que só fisicamente... Isso não.

A existência de um duplo ameaçava, punha em risco, quem ele verdadeiramente era. E se fossem descobertos? E se fossem confundidos? Um ser passado pelo outro, podendo fazer coisas que este jamais faria ou vice e versa? Quem acreditaria que fora um e não o outro quem fizera as tais coisas? Um dos dois só poderia ser um erro, era o que não parava de pensar o professor. Uma senha ou código dito secretamente a alguém talvez, então, ajudasse a preservar a verdade sobre quem era quem e foi o que Tertuliano Máximo Afonso fez, combinando com sua mãe um código para a sua identificação no caso de roubo ou mesmo de perda de sua identidade.

A condição de ser duplicado talvez fosse menos desesperante se Tertuliano Máximo Afonso entendesse, como Manuel Castells (2008, p. 22) e outros, que “para um indivíduo ou ator coletivo, pode haver identidades múltiplas”. Castells (2008, p. 25), por exemplo, entende a identidade como “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural ou um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras fontes de significado”. Mas a crença na identidade única do sujeito por Tertuliano Máximo Afonso era mais forte e não freou sua saga em busca de Daniel Santa-Clara, pseudônimo de Antônio Claro, seu sócia, culminando no encontro de ambos que, na ocasião levou-os a:

Olharam-se em silêncio, conscientes da total inutilidade de qualquer palavra que proferissem, presas de um sentimento confuso de humilhação e perda que arredava o assombro que seria a manifestação natural, como se a chocante conformidade de um tivesse roubado alguma coisa à identidade própria do outro (SARAMAGO, 2008, p. 193)

Aterrorizados, mas decididos a não mais se encontrar, o professor e seu sócia sequer desconfiavam que, a partir daí, o destino teceria para ambos uma história cruzada

inimaginável, especialmente porque, apesar de idênticos fisicamente, Tertuliano Máximo Afonso e Antônio Claro eram completamente diferentes um do outro. Diferentemente de Tertuliano Máximo Afonso, Antônio Claro parecia ser um homem egoísta, manipulador, cínico, capaz de coisas terríveis para realizar seus desejos mais absurdos, coisas que proporia mais tarde ao nosso professor de História.

A decisão inicial de não mais se encontrarem foi logo quebrada por Antônio Claro, que propôs a insanidade de deitar-se com Maria da Paz, noiva de Tertuliano Máximo Afonso, passando-se pelo mesmo. Apesar de contestar radicalmente, mas sentindo-se intimidado, Tertuliano Máximo Afonso parece não ter muita escolha. E é a partir daí que a trama começa a se complicar, pois Tertuliano Máximo Afonso decide se vingar, fazendo jus à Lei de Talião, tão conhecida dos seus estudos de História, deitando-se com Helena, a mulher de seu inimigo, que, como Maria da Paz, é outra inocente da história.

Mas o pior ainda estava por vir: um acidente de carro na estrada acaba matando Maria da Paz, e Antônio Claro, que, no momento do acidente, se passava pelo professor de História e, por isso, além da mulher, estava com as roupas, o carro e os documentos de Tertuliano Máximo Afonso. Os noticiários logo divulgaram o acidente e a morte de Tertuliano Máximo Afonso imediatamente se difundiu. Agora, para o mundo, Tertuliano Máximo Afonso, e não Antônio Claro, havia morrido.

Diante da desgraça, não restava muita alternativa ao “verdadeiro” Tertuliano Máximo Afonso – ao perder completa e definitivamente o seu “eu”, a sua antiga identidade, embora ainda tivesse o código para ser identificado por sua mãe – a deixar de ser ele mesmo e a assumir, de uma vez por todas, a identidade de Antônio Claro. Afinal, só se vive e só se morre uma vez. Morto Tertuliano Máximo Afonso, ele não poderia, mesmo que após algum tempo, morrer outra vez.

Ao precisar assumir outra identidade, Tertuliano Máximo Afonso, na verdade agora Antônio Claro, passou a ter certeza de uma coisa, a de que o sujeito não é um indivíduo totalmente centrado, unificado, que possui um ‘centro’, um núcleo interior coerente, coeso, fixo. Isso deve ter ficado mais evidente, para ele mesmo, quando recebe um telefonema de um homem com uma voz idêntica a sua querendo se encontrar. É nesse ponto que, ao perceber a possibilidade de que a história possa se repetir, o novo Antônio Claro troca de roupa, põe uma arma no bolso e sai para se encontrar com o misterioso homem.

Tertuliano Máximo Afonso, a julgar por aquilo que seriam o seu traço, o seu temperamento, o seu caráter, a sua personalidade, enfim, a sua identidade – supostamente o seu núcleo interior centrado, unificado, coerente, coeso, fixo – jamais agiria desta maneira

(pôr uma arma no bolso para ir a um encontro), e na verdade mesmo não agiu, pois estava morto. Mas, também, na verdade, não estamos falando mais de Tertuliano Máximo Afonso, o finado, coitado, e sim de Antônio Claro que, claro, é outro homem.

A história de Tertuliano Máximo Afonso é, também, a história dos homens duplicados, dos homens que perderam os referenciais, a ancoragem no mundo social. A obra de Saramago conta a história das identidades duplicadas, dos homens duplicados que perderam a identidade na liquidez do mundo globalizado. O sentimento de terror de Tertuliano Máximo Afonso, ao descobrir a existência de um duplo, bem que ilustraria o sentimento de alguns sujeitos em Pernambuco que, na primeira metade dos anos 1980, se deparam com uma situação também bastante singular: “o frevo duplicado”.

A possibilidade de que o frevo, considerado por muitos, entre outros, o principal referencial da identidade pernambucana, pudesse estar sendo apropriado pelos baianos e mesmo pelos cariocas, mas especialmente pelos primeiros, gerou, tal como o inusitado e aterrorizante encontro de Tertuliano Máximo Afonso com Antônio Claro, inúmeras reações, mas nenhuma delas foi a aceitação, a compreensão, o amor, ou sequer a amizade, mas a percepção de estar diante de uma verdadeira ameaça ao que Pernambuco e os pernambucanos supostamente eram na sua essência.

Mas a sensação de “perda da identidade” por Tertuliano Máximo Afonso, especialmente depois do acidente de carro, ilustra na verdade a sensação de perda dos referenciais que, na modernidade, davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social, pois é justamente para isso que as identidades (dos objetos, dos sujeitos, do mundo) parecem servir, para dar segurança, chão; para organizarmos o caos em nossa volta, para sabermos as coisas, as outras pessoas, o mundo, mas, sobretudo, nos sabermos enquanto diferentes, estabelecendo certa regularidade que, pondo ordem ao caos, torne mais ou menos controlável ou conhecível quem nós somos, quem são os outros, as coisas, o mundo, nos deixando confortáveis, seguros, ancorados para agir.

Foi essa sensação de perda dos referenciais, frente às mudanças, sobretudo do processo de globalização e os resultados que daí advieram que colocaram a identidade no centro das discussões. Claude Dubar (2006) argumenta que essas mudanças desestruturaram as formas anteriores de identificação dos indivíduos, fazendo com que as mesmas perdessem sua legitimidade, gerando uma situação generalizada de crise. Segundo o autor:

Mais precisamente, essa acepção da palavra crise remete à idéia de uma “ruptura de equilíbrio entre diversos componentes”. A exemplo das crises

econômicas, as crises identitárias podem ser pensadas como perturbações de relações relativamente estabilizadas entre elementos estruturantes da atividade (produção e consumo, investimentos e resultados etc.) (DUBAR, 2006, p. 20)

A partir daí, dessa crise identitária, as questões referentes às identidades passaram a ser extensamente discutidas no âmbito das ciências humanas e sociais, sendo norteadas, principalmente, pelo argumento de que as mesmas são construídas no interior de práticas, sobretudo discursivas. Nessa nova perspectiva elas passaram a ser concebidas, diferentemente de como eram na modernidade, como sendo ambivalentes, descentradas, deslocadas, fragmentadas, suspensas, líquidas, constituídas por processos híbridos e complexos.

Essas discussões se alastraram a tal ponto que um estudo pouco cuidadoso a respeito das condições que colocaram a identidade em questão poderia conduzir a falsa idéia de tratar-se exclusivamente de um modismo. Segundo Hall (2005, p. 69), desde os anos 70, tanto o alcance quanto o ritmo do processo de integração global aumentaram significativamente, acelerando fluxos e laços entre as diversas nações, fazendo emergir em todo lugar identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em transição, entre diferentes posições. Essas identidades, são produtos desses complicados cruzamentos e misturas culturais cada vez mais comuns num mundo globalizado e retiram seus recursos, simultaneamente, de diferentes tradições culturais, numa grande articulação entre o “global” e o “local”.

Para Hall (2005, p. 96), o fenômeno identitário das últimas décadas que tem sido descrito por diversos pesquisadores como “ressurgimento do nacionalismo”, assim como o surgimento de outras formas de particularismos que emergiram no final do século XX, diretamente ligado ao processo de globalização, constituiu uma virada bastante inesperada dos acontecimentos. Ao contrário do que se esperava – uma possível homogeneização da cultura global - a globalização levou a um fortalecimento das identidades locais e à produção e/ou a afirmação de novas identidades.

Obviamente a efervescência em torno da identidade pernambucana no início dos anos 1980 não pode ser excluída desse processo mais amplo, especialmente porque, entre outras coisas, as indústrias culturais já estavam consolidadas nesse período, transformando em bem de consumo as supostas singularidades de Pernambuco e do povo pernambucano. Mas também não seria uma hipótese plausível, supor que aqueles estiveram mais diretamente envolvidos com essa efervescência identitária possuíssem o nível consciência, hoje praticamente consensual, de que as identidades são construídas no interior de práticas, sobretudo discursivas.

Apesar de, a partir desse momento histórico, estar havendo a nível global, como aconteceu a Tertuliano Máximo Afonso e como defendem Hall (2005), Bauman (2005), Giddens (2002), Castells (2008) e outros, um processo mundial de “perda” ou declínio das chamadas velhas identidades – calcadas na herança iluminista e sociológica - e sua substituição pelas novas identidades – que seriam descentradas, fragmentadas, deslocadas, culminando na emergência do chamado “sujeito pós-moderno” - o fortalecimento, emergência ou ressurgimento da identidade pernambucana nesse período se dará nos “velhos moldes”, nos velhos paradigmas.

O ser pernambucano, nos discursos desses sujeitos, era, por exemplo, numa perspectiva, como tem discutido Albuquerque Junior em vários dos seus trabalhos sobre identidades regionais, de que a condição de nascimento ou de pertença era definidora da verdade interior, do segredo mais íntimo, de diferenças ontológicas dos pernambucanos em relação aqueles que não nasceram ou não pertencem a esse espaço, a essa região, que é o estado de Pernambuco. Essa é a perspectiva responsável, como muitos trabalhos tem demonstrado, pela fabricação, sustentação e dotação de sentido de uma identidade regional.

1.2. “Cuidaremos de assegurar o lugar que a História de há muito reservou a Pernambuco”⁵: historiografia, identidade, pernambucanidade.

A História, de um modo geral, sempre teve uma estreita relação com a identidade⁶. O próprio discurso histórico opera com a busca de unidade, com a identidade, com aquilo que já tem nome, encontrando muitas vezes a unidade onde está a dispersão, o território onde há desterritorialização (FOUCAULT, 2000). E durante muito tempo ela contribuiu para a formação das chamadas ‘velhas identidades’, pois no século XIX, a nação, a civilização e a revolução eram razões de História, fazendo com que o discurso historiográfico tivesse um objetivo estratégico, que era o de recuperar o passado nacional, o passado da civilização ou mesmo o passado que precisava ser revolucionado (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 57).

A historiografia pernambucana por exemplo, por muito tempo, especialmente aquela herdeira das tradições historiográficas do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico

⁵ Fragmento do discurso de posse proferido na Assembléia Legislativa por Marco Maciel, em 15/3/1979. Cf. Anais da ALEPE, 15/3/1979.

⁶ Aliás, atualmente, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs de História, a História contribui para a formação da identidade do cidadão. No mesmo podemos ler: “O ensino de História possui objetivos específicos, sendo um dos mais relevantes o que se relaciona com a noção de identidade. Assim, é primordial que o ensino de História estabeleça relações entre identidades individuais, sociais e coletivas, entre as quais as que se constituem como nacionais”. Cf. PCN de História, p. 26. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf>

Pernambucano - IAHGP, sempre esteve comprometida com a identidade estadual, através dos eventos que historiava, dos personagens que exaltava, das datas cívicas que lembrava. Justificar e reproduzir as práticas de comemoração parecia ser uma de suas principais funções.

Mas a partir de umas décadas para cá, movida pelas reflexões que se dão em torno do papel da linguagem, entre outras coisas, e notadamente depois da chamada virada linguística, nos anos 1960, a História tem se questionando sobre como se dá a produção de sentido em seu interior, tem se questionado enquanto *discurso*. Isso abalou sua ingenuidade em pensar que a linguagem apenas espelharia o objeto da experiência, que podia ser uma instância transparente a dizer as coisas tais como elas realmente seriam em si mesmas (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 21).

Segundo Roger Chartier, a História hoje, em especial a História Cultural, base deste nosso trabalho, toma as estruturas do mundo social não como um dado objetivo, mas como sendo, todas elas, historicamente produzidas pelas práticas articuladas, sejam elas políticas, sociais, discursivas, entre outras, fazendo delas e dos esquemas que a modelam o seu objeto (CHARTIER, 2002, p. 27). Por ter passado a valorizar mais os aspectos subjetivos subjacentes aos processos históricos, e o papel da linguagem nesses processos, a História passou a perceber melhor e se relacionar de uma maneira diferente com a identidade, assumindo uma tendência mais desconstrucionista do que construcionista do seu objeto.

Essa tendência tornou-se praticamente lugar-comum, fazendo da identidade um estratégico objeto de estudos da história. Os trabalhos sobre identidades regionais, por exemplo, independentemente do campo de estudos, tem cada vez mais seguido a tendência da desconstrução. Na historiografia corrente dita regional, ao invés de uma reprodução dos discursos que instituem e legitimam os recortes regionais, temos assistido a uma profunda desconstrução da região, onde as mesmas são desnaturalizadas e entendidas como produtos de práticas discursivas. É o caso, por exemplo, de *A invenção do Nordeste e outras artes*, de Durval Muniz de Albuquerque Junior (1999).

Nessa obra, produto de sua tese de doutorado, o autor procurou historiar, a partir de uma grande diversidade de fontes, os discursos que tomaram o Nordeste e os nordestinos como objeto e objetivo de sua comunicação, concluindo que os mesmos são produtos de uma invenção social e linguística, articulada com os interesses políticos locais, que remonta a primeira década do século XX.

Segundo Albuquerque Junior, a região Nordeste do Brasil, bem como qualquer região, é produto do encontro entre poder e linguagem e falar ou historiar a região “implica em reconhecer fronteiras, em fazer parte do jogo que define o dentro e o fora, implica em jogar o

jogo do pertencimento e do não pertencimento” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008). Para o autor, fazer história da região é cartografar o diagrama de poderes e as linhas de força sustentam, movimentam e dão sentido a um determinando recorte regional.

Na mesma linha de desconstrução da identidade regional, Alcebíades Costa Filho (2010), em sua tese de doutoramento em História, intitulada *A Geração de Crispim: um estudo sobre a constituição histórica da piauiensidade*, procurou analisar, a partir de livros, jornais e revistas que veicularam entre os intelectuais piauienses da segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX, a constituição e a consolidação dos discursos sobre uma identidade piauiense.

Mas essa abordagem desconstrutiva não é particularidade da historiografia. Em diversos campos das ciências sociais, onde os historiadores ‘não chegaram primeiro’, tem surgido trabalhos que buscam problematizar a construção e a legitimação das identidades regionais, e particularmente as estaduais, no Brasil. É o caso, por exemplo, de *Mitologia da Mineiridade*, de Maria Arminda do Nascimento Arruda (1990), da área de Sociologia, e a *Invenção da Baianidade*, de Agnes Mariano (2009), da área de Comunicação.

Baseando-se em relatos de viajantes e obras literárias de artistas e intelectuais mineiros, Arruda em sua *Mitologia da Mineiridade*, procurou traçar a gênese do processo de construção da identidade mineira, a partir da análise da fundação do que chama de ‘mito da mineiridade’. A autora buscou demonstrar como as obras destes artistas e intelectuais mineiros serviu de base para as práticas, sobretudo discursivas, dos políticos mineiros em vários momentos da história do país.

De modo semelhante, só que baseada no discurso midiático e nas letras das canções, Mariano em sua obra *A invenção da baianidade*, procurou analisar o processo de invenção da identidade baiana ou da ‘baianidade’, como se passou a ser conhecida. A autora identificou e caracterizou nas canções duas fases neste processo de fabricação, apontando os diversos usos políticos de cada uma destas representações. Uma que buscou representar a Bahia como a “boa terra”, desenhada principalmente por canções compostas entre os anos de 1918 e 1964, e outra, mais recente, que via e dizia a Bahia como a “terra do axé”, delineadas sobretudo em canções de 1965 a 2000⁷.

⁷ Tivemos contanto também com dissertações na mesma linha. É o caso, por exemplo, da dissertação de mestrado em sociologia de Margarida de Oliveira, destinada, entre outras coisas, a analisar a construção da “paraibanidade” na produção do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Cf. OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Intrepida ab origine**: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a construção da história local - 1905/1930. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Sociologia), Paraíba, UFPB, 1994.

Além de trabalhos completos, diversos artigos tem sido publicados tomando por objeto identidades regionais.⁸ Mas até o momento, entre os trabalhos completos, a obra de Albuquerque Junior parece se destacar no Brasil, ou ao menos na região. Sua qualidade, inclusive, pode levar, as vezes, os leitores a conclusão precipitada de que os discursos sobre as identidades estaduais foram suprimidos no período republicano ou que toda a elite nordestina sempre apreciou com gosto o enquadramento dos estados a que pertenciam no rótulo homogeneizador de Nordeste.

Em Pernambuco, o principal trabalho destinado a tratar de aspectos referentes a identidade estadual, é a obra *Rubro Veio: o imaginário da Restauração Pernambucana*, de Evaldo Cabral de Mello (2008). A obra discute a formação e a permanência do imaginário que se criou em torno da Restauração Pernambucana no período colonial e imperial, entre os séculos XVII e XVIII. Segundo o autor, o imaginário é fundado no discurso de que, pela empresa da restauração da possessão portuguesa do domínio batavo, levada a cabo pelos pernambucanos, a Coroa teria um débito com Pernambuco e a permanência desse imaginário se transformou na mola propulsora do nativismo pernambucano, marcando toda a história de Pernambuco, na política, na arte, na literatura, na historiografia, entre outros campos, especialmente nos eventos importantes como a Guerra dos Mascates em 1710, a Revolução de 1817 e a Confederação do Equador em 1824, entre outros. No que tange ao imaginário na restauração na historiografia local, precisamente a partir do IAHGP, Mello destaca que:

O culto da restauração monopolizou as atividades iniciais do instituto e o 27 de janeiro de 1654 foi declarado como civicamente inferior apenas ao 7 de setembro. Foi nestas circunstâncias que o instituto, com exceção efêmero Instituto Baiano de História, tornou-se a primeira instituição provincial a romper o monopólio, até então detido pelo seu congêneres da Corte, de ocupar-se de história do Brasil; e fazê-lo sob perspectiva regional de retificação da ótica centralizadora.(MELLO, 2008, p. 58)

Em outra obra, intitulada *A Ferida de Narciso*, o mesmo autor se debruça na análise dos fatos concretos, ocorridos entre o período colonial e imperial, que produziram, reproduziram e legitimaram esse imaginário. Nessa obra, Mello demonstra como esse imaginário foi sendo gradualmente alimentado ao longo da história por um conjunto de ressentimentos, de mágoas, de rancores, por uma sucessão de acordos e promessas feitas pela

⁸ Para citar alguns: MARINS, Paulo Cesar Garcez. **O parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v. 6/7. p. 9-36, 1999. IWATA, Nara Pinto. **A construção da imagem turística da orla marítima carioca**. IAPÉCHINO, Mari Noeli Kiehl e GOMES, Valéria Severina. **Texto/discurso fundador versus texto/discurso modificado: a representação da identidade pernambucana na linguagem publicitária**. Revista Encontros de Vista, v. 1, p. 1-20, 2008.

Coroa portuguesa, em reconhecimento aos ‘serviços prestados’ pelos pernambucanos na empresa da restauração, mas que não foram cumpridas pelos sucessores, ferindo assim a vaidade daqueles que, com orgulho, se consideravam os bravos herdeiros da Restauração.

Segundo o autor:

A capitania que se reputava, mais que qualquer outra, o prolongamento de Portugal no Novo Mundo, e que, como tal, vangloriava-se de haver resistido durante um quarto de século à dominação estrangeira, tinha de julgar-se credora de tratamento especial por parte da Coroa lusitana. Quando a expectativa frustrou-se, ela rejeitou a metrópole, tanto intensa quanto outrora a adesão que sentira. O ressentimento nativista impregnará doravante toda a história das nossas relações com Portugal e, feita a Independência, com o Império, envenenando duradouramente nossa capacidade de compreender as razões dos outros, e a dos outros, de entenderem as nossas (MELLO, 2001, p. 41).

Essa obra é também de significativa importância para compreender a mola propulsora dos discursos políticos sobre a identidade pernambucana em nosso período, pois o ressentimento histórico dos pernambucanos, ocultado na exaltação orgulhosa das glórias do passado, a que Mello se refere como “a ferida de Narciso”, se manifesta em grande parte dos discursos que analisamos. Seja em discursos pronunciados na Assembléia Legislativa, pelos deputados estaduais, seja pelos governadores, nas reuniões do Conselho Deliberativo da SUDENE, ou por ambos em discursos voltados para a ‘sociedade pernambucana’, entre outras situações, o ressentimento histórico é uma constante.

Embora claramente presumida, a permanência do imaginário da Restauração no período republicano não ocupou Mello. Falo-ia Aécio da Silva Amaral Júnior (2000), em sua dissertação de mestrado em Sociologia. Nessa dissertação, intitulada *O Cativo da Memória: o imaginário da pernambucanidade no discurso dos governadores*, Amaral Júnior procurou demonstrar, analisando discursos de governadores que exerceram mandatos entre 1983 e 1998, como a modernização da tradição, representada pela reprodução do imaginário da pernambucanidade no campo político, constitui um impeditivo ao desenvolvimento democrático em Pernambuco. Apesar da pouca contextualização histórica, o enfoque sociológico do trabalho de Amaral Junior é muito importante por concluir que essas práticas não contemplam a complexificação do social advinda dos reclames democráticos surgidos com a redemocratização.

Em 1996 a *Pesquisa Empresas & Empresários* da TGI Consultoria em Gestão organizou um seminário intitulado “Resgate da Pernambucanidade”. O Seminário, que contou com empresários e intelectuais conhecidos, tais como Manuel Correia de Andrade, Denis

Bernardes, Antônio Paulo Rezende, Maria Thereza Didier de Moraes, Antônio Jorge Siqueira, entre outros, culminou na obra *“Pernambucanidade: o desafio de renovar-se”*, organizada por Antonio Paulo Rezende (1997). A obra reúne os pronunciamentos desses intelectuais e empresários pernambucanos a respeito da proposta do Seminário, cuja conclusão é a de que, ao invés de ser “resgatada” – como pretendia os organizadores do Seminário e as empresas que achavam que a suposta estagnação econômica do estado estava ligada ao abandono dos ideais identitários - a pernambucanidade precisaria ser “renovada” e não apenas identificada com a elite, mas com o povo. Daí “o desafio de renovar-se”.

Mas a TGI não abandonou seus planos de utilização da identidade pernambucana, articulando-a com os interesses empresariais locais. Em 2006 lançou o livro *Pernambuco Afortunado: da Nova Lusitânia à Nova Economia*, de autoria de Carlos André Cavalcanti e Francisco Carneiro da Cunha, diretor da empresa. Apesar de a obra reconhecer a identidade como uma construção norteadada por dados interesses, reproduz o discurso segundo o qual Pernambuco teria uma “vocação histórica” para ser líder (bem no estilo do antigo Leão do Norte) ou, nas palavras do autores, “afortunado”. A obra traz informações motivacionais para os investidores que teriam se deixado levar pelo ‘mito’ de que nas últimas décadas Pernambuco teria estagnado.

Cada época faz os usos da identidade que julga adequados, por isso, como observou Castells, a construção de identidades deve ser situada historicamente. Além disso, a mesma, em seu processo constitutivo, vale-se da matéria-prima que é fornecida “pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso” (CASTELLS, 2008, p 23). Isso significa que, ao tentarmos compreender uma construção identitária, precisamos também estar atentos para os diversos elementos que são utilizados para a sua composição.

No caso da identidade pernambucana, é preciso atentar, entre outras coisas, que ela é um tipo de identidade cultural específica, uma identidade regional, pois se refere tanto ao pernambucano quanto a sua região, Pernambuco, não devendo isso ser tomado como apenas uma informação complementar de menos importância. Os interesses regionais sempre estão em jogo, portanto, falar da identidade pernambucana é, também, falar da região Pernambuco, históriá-la.

A identidade regional, entre outras coisas, é produto do insucesso do projeto da identidade nacional e, portanto, não pode ser pensada sem uma relação estreita com a idéia de nação e de identidade nacional. A idéia de identidade nacional, já é lugar-comum pensá-la

desse modo, não foi naturalmente gestada e incubada na experiência humana, não emergiu dessa experiência como um fato da vida auto-evidente. Essa idéia foi, afirma Bauman (2005, p. 27), forçada na vida de homens e mulheres modernos e chegou como uma ficção.

Segundo Albuquerque Junior (1996), “a nação que parecia ter uma história sem rupturas surge como um problema, diante das enormes dificuldades em que temos de falá-la e vê-la da mesma forma”. Por isso, continua o autor, as regiões, que pareciam demarcações superadas pelo processo de integração nacional, serviram cada vez mais de referência para a emissão de vozes discordantes, como as dos discursos regionalistas, expondo as fraturas do rosto da nação, mostrando os seus membros esartejados ao invés um corpo saudável e solidificado. Esses fatos, afirma o autor, evidenciam a fragilidade da nossa identidade nacional, e o esgarçamento do tecido da nação.

Como sintetizou Frederico de Castro Neves, prefaciando a obra do mesmo autor, “as identidades conectadas ao espaço parecem ter vida mais longa, pois são ancoradas em representações de uma natureza imutável, imóvel, permanente” (NEVES, in: ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p. 12) . Albuquerque Junior (1996, p. 57) define a região como sendo um espaço sob um dado comando, sob um dado domínio, como um espaço que é regido por alguém, que é governado por alguma força; define-o como a demarcação de um espaço sob controle, em que se exerce uma soberania, uma dominação, após uma vitória sobre um dado oponente. A região é, segundo ele, um espaço de luta, fruto de uma conquista cujas fronteiras nasceram da implantação de um governo, de uma dominação.

A construção de uma dada identidade regional passa, pois, segundo o autor, pela produção de subjetividades que a reconheçam e a incorporem não só como verdade e unidade externa ao ser, mas como aquilo que é a verdade e que dá unidade a esse ser e o sentimento de regionalidade passa a ser visto como elemento ontológico dos próprios sujeitos que nela habitam. Isso exige do historiador, defende Albuquerque Junior, que ele se questione sobre os conhecimentos ou saberes que lhe deram forma, que lhe deram identidade, “que a definiram, que a demarcaram, que lhe deram uma visibilidade e uma dizibilidade, que a nomearam, que a distinguiram, que a recortaram, que lhe deram rosto, características” (1996, p. 62).

Além das discussões de Albuquerque Junior, as reflexões de Castells também lançam luz sobre a compreensão de fenômenos identitários. Embora reconhecendo que diversas questões referentes às identidades não possam ser abordadas em linhas gerais, de forma abstrata – motivo pelo qual realiza um abrangente trabalho sobre as situações concretas de emergência identitária no contexto da globalização - Castells define três tipos de identidade

ou de manifestação identitária: a identidade legitimadora, a identidade de resistência e a identidade de projeto.

A primeira seria introduzida pelas instituições dominantes da sociedade com o objetivo de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais e estaria ligada, entre outras, ao nacionalismo. A segunda seria aquela criada por atores sociais que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica de dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade ou mesmo oposta a estes princípios. A terceira seria quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social (CASTELLS, 2008, p. 24).

A identidade legitimadora dá origem a uma sociedade civil, com suas organizações e instituições, bem como a uma série de atores sociais estruturados e organizados, que, embora às vezes de modo conflitante, reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural. A identidade de resistência, por sua vez, leva a formação de comunas ou comunidades. Ela dá origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão ou exclusão de natureza política, econômica ou social. A identidade de projeto produz sujeitos como é o caso, por exemplo, do feminismo e do seu projeto de uma sociedade e de um sujeito, cujas bases do seu pensar, sentir e agir, sejam em contraposição aos da família e da sociedade patriarcal.

Apesar de o autor reconhecer que, por exemplo, as identidades que começam como resistência podem acabar resultando em projeto, ou mesmo tornarem-se dominantes nas instituições da sociedade, transformando-se assim em identidades legitimadoras para racionalizar sua dominação, a categorização das identidades parece ser bem funcional do ponto de vista didático. Ainda assim, enquadrar a identidade pernambucana em uma dessas categorias não seria simples. Porém, apesar de temerária, a hipótese de que a efervescência em torno da identidade estadual nos anos 1980 apresentou características de uma identidade legitimadora, não deixa de ser plausível.

Legitimadora, pois os argumentos usados pela elite pernambucana, para legitimar a barganha no diálogo com o centro de poder e o mando local, em toda a história do nativismo pernambucano, desde o século XVII, acabaria por compor, mais tarde, sobretudo após a criação do IAHP, os discursos sobre uma “identidade pernambucana”. A partir daí, apoiando-se na retórica de ser herdeira das tradições instauradas pelos atores da Restauração

Pernambucana, notadamente das Batalhas de Guararapes, essa elite combinará ressentimento histórico e mito de fundação unindo-os num só discurso.

1.3 “A alma pernambucana, como semente e como fruto. Semente de brasilidade, lançada nos Montes Guararapes”⁹: o mito-fundador da identidade pernambucana

Em 22 abril de 1980, ao ser condecorado com a Ordem do Mérito dos Guararapes, pelo então governador do estado Marco Maciel, o famoso poeta João Cabral de Melo Neto expressou o que significava, no seu entender, o tão evocado episódio, conhecido pela historiografia como batalhas de Guararapes. Segundo ele, “existe nas batalhas dos Guararapes, a começar pela qualidade poética da palavra mesmo, algo do inefável, do indefinível, que tem o dom de transformar em símbolos, certos acontecimentos históricos, certos homens, certas coisas”, e no mesmo tom poético encerra sua imaginação do evento:

Guararapes foram batalhas travadas entre canaviais e coqueirais (e na época, de certo, também entre matas de cajueiro); ao pé deste extremo mais esfolado, quase agrestino ou sertanejo, das colinas semi-circulares que, de Olinda até aqui, fechavam a metade de prato, regado por cem rios, onde hoje se assenta a cidade do Recife; batalhas travadas frequentemente dentro de mangues, para onde era atraído o inimigo flamengo, dentro da terra ambígua dos mangues, essa terra que, como se diz no poema do pernambucano símbolo que foi Joaquim Cardoso, “é preta e morna”, mas “tem olhos e vê”; Guararapes foram batalhas em que tropas bivacaram na bagaceira de um engenho e se amoitaram entre partidos de cana; onde aparece um monte chamado Oitizeiros e a “abegoaria” de André Cavalcanti, palavra de que perdemos o uso, que um recifense de minha geração não terá dificuldade em imaginar como uma dessas simpáticas e acolhedoras vacarias que antes existiam nos arrabaldes da cidade do Recife.¹⁰

Embora o poeta explicasse, nas suas palavras, sua imaginação a respeito das batalhas de Guararapes e o significado deste episódio, não seria imprudente supor que expressasse também uma imaginação comum na época atribuído ao mesmo em muitos discursos, ao menos por boa parte das elites. Nilo Pereira - que acabou se transformando nesse período uma referência no tema “pernambucanidade”, depois de escrever uma obra de mesmo nome a pedido do governador Marco Maciel no início dos anos 1980, e também expressou, a seu modo, o sentido do episódio - era, por exemplo, bastante citado entre os políticos quando o assunto era a pernambucanidade.

⁹ Fragmento do discurso de posse do governador José Ramos. Cf. Diário Oficial do Estado, Caderno Executivo, 14/05/1982, p.1.

¹⁰ Diário Oficial do Estado, Caderno Executivo, 23/04/1980, capa.

Referindo-se a uma suposta mística do lugar onde teriam ocorrido as tais batalhas, Nilo Pereira (1983), dizia que lá “o silêncio é evocativo, traz mensagens longínquas, misteriosas. Na capela votiva, a lâmpada dá vida às figuras legendárias”. E imbuído da mesma emoção encerra sua descrição do lugar dizendo: “Ali se sente o chão estremecer debaixo dos nossos passos. Nos lugares sagrados até o ar é diferente. O vento sopra em gemidos distantes e em vozes de esperança e de vitória. Pernambuco imortal, imortal”(PEREIRA, 1983, p. 33). O papel do evento como fundador da nação e da nacionalidade é o que era mais especialmente posto em evidência.

Segundo Hall (2002, p. 50), o que chamamos de “nacional” é, entre outras coisas, um discurso, uma maneira de construir sentidos que influencia e organiza as ações e as concepções que as pessoas possuem de si mesmas, fornecendo elementos com os quais elas possam se identificar e, conseqüentemente, construindo identidades. Na mesma linha de raciocínio, Benedict Anderson (2008) defende que as “nações” são, na verdade, “comunidades imaginadas” cujas diferenças umas das outras residem justamente nas formas diferentes pelas quais elas são imaginadas, seja com relação a outras ou com relação a si mesmas.

Essa, por assim dizer, “imaginação” de uma nação, embora muitas vezes se apresente como homogênea, é produto de calorosos conflitos políticos entre diversos grupos, no interior da própria nação (ou ao menos do que se entende como sendo o seu “referente”), que tentam impor e consolidar os referenciais com os quais se identificam como legítimos referenciais da identidade nacional. Assim, entre as diversas maneiras de se “imaginar” a nação, a vencedora normalmente é aquela partilhada pelos grupos hegemônicos e, por extensão, acaba sendo também a da região onde eles estão estabelecidos dentro das fronteiras nacionais.

Esses conflitos, entre outras coisas, em torno das formas pelas quais a nação deve ser imaginada são muito representativos do Brasil. No meio deles, em Pernambuco, a partir do século XIX, muitos sujeitos parecem ter se preocupado em lançar as bases de um projeto de “imaginação da nação” que talvez pudéssemos chamar de a “versão pernambucana da identidade nacional”, com as estratégias representacionais apontadas por Hall (2002), necessárias à forja de uma nacionalidade: a “narrativa da nação”, a “ênfases nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade”, a “invenção de tradições”, a idéia de um “folk puro” e o “mito fundador”.

Todas essas estratégias elencadas por Hall são fundamentais para compreender a fábrica de uma nação, contudo, o mito fundador parece ser a aquela sem a qual as outras não funcionariam, não teriam elementos em que se apoiar. Para Mircea Eliade, o mito “conta uma

história sagrada; relata um acontecimento que teve lugar no tempo imemorial, o tempo fabuloso dos começos”. O mito conta “como uma realidade chegou à existência, quer seja a realidade total, o cosmos, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição”(ELIADE, *Apud*, GIRARDET, 1987, p. 13). Ou seja, o mito “funda” uma dada realidade.

Nessa perspectiva, podemos dizer que as chamadas “batalhas dos Guararapes” - batalhas consideradas decisivas no processo de vitória dos pernambucanos sobre os holandeses no século XVII, agrupadas dentro do que a historiografia local convencionou chamar tendenciosamente de “Restauração Pernambucana” - se transformaram mais tarde num verdadeiro mito-fundador da identidade pernambucana, apesar da pretensão, também *a posteriori*, de que elas fossem vistas como fundadoras da identidade do Brasil. A ênfase dada a este mito, como definidor da identidade pernambucana, marcou e demarcou muitos dos discursos proferidos por políticos e intelectuais pernambucanos ao longo da história.

Essa interpretação, aliás, já é consenso. Carlos André Cavalcanti e Francisco Carneiro da Cunha (2006, p. 47) salientaram que “Na história de Pernambuco, um dos momentos fundantes de sua identidade é o da Restauração Pernambucana (1645-1654)”. Segundo Lilia Moritz Schwarcz (1993, p. 121) o evento foi “transformado em uma espécie de mito de formação da identidade pernambucana, e suas personagens principais surgem unidas como heróis da terra”. Evaldo Cabral de Mello (2008, p. 15) salienta que “da experiência da ocupação estrangeira, derivara, por conseguinte, a singularidade da história pernambucana no conjunto da história brasileira”.

É preciso atentar para o fato de que a “Restauração Pernambucana”, antes de um acontecimento concreto, é uma invenção da elite local, consolidada pela historiografia do IAHGP. Izabel Andrade Marson (2009) demonstra como a dimensão política da historiografia determina o processo de classificação de certos fatos históricos. Dependendo dos interesses em jogo e dos sujeitos que a punham em evidência, a guerra civil pernambucana, por exemplo, “a Praiera”, podia ser tratada como “movimento”, “revolução”, “sedição” ou “revolta”. A pluralidade de termos, revela, segundo a autora a pluralidade de interesses que estavam como pano de fundo da classificação. Neste sentido, chamar de “restauração” um grupo de batalhas não é uma classificação inocente, neutra. Ela revela, já no seu próprio

nome, os interesses da elite local em demonstrar uma suposta “lealdade” dos pernambucanos ao poder central, do qual se busca uma atenção por meio de uma política de favores¹¹.

A transformação da restauração pernambucana e, mais especificamente das batalhas de Guararapes em mito, por serem consideradas o início da vitória que conduziu à restauração, levou, contudo, séculos para se consolidar e, segundo Mello, o imaginário que se criou em torno da mesma ao longo da história muito deve ao nativismo pernambucano que sempre se considerou herdeiro da restauração. O autor critica, inclusive, Oliveira Lima, por ter defendido a existência de certa ‘amnésia coletiva’ em torno do período de ocupação holandesa e de sua expulsão, mostrando que o evento nunca se apagou da memória coletiva.

Para Mello (2008, p. 25), a ‘amnésia coletiva’ inferida por Oliveira Lima é insustentável, por várias razões. Segundo ele, essa insustentabilidade é tanto em termos de cultura histórica strictu sensu, que empreendeu uma verdadeira glorificação literária em torno do episódio, ou da erudição local, seja em termos da tradição oral, que se alimentou nos monumentos e nos vestígios históricos da época, nas festividades que celebravam a restauração, no culto que marcou a recordação dos seus heróis, na iconografia que comemorou as vitórias sobre os invasores, nos troféus militares, na toponímia, sobretudo da cidade do Recife.

O local das batalhas dos Guararapes, por exemplo, nunca caiu no esquecimento. A Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, que surgiu a partir de uma capela erigida pelo general Francisco Barreto, nos montes Guararapes, no século XVIII, como fruto da tradição oral segundo a qual Nossa Senhora teria aparecido na primeira batalha dos Guararapes alimentavam o imaginário da restauração. Além disso, a festividade anual de comemoração do aniversário do episódio, promovida pela Câmara de Olinda, com um sermão e missa cantada na Sé, na presença de autoridades civis e eclesiásticas, indicam que o evento sempre foi lembrado.

Foram pintadas telas representando os heróis da restauração: Antonio Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Antônio Felipe Camarão e Henrique Dias. No século XVIII, por exemplo, a Câmara de Olinda possuía quadros dos restauradores. Também foram publicadas novelas, como Nossa Senhora dos Guararapes (1847) de Abreu e Castro. O escudo de armas do Estado, por exemplo, adotado em 1895, proposto pelo governador Barbosa Lima, também

¹¹ Mantemos o nome “restauração” por convenção, por não ser o foco do nosso trabalho desconstruí-la minuciosamente e por acreditar que o trabalho de Mello (2008) já esgota a análise dos interesses que optaram por essa classificação.

preferiu, ao invés das datas republicanas (1710, 1817, 1824 e 1889), a data da restauração, simbolizando a vitória sobre os invasores mediante uma imagem de fortim.

A Restauração, invocada inicialmente para justificar a reserva dos cargos públicos para os colonos da capitania ou para reivindicações de natureza fiscal, se transformou, já nos quinze anos consecutivos à restauração, no topos central do discurso nativista. Segundo Mello, pleiteando a reserva de cargos locais, “os oficiais da Câmara de Pernambuco e povos das capitanias do norte do Estado do Brasil”, há apenas cinco anos após o episódio, enviaram memorial a D. João IV, argumentando que “as custas de nosso sangue, vidas e despesas de nossas fazendas, pugnamos há mais de cinco anos por as libertar da possessão injusta do holandês”.

Segundo Mello, os ecos da restauração se estenderam por diversos outros episódios chamados genericamente de “rebeliões nativistas” na história de Pernambuco, como a guerra dos mascates, a revolução pernambucana de 1817, a Confederação do Equador de 1824, entre outras. Para mostrar esses ecos, o autor analisa o nativismo como fenômeno político e ideológico, principal motor, entre outras coisas, de discursos sobre uma suposta índole pernambucana gerada a partir da restauração de Pernambuco do domínio holandês, distinguindo três fases, correspondendo a dois períodos alternados de radicalização anti-lusitana.

A primeira fase iria da vitória sobre os holandeses (1654) até a derrota da chamada ‘nobreza da terra’ na guerra dos mascates e suas sequelas (cerca de 1715); a segunda, que teria se prolongado até os primeiros anos do século XIX, com o aparecimento dos sintomas que anunciam as chamadas ‘revoluções libertárias’, como por exemplo, a conspiração dos Suassunas em 1801; e a terceira, que teria se estendido até 1850, englobando a Revolução de 1817, o movimento de Goiana e as juntas provisórias (1821-1823), a Confederação do Equador (1824) e a rebelião praieira (1848-1849).

Esta última fase, segundo Mello, representou a definitiva integração da província na ordem imperial e o esgotamento do nativismo como força política, reduzido doravante a seu significado histórico, como indica a fundação do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) em 1862. A partir da criação do Instituto Arqueológico, para cuja fundação fora escolhida a data de 27 de janeiro, a comemoração passou a ser celebrada em sessão solene da entidade que, em vão, tentou obter do governo imperial que o dia fosse considerado feriado provincial, reivindicação que só foi atendida pela Constituição estadual de 1988.

Segundo Schwarcz (1993, p. 117), havia “quem se preocupasse com a necessidade de uma versão pernambucana dos acontecimentos cruciais da nossa história, evitando que ela fosse tratada sob critério estranho, no caso, imperial” e o IAHGP se encarregou de elaborar essa versão, e acabou por contribuir, ainda mais, para a transformação da restauração em mito. A autora conta que na primeira reunião solene do Instituto se sublinhavam duas funções primordiais do seu estabelecimento, que eram “de um lado, a recuperação da história da pátria; de outro, a comprovação da relevância da história pernambucana nos destinos do país”. Em suas palavras:

O IAHGP respondia, no fundo, às aspirações políticas e culturais da província pernambucana, que pretendia manter sua hegemonia ao menos no interior da região nordestina¹². Pernambuco, que até 1820 fora responsável por 50% da renda obtida com a exportação de açúcar e algodão, vivia, desde inícios do século XIX, um período de clara decadência econômica, motivada pela concorrência internacional e a consequente queda nos preços de seus grandes produtos de exportação. Essa situação tende a se sedimentar a partir de 1870, quando se verificam modificações fundamentais no equilíbrio inter-regional brasileiro. Não apenas os preços e incentivos diferenciados aos produtos agrícolas marcavam dissensões entre as duas partes do país, como também a política de imigração européia, favorecida no Sul e dificultada no Norte, apontava para o fenômeno denominado por Joaquim Nabuco como “os dois Brasis” (SCHWARCZ, 1993, p. 117).

O instituto era claramente fruto de uma elite rural tradicional decadente que, diante da insegurança da nova situação econômica, entre outras, desejava com seus romantismos culturais preservar o passado para se proteger do futuro. Schwarcz nos conta que, praticando sempre uma história patriótica e comemorativa, visível, sobretudo na revista do instituto (RIAHGP), no IAHGP, das moedas aos monumentos, epígrafes ou celebrações, a presença de Pernambuco estava sempre exposta com orgulho, surgindo exatamente daí a alcunha de Pernambuco como sendo “O Leão do Norte”.

Segundo Schwarcz do período de 1863 a 1930, os artigos destinados a tratar das questões locais representavam 83% do total de produção e sobre a invasão holandesa, por exemplo, foram publicados 64 artigos (51%), cuja interpretação é sempre semelhante: de um lado ‘o ignominioso julgo estrangeiro’ de outro, a heróica resposta do povo pernambucano ‘valente e patriota’. A religião e o patriotismo apareciam como elementos fundamentais na representação dos pernambucanos. “Atributos como valentia, abnegação e patriotismo passam a constituir adjetivações suficientes para a formação da identidade.”

¹² Todos os grifos, nas citações de autores ou nas falas de sujeitos da época a que corresponde esta pesquisa, são nossos.

Apesar da pretensão do instituto de dar maior visibilidade a Pernambuco e a sua história, sobretudo ao papel do episódio restaurador, já transformado em mito, havia, segundo Mello, uma divisão do trabalho historiográfico que fez, entre outras coisas, com que a versão pernambucana da história do Brasil e de sua identidade não desse tão certo, no sentido de ter tido uma maior apropriação nacional. É que cabia “aos historiadores provinciais, seus respectivos campos de investigação; aos do Rio, a concatenação dessas histórias setoriais, como os únicos autorizados a desvendar-lhes o sentido, que era o que realmente importava ao poder” (MELLO, 2008, p. 57).

E o poder, na época imperial, conhecia muito bem e parecia não ver com bons olhos a história de Pernambuco e suas utilizações políticas pela elite local, sobretudo a respeito do que supostamente Pernambuco mereceria por ter protagonizado o episódio restaurador. Pois a exaltação das glórias do passado foram também os motores de movimentos separatistas e libertários. “A revolução de 1817, por exemplo, proclamou-a como a ‘segunda restauração de Pernambuco’”. O mesmo acontecerá com a Confederação do Equador tida como “a época da 3ª restauração de Pernambuco”.

Mello nos informa que D. Pedro II chegou a se queixar da “ignorância que encontro em geral nos pernambucanos, da história gloriosa de sua província nessa época” (2008, p. 27). Seja como for, o episódio restaurador ou de Guararapes, mito-fundador da identidade pernambucana, apesar de não ter conseguido o reconhecimento que os interesses que o punham em evidência aspiravam, acabou marcando praticamente todos os acontecimentos históricos de Pernambuco, enquanto capitania, província e estado, de modo a permitir afirmações como as de José Ramos, na época em que era governador do Estado, segundo a qual, “A alma pernambucana, como semente e como fruto” é “Semente de brasilidade, lançada nos Montes Guararapes”¹³

1.4 “O sentido de regionalidade acima do de pernambucanidade”¹⁴: o esmaecimento da identidade pernambucana.

A expressão ou rótulo “pernambucanidade”, entendida como sinônimo de “identidade pernambucana” e como algo que deveria ser valorizado, posto em evidência, exaltado com

¹³ Fragmento do discurso de posse do governador José Ramos. Cf. Diário Oficial do Estado, Caderno Executivo, 14/05/1982, p.1.

¹⁴ Fragmento da fala de Gilberto Freyre no Manifesto Regionalista, onde o mesmo propõe a aceitação da existência de um Nordeste brasileiro. Cf. FREYRE, Gilberto. **Manifesto regionalista**. 7ª. ed. Recife, FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996.

orgulho, foi bastante veiculada durante a exibição de um programa de televisão de mesmo nome apresentado por Marcílio Lisboa a partir da década de 1990, e que teve lugar em várias emissoras de rádio e televisão, incluindo a rede Globo¹⁵.

Lisboa afirmava ter se inspirado na obra “Pernambucanidade” do escritor Nilo Pereira para levar a cabo seu projeto de valorização da identidade pernambucana a partir do que chamava, de modo semelhante à música popular brasileira (MPB), de música popular pernambucana (MPP). Contudo, essa compreensão da identidade pernambucana, articulada discursivamente sob rótulo de pernambucanidade, sobretudo como algo que não só devia ser valorizado, mas difundido aos quatro cantos do país, não parece ter sido muito comum num período anterior ao final dos anos 1970 e início de 1980.

E dessa conclusão havia quem partilhasse, já no final dos anos 1980. Numa conferência realizada em agosto de 1988, na Semana da Cultura Pernambucana, promovida pela Biblioteca Pública do Governo do Estado, e com um título provocador, intitulado “Não existe cultura pernambucana”, Denis Bernardes (1988) já afirmava que “a gênese e a maturação desta idéia de pernambucanidade estão ligadas a alguns momentos da história política brasileira, notadamente aqueles nos quais se redefiniram as relações entre setores do poder local com o poder central”, indicando essa noção como um subproduto dos interesses do regime militar.

Apesar da febre nos anos 1980 em torno da pernambucanidade - visível ao menos nos periódicos de maior circulação e nos documentos oficiais do período - onde ainda se tratava essa expressão, esse conceito, como um neologismo, ele foi formulado há alguns anos antes. E no documento onde parece ocorrer pela primeira vez, o Manifesto Regionalista de Gilberto Freyre, seu conteúdo se refere a mais a um sentimento a ser superado, por outro que esteja ancorado numa rede de solidariedade mais ampla do que a estadual, do que exaltado com orgulho. Ao menos é o que é possível inferir das palavras de Freyre:

Homens, todos esses, com o sentido de regionalidade acima do de pernambucanidade - tão intenso ou absorvente num Mário Sette - do de paraibanidade - tão vivo em José Américo de Almeida - ou do de

¹⁵ Marcílio Lisboa surgiu na cena musical pernambucana nos anos 80, gravou vários discos, entre LPs e CDs, mas o projeto musical no qual mais se empenhou foi mesmo o Pernambucanidade, que começou quando foi convidado para participar de um programa na Rádio Capibaribe, no qual selecionaria dez canções de Música Popular Brasileira (MPB). Mas ele optou, contudo, pelo que chamava de MPP (música popular pernambucana). Daí partiu outro convite para que apresentasse um programa com artistas locais. O Pernambucanidade foi apresentado em várias emissoras, até quando Marcílio Lisboa foi obrigado a parar para se tratar de um problema de insuficiência renal provocado pelo diabetes. Bastante debilitado pela doença, Lisboa mudou o formato do programa, que passou a ser apresentado em inserções de 30 segundos durante a programação da TV Globo. Ele faleceu de ataque cardíaco em 21 de setembro de 2006, na cidade do Recife

alagoanidade - tão intenso em Otávio Brandão - de cada um; e esse sentido por assim dizer eterno em sua forma - o modo regional e não apenas provincial de ser alguém de sua terra - manifestado numa realidade ou expresso numa substância talvez mais lírica que geográfica e certamente mais social do que política. Realidade que a expressão "Nordeste" define sem que a pesquisa científica a tenha explorado até hoje (FREYRE, 1996).

Como observou Reinhart Koselleck (2006, p. 105), “as palavras que permaneceram a mesma não são, por si só, um indício suficiente da permanência do mesmo conteúdo ou significado por elas designado”. Para o autor, que percebeu a importância dos estudos da linguagem para a ampliação dos estudos históricos, o que o levou a defender uma História dos Conceitos, “a história dos conceitos põe em evidência, portanto, a estratificação dos significados de um mesmo conceito em épocas diferentes” (KOSELLECK, 2006, p. 115).

O manifesto regionalista é de 1926, mas como o mesmo foi escrito apenas nos anos 1950, é temerário dizer, sem querer entrar no mérito desta discussão acerca dos supostos precursores do modernismo, que a expressão tenha surgido na década de 1920. Pelo menos no Diário Oficial do Estado ela aparece pela primeira vez, no caderno do poder legislativo, sendo utilizada pelo deputado Paulo Cavalcanti, na década de 1950, embora a forma como ela foi empregada indique que já era conhecida e usada, mesmo que com sentidos diferentes que posteriormente adquiriu¹⁶.

Independentemente da década real em que surge a expressão, o fato é que, no Manifesto Regionalista, o seu referente, de uma forma pouco clara, a identidade pernambucana, é colocado como sendo de menor importância, pelo seu caráter provincial, estadual. Isso porque, segundo Albuquerque Junior, na década de vinte, emerge um novo regionalismo, não mais aquele difuso e provinciano do século XIX e início do século XX, ligado ao nativismo, mas um que extrapola as fronteiras dos estados, que no plano político era contrário ao estadualismo, agrupando os estados em torno de um espaço maior, o Nordeste brasileiro (ALBUQUERQUE JUNIO, 1999, p. 87).

Segundo o autor, o discurso regionalista surgiu na segunda metade do século XIX, na medida em que se dava a construção da nação e em que a centralização política do Império ia conseguindo se impor sobre a dispersão anterior. Quando a idéia de pátria, de nação, de nacionalidade começou a se impor, houve uma enorme reação que partiu de diferentes lugares do país, que refletia as diferentes formas pelas quais o país era representado em cada um

¹⁶ Cf. Diário Oficial do Estado, Caderno Legislativo, 14/02/1950. O Diário Oficial do Estado foi todo digitalizado e inteligenciado. É possível realizar a consulta no acervo digital da Companhia Editora de Pernambuco (CEPE) nos jornais de 1936 até o presente, tanto por caderno quanto por palavras-chave. O acervo está disponível no link: http://www.cepe.com.br/diario_pesquisa.php

desses lugares. Esse regionalismo se caracterizava, entre outras coisas, pelo seu apego a questões provincianas ou locais, já trazendo a semente do separatismo.

O discurso regionalista se alimentava da crescente pressão para se conhecer a nação, para formá-la, integrá-la. E é aí que os diversos discursos regionais se chocam, na tentativa de fazer com que os costumes, as crenças, as relações sociais, as práticas sociais de cada região que se instituíam naquele momento, fossem capazes de representar o modelo de nação a ser generalizado para o restante do país. Na prática, a generalização do modelo de uma região significava a generalização de sua hegemonia no território brasileiro.

Albuquerque Junior (1999, p. 69) nos conta que “a superação da visão provinciana de espaço a que estavam presas as oligarquias dos Estados do Norte foi a grande tarefa política e cultural colocada pela necessidade de institucionalização do Nordeste”. A visão de espaço, como aquele sobre o qual se exerce o mando oligárquico ou pessoal, se ampliou para unir forças contra o processo de subordinação crescente sofrido por estes grupos. Seus interesses particulares, que antes eram identificados com os interesses de seu Estado, passaram a ser pensados como interesses de um todo maior, um novo recorte espacial, o Nordeste.

Nesse contexto, a formação-discursiva nacional-popular desempenhará um importante papel para que a empresa instituidora do Nordeste dê certo. Essa formação-discursiva concebia a nação por meio de uma conceituação que a tomava como homogênea e que buscava a construção de uma identidade para o Brasil e para os brasileiros, suprimindo as diferenças, homogeneizando as diversas realidades do país. Esta concepção, ao contrário do que pretendia, acaba por levar, no entanto, a que se revele a fragmentação do Brasil, a que seus regionalismos explodam e se tornem ainda mais visíveis.

O Nordeste, e conseqüentemente a identidade nordestina, será inventado, sociologicamente instituído, mas a partir de elementos existentes que antes eram considerados referenciais da identidade pernambucana. Serão, por exemplo, a fundação da Faculdade Direito, a atuação do Diário de Pernambuco, a invasão holandesa, a Insurreição Pernambucana, as revoltas de 1817, 1824 e 1848, que vão ser colocadas como origem desta identidade regional.

Segundo Albuquerque Junior (1999, p. 106), “o único regionalismo que ultrapassa as fronteiras estaduais, que conseguiu unir intelectuais e políticos de vários estados e atraiu outros grupos regionais como os da Bahia e do norte de Minas, é o nordestino”. Para isso contribuiu bastante, entre outras coisas, o Centro Regionalista do Nordeste, fundado em 1924. Segundo o programa do centro a unidade do Nordeste já estava claramente definida, ainda

assim ele assumia como uma de suas tarefas, acabar como os particularismos provincianos no intuito de criar a comunhão regional.

O Centro organizou um congresso, o Congresso Regionalista do Recife, em 1926, que teria servido, entre outras coisas, para unir cearenses, norte-riograndenses, paraibanos, pernambucanos, alagoanos e sergipanos, em torno de uma espécie de patriotismo regional. O congresso foi antecipado pelo livro do Nordeste, elaborado sob a influência direta de Freyre e desempenhou um importante papel para dar a este recorte regional um conteúdo cultural e artístico, com o resgate daquilo que seriam as suas tradições, a sua memória, a sua história.

Para Albuquerque Junior (1999, p. 89), é clara, a intenção de Freyre de unificar o discurso regional em torno de Pernambucano. Escrevendo uma trilogia que começa com a obra Casa-Grande e Senzala (1933), passando por Sobrados e Mocambos (1936) e terminando com Ordem Progresso (1959), Freyre acaba por tomar a história da produção açucareira da zona da Mata nordestina, ou mais especificamente pernambucana, generalizando sua análise, como o passado colonial não só do Nordeste, mas de todo o Brasil.

Freyre usa a área de influencia do jornal Diário de Pernambuco, que ia de Alagoas até o Maranhão, para definir as fronteiras, os limites do que seria a região Nordeste. Com o passar do tempo, o próprio jornal se transformou no principal veículo de disseminação das reivindicações dos Estados do Norte, constituindo-se num divulgador das formulações em defesa do novo recorte regional. Foi em 1925, por ocasião da comemoração do seu centenário, que se produziu a primeira tentativa de dar ao recorte espacial Nordeste, mais do que uma definição geográfica, natural, econômica ou política.

Apesar dos ânimos em torno da nordestinidade, o estadualismo não foi completamente suplantado, e os referenciais da identidade pernambucana, continuavam sendo evocados, ora como simples referências a Pernambuco, ora como numa articulação discursiva que o colocava como centro do novo recorte regional. Segundo Denis Bernardes (1988), um primeiro momento de elaboração e uso, ainda que sob outras denominações, de uma suposta pernambucanidade se deu durante a implantação do estado novo, aqui personificado na figura de um Agamenon Magalhães.

Esse contexto estado-novista em Pernambuco exigiu, segundo o autor, a criação ou recriação de um campo cultural local, cujas bases, foram buscadas na história e no que então se chamava antes de folclore que cultura popular. Essa pernambucanidade cultural, afirma Bernardes, “confundia-se com noções mais amplas de patriotismo e brasilidade”, a partir da qual se rotulava mais facilmente certos setores da oposição do regime como sendo contrários a pátria, com a acusação ou crime de anti-brasilidade, e empestados por idéias exóticas”

Apesar disso, o Nordeste, cuja existência real se consolidará ainda mais a partir da criação da SUDENE, é que estava em destaque, e as identidades estaduais, e entre elas a identidade pernambucana, eram diluídas, homogeneizadas e enquadradas neste recorte. Diante da invenção do Nordeste e dos nordestinos, enfim da nordestinidade, nada parecia mais ter restado a Pernambuco, a identidade pernambucana, senão, como sugeriu Freyre, ser superada, substituída por um outro sentido de regionalidade, o sentido acima do de pernambucanidade.

A criação da SUDENE, essa “utopia de Celso Furtado”, como disse Laura de Aquino (2004), marcou, entre outras coisas, o sucesso da invenção do Nordeste. A partir daí, a relação que se estabelece entre ambos passa a ser uma relação dialética, onde ambos se determinam mutuamente. Se, por um lado, só existe SUDENE porque, entre outras coisas, os discursos que inventaram o Nordeste deram certo, por outro, a SUDENE, com o saber que seus diversos órgãos produz a respeito da região, afirma e reafirma cada vez mais o Nordeste, mesmo que sob um aspecto mais econômico e social. Ao mesmo tempo em que pode ser entendida como um produto, a SUDENE passa a ser, também, motor dos discursos sobre um Nordeste brasileiro.

A SUDENE foi instituída pela lei 3.692, aprovada pelo Congresso Nacional no dia 15 de dezembro de 1959, quando Juscelino Kubitschek era Presidente da República (AQUINO, 2004, p. 106). Esse foi um período em que em todo o cenário latino-americano ganharam destaque a divulgação e a aceitação das técnicas de ‘planejamento para o desenvolvimento’ (CARVALHO, 2001, p. 32) A conjuntura internacional era complexa, marcada, entre outras coisas, pela Guerra Fria, apesar de esta estar numa fase mais diplomática entre as duas potências que a protagonizaram. No cenário social local, havia certa instabilidade, traduzida, entre outras coisas, nas lutas dos trabalhadores que, no meio urbano, estavam ligados aos setores industriais emergentes e, no meio rural, às Ligas Camponesas.

Nesse contexto, o advento da Revolução Cubana teve uma enorme contribuição para colocar a América Latina no centro das preocupações do governo norte-americano, pois a progressiva orientação que o novo governo cubano foi tomando, em direção ao socialismo soviético, fez com que as teses da Operação Pan-Americana (OPA), sobre a instabilidade política provocada pelo subdesenvolvimento das economias da América Latina, se tornassem mais pertinentes. No Brasil, havia certo temor das classes dirigentes nacionais de que o movimento revolucionário cubano se repetisse em regiões de graves tensões sociais, como o Nordeste.

Isso, entre outras razões, levou a que uma das principais iniciativas diplomáticas do governo JK, em matéria de política externa, fosse à tentativa, através da OPA, de fazer com

que os Estados Unidos assumissem o compromisso político de erradicar o subdesenvolvimento latino-americano e, conseqüentemente, do Brasil, especialmente da região Nordeste, já que muitos discursos a haviam transformado em uma região-problema, sobretudo pela observação do crescente hiato econômico entre o Nordeste e o Centro-Sul do país, principalmente São Paulo.

É nesse momento que a problemática regional, mais precisamente dos desequilíbrios regionais, emerge definitivamente na pauta de discussões do país. A década anterior já alertava, de certo modo, para as disparidades regionais, mas é na década de 1950 que se amplia o debate em torno do tema, pois o Brasil inicia a década com a divulgação, pela primeira vez, das Contas Nacionais (1951) e Regionais (1952) brasileiras, possibilitando que se conheçam elementos objetivos que refletem as disparidades econômicas regionais. É então que as intervenções do governo federal na região começam a mudar assumindo um caráter mais ‘desenvolvimentista’.

Os discursos que combinaram a ideologia do planejamento regional e do ideário desenvolvimentista e que construíram uma identidade para o Nordeste como uma região subdesenvolvida, como “uma região-problema”, também foram largamente usados pelos políticos pernambucanos. Que parecem ter transformado essa identidade no principal argumento para fundamentar o angariamento dos investimentos do governo federal. Enquanto esse discurso funcionou, falar do Nordeste, dos nordestinos, da nordestinidade, entendida mais sob seus aspectos econômicos e sociais, fazia sentido. A partir do momento que esse argumento não funcionasse, seria necessária a elaboração de novas estratégias.

O sucesso desses discursos sobre o Nordeste, sob a ótica pela qual foi instituído ou sob a ótica emergente, a do desenvolvimentismo e do planejamento regional, representaram um enfraquecimento na trajetória dos discursos que, direta ou indiretamente, se referiam a uma identidade pernambucana. Esta teve que ser, depois da idéia de Nordeste, confundida, ineludivelmente misturada a outros referenciais identitários que, juntos, constituíram a nordestinidade. Mesmo quando articulada discursivamente numa perspectiva que colocava Pernambuco como historicamente vocacionado a liderar o Nordeste, as reivindicações, se e quando atendidas, terão que ser partilhadas entre os demais estados da região.

Segundo Bernardes (1988), não encontramos no “período que vai, grosso modo, de 1945 a 1964, uma postura cultural relevante que se reclame de uma cultura referente à pernambucanidade”. Isso provavelmente porque - ele não se ocupou dessa discussão - a cultura nordestina, e não a pernambucana, desde a década de 1920, passou a ser o centro das discussões. O autor acredita que só a partir do regime militar a pernambucanidade passou a

fazer algum sentido, em suas próprias palavras: “uma retomada da idéia de uma cultura pernambucana, parece-me, encontrar-se significativamente associada ao ciclo histórico iniciado em 1964, com a intervenção militar na vida política” (BERNARDES, 1988).

E essa conclusão parece ter fundamento quando analisamos a trajetória da SUDENE antes e depois da implantação do regime militar. Entregue a técnicos jovens e não ligados às estruturas políticas dominantes, ela acabou, ao longo dos anos, sofrendo um intenso combate e uma propaganda de desmoralização, sendo acusada, inclusive, de estar infiltrada por comunistas. Em vista dessas acusações, com o golpe de 1964 ela foi duramente atingida e desviada dos rumos traçados por Celso Furtado. Após 1964, ela foi sendo aos poucos desativada, desestabilizada e transformada quase que apenas em uma agência de empregos para pessoas de classe média(ANDRADE, 1995).

Com a crise da SUDENE, e conseqüentemente da inviabilidade do argumento que se fundava na identidade do ‘Nordeste subdesenvolvido’ para captar recursos do governo federal, argumento usado pelos políticos pernambucanos, novas estratégias passam a ser elaboradas para atrair a atenção do poder central que, somada a outras questões, culminarão numa efervescência em tono da pernambucanidade nos anos 1980. Essa efervescência, na prática, inverterá a proposta de Freyre, na década de 1920, segundo a qual se deve ter “*o sentido de regionalidade acima do de pernambucanidade*”, colocando a identidade pernambucana em primeiro plano.

SEGUNDO CAPÍTULO

“QUANDO A PERNABUCANIDADE ESTÁ NA MODA, NO SENTIDO QUE LHE ATRIBUI GILBERTO FREYRE”¹⁷: A EFERVESCÊNCIA EM TORNO DA IDENTIDADE PERNAMBUCANA NOS ANOS 80

2.1. “Quando as peculiaridades nacionais enfatizam a situação de crise”¹⁸: O Brasil e Pernambuco em fins dos anos 1970 e primeira metade dos anos 1980.

De 1979 a 1986, Pernambuco conheceu quatro governadores que, apesar de diferentes, não inovaram muito em termos de ações, projetos e programas de governo de um para outro, sendo praticamente as ações governamentais de todo esse período, basicamente uma continuidade das linhas traçadas pelo primeiro governador: Marco Maciel. Isso se deve, também, ao fato de que dois deles renunciaram para disputar outros cargos políticos, sendo seus mandatos concluídos por outros por aqueles que o deveriam fazê-lo.

Marco Maciel assume o governo do estado em 1979, por vias indiretas, tendo como seu vice Roberto Magalhães. Em 1982, contudo, pleiteando ocupar uma cadeira no senado, renuncia ao cargo de governador, porém, ao invés de ser substituído por seu vice, assume, em seu lugar, o então presidente da Assembléia Legislativa José Ramos, que conclui o mandato seguindo a mesma linha de governo traçada por Maciel. Magalhães não assume, entre outras coisas, por estar pleiteando o cargo de governador, para o qual candidata-se para concorrer já por vias diretas, em 1982.

Magalhães vence as eleições e assume prometendo dar continuidade as linhas traçadas pelo governo de Marco Maciel, que vinha sendo continuada por José Ramos e, apesar de em seu discurso de posse ter afirmado o seu compromisso “irrenunciável” de servir a Pernambuco como governador – o que poderia ser uma crítica polida a Maciel ou simplesmente uma tentativa de dar seguridade “aos pernambucanos” de que seu governo teria estabilidade -, acaba renunciando em 1985 para disputar o cargo de senador. Em seu lugar, assume o seu vice, Gustavo Krause, que conclui o último ano de seu mandato.

¹⁷ Fragmento da fala de Isnar Moura, ex-colunista do Jornal do Commercio, ao escrever sobre o aniversário de nascimento de Ulysses Pernambucano. Cf. Jornal do Commercio, 07/02/1982, p. 21.

¹⁸ Fragmento da fala de Elder Lins Teixeira, presidente da EMPETUR, em 1983, descrevendo a conjuntura nacional e estadual e propondo o turismo como solução para a crise no estado. Cf. Diário de Pernambuco, 29/03/1983, p. A9.

De um modo geral, o final da década de 1970 e primeira metade dos anos 1980 foram marcados, entre outras coisas, por grandes agitações políticas, econômicas e socioculturais a nível local, nacional e internacional. No plano internacional o mundo vivia uma nova fase da polarização desencadeada pela Guerra Fria, onde se podia perceber uma leve crise nas relações amistosas entre os Estados Unidos e a União Soviética, pois a entrada de Ronald Regan na presidência daquele país representou a retomada de hostilidades indiretas que estiveram estabilizadas durante boa parte dos anos 1960 e 1970.

No plano nacional o Brasil viveu sob o governo Figueiredo, último presidente da ditadura civil-militar. Seu governo foi marcado, entre outras coisas, pelo agravamento da crise econômica, pelo desgaste sistemático da imagem do governo e do regime militar, pelas greves, pelo desemprego e pelas lutas em prol da redemocratização do país e pelas repercussões negativas de atentados terroristas das alas radicais de direita, como o atentado do Riocentro, entre outros. Apesar de ter havido um crescimento global de mais de um terço no PIB, de 1980 a 1989 (COUTO, 1998, p. 263), toda a década de 1980, tendo sua análise reduzida a apenas o viés econômico, ficou conhecida como a “década perdida”.

Em Pernambuco os tentáculos da crise econômica nacional, somados a outros acontecimentos, como a percepção, por dados seguitos, da ineficácia da SUDENE para a resolução dos problemas regionais, entre outros, criarão a possibilidade de alternativas econômicas que vão aquecer o campo político e cultural. Alternativas que vão desde o turismo à mudança, por parte dos políticos locais, das estratégias discursivas adotadas no diálogo como o governo federal para, deste, angariar fundos e culminarão, entre outras coisas, numa efervescência dos discursos identitários em torno de uma pernambucanidade.

Apesar da continuidade das práticas oficiais de “vigiar e punir” e das e das ações terroristas das alas militares mais radicais a favor da continuidade do regime, durante o último governo da ditadura civil-militar, o Brasil está assistindo a certo afrouxamento da repressão política, mais visível nas fases anteriores, com acontecimentos como a anistia, as Diretas para governador em 1982, o crescimento da presença e do papel político das oposições, os comícios das Diretas Já, um menor intervencionismo governamental em relação às greves, entre outros fatos.

Em todo país, ao longo desses anos, se notava uma queda com relação ao número de greves, dentre as quais se destacou, seja pela mobilização do número de trabalhadores, seja pelo tempo que durou, a greve geral dos metalúrgicos do ABC paulista, sob a liderança de Luís Inácio da Silva, o Lula, em 1980. De 429 greves ocorridas em 1979, por exemplo, elas caíram para 42 em 1980 e 34 em 1981 e foram sucessivamente caindo. Obviamente isto está

relacionado, entre outras coisas, à repressão e a grande retração da economia brasileira que contraiu a oferta de emprego (COUTO, 1998, p. 271).

O fantasma do desemprego já afligia boa parte da população e esse quadro se agrava, sobretudo, depois da crise. Segundo Maria Helena Moreira Alves (2005, p. 317), muitas ações de greve verificadas, por exemplo, em 1981 e 1982 destinaram-se a forçar as empresas a readmitirem empregados, pois nesse período, até quem tinha emprego foi afetado pela crise, dado que ocorreram muitas demissões. Apesar das tentativas oficiais de mudar o quadro de desemprego e melhorar a política salarial, que havia se tornado muito precária no país, a situação dos trabalhadores continuava difícil. Antes da ditadura, por exemplo, quem recebia um salário mínimo precisava trabalhar 98 horas, em 1983 eram necessárias 172 horas (PARRON, 2008).

Segundo os resultados preliminares do censo demográfico brasileiro de 1980, realizado pelo IBGE e apurados em 1982, o Brasil possuía uma população de aproximadamente 120 milhões de brasileiros, dos quais 21,03% estavam concentrados no estado de São Paulo. Pernambuco era, segundo o censo, o 7º estado mais populoso da federação, concentrando em seu território 5,16% da população total do país. Era clara a intenção do *Jornal do Commercio* (JC), ao divulgar o resultado preliminar do censo em 1982¹⁹, de comparar, sobretudo Pernambuco e São Paulo.

A população economicamente ativa nacional, ainda segundo este censo, era de apenas 36,78%. Em Pernambuco, essa população era de 33,62%, estando distribuída entre as atividades “Agropecuária e extração” (40,81%), “Indústria de Transformação” (10,22%), “Indústria da Construção” (5,63%), “Comércio” (9,77%), “Transportes e Comunicação” (3,56%), “Administração pública” (4,32%) e “Outros” (25,09%). No que se refere ao percentual de indivíduos ligados a administração pública, Pernambuco apresenta, por exemplo, um número maior até mesmo que o do estado de São Paulo, que apresentava apenas 3,75% contra os 4,32% pernambucanos.

A intenção de Antiógenes Ferreira, colunista do JC, em pôr em evidência os disparidades regionais parece ficar mais clara ainda quando compara São Paulo e Rio de Janeiro juntos, confrontando com Pernambuco sozinho. São Paulo e Rio de Janeiro juntos representavam a maior parte do mercado de consumo nacional, 50,99%, enquanto que em Pernambuco esse mercado é bastante inferior, representando apenas 2,56%. Neste censo, o

¹⁹ *Jornal do Commercio*, 06/03/1982, p. 2.

mercado de consumo foi definido considerando as pessoas que ganhavam 2 salários mínimos, que na época era de apenas 35% da população economicamente ativa total.

Apesar da tentativa de forçar uma interpretação favorável a crença na inferioridade econômica de Pernambuco, era evidente que a situação do estado, comparado a outros, especialmente do centro-sul não era das melhores. Esta situação se agrava quando, em 1983, a crise econômica nacional se aprofunda, ocorrendo a desvalorização da taxa cambial em 30%. Essa *maxidesvalorização* impulsionou a inflação para 211% em 1983. Era a *estagflação*. O agravamento da crise acabou levando o país a recorrer novamente ao Fundo Monetário Internacional (FMI), o que levou ao aumento do endividamento externo e a uma dependência ainda maior das decisões dos organismos internacionais.

Em 1983, o Instituto dos Economistas de Pernambuco - IEPE – através do Grupo de Trabalho e Custo de Vida, com base em dados levantados pela SUDENE / BNB, IBGE e Ministério do Trabalho / SINE – revelava que, de agosto de 1980 até agosto de 1983, somente em três estados nordestinos (Ceará, Pernambuco e Bahia) foram eliminados 40 mil empregos industriais no Brasil²⁰. A Região Metropolitana do Recife assistia a uma queda de 17,8% do número de empregos. O Estado como um todo, de 1980 a 1983, assistiu a uma perda de 21,6 mil empregos.

Esta situação econômica provoca grandes agitações sociais e políticas no estado, especialmente em Recife e Olinda, como atos de saques coletivos a supermercados e críticas por parte de diversos setores da sociedade aos governos locais de situação, especialmente ao de Roberto Magalhães, que foi atravessado pelo ponto mais crítico da crise. No conjunto destas críticas, denunciava-se o fato de que, em face da crise e das agitações sociais por ela provocadas, não se podia encontrar reação alguma de órgãos estaduais e nacionais que colocassem em funcionamento mecanismos que pudessem minimizar o fechamento de empresas e a destruição de postos de trabalho.

Apesar de algumas bajulações, tornou-se comum nos jornais do estado, críticas aos governadores nordestinos eleitos, numa linha de argumentação de que se esperavam dos mesmos, atitudes firmes e consistentes em relação à política dita “recessiva e suicida” do Governo Federal. Nessas críticas acusavam-se os governadores nordestinos de estarem tendo atitudes cada vez mais passivas e reticentes como representantes legítimos da população por estarem presos na contradição entre esta condição e na condição de integrantes do partido

²⁰ Diário de Pernambuco, 24/12/1983, p. A11.

oficial, cuja prática de atuação política e econômica estaria se mostrando contrária aos reais interesses nacionais. Em uma dessas críticas podemos ler:

No caso específico de Pernambuco, as promessas de implantação de programas de emprego feitas em campanha política, as afirmativas de que o candidato da situação contava com a cobertura do Governo Federal para realização de uma administração que fosse ao encontro das necessidades básicas dos pernambucanos, estão fora da pauta de discussão dos que hoje governam o Estado²¹.

Apesar das críticas, de um lado, e de elogios, do outro, os governadores pernambucanos buscavam, a seu modo, meios de levarem a cabo seus programas de governo desenvolvendo estratégias discursivas que atualizavam uma retórica antiga para conseguir a atenção e os investimentos do governo federal para o estado. O descaso do governo federal para com a SUDENE, que paulatinamente ia sucateando, se tornava ainda mais visível nesses anos, passando este fato a incorporar a retórica dos governadores no diálogo direto ou indireto com o poder central.

Já em fins dos anos 1970 e inícios dos anos 1980, percebendo a desestabilização gradual da SUDENE, muitos políticos, especialmente governadores de Pernambuco, começaram a tecer suaves e polidas críticas contra o descaso para com a mesma por parte dos governos militares. Essas críticas eram muito comuns nos pronunciamentos dos governadores, especialmente nas reuniões do Conselho Deliberativo do órgão, e nelas é possível perceber, entre outras coisas, certo deslocamento, na retórica desses políticos, quando tratam de tentar convencer o governo federal de que a região precisa de investimentos.

Na 224^a reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, realizada em 1979, o então governador de Pernambuco, Moura Cavalcanti, próximo do término do seu mandato, defendeu que “O Nordeste quer ser igual às outras regiões do País, Igual, porque deu ao Brasil a condição de ser Nação. Porque ela aconteceu aqui”²². O deslocamento na retórica se deve ao fato de que não é apenas porque o Nordeste é subdesenvolvido e miserável que merece a atenção e os investimentos do governo federal, mas porque seu território e, mais especificamente o território pernambucano, sediou o evento histórico que permitiu ao país ser uma nação.

²¹ Idem.

²² Diário Oficial do Estado, 17/02/1979, capa.

Moura Cavalcanti na Sudene alerta sobre disparidades



Coerente com os seus pontos-de-vista o governador defendeu os interesses de Pernambuco

Fotografia 1. Diário Oficial, Caderno Executivo, 17/02/1979, capa.
Governador Moura Cavalcanti na 224ª reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE.

Embora alguns deputados criticassem o governo do estado, alegado que este estaria mais preocupado com o desenvolvimento da região como um todo do que com o estado, ao tomar posse do governo do Estado, Marco Maciel dará continuidade as mesmas práticas discursivas do seu antecessor, aprofundado ainda mais os deslocamentos semânticos no interior do argumento usado no diálogo com o governo federal, seja nas reuniões do Conselho Deliberativo da SUDENE ou em situações de comemoração e/ou condecoração. Prática que também será visível em seus sucessores.

Interesses de Pernambuco e NE são defendidos por Marco Maciel



No plenário da Sudene, o Governador exerce sua experiência em defesa dos pleitos do Estado

Fotografia 2. Diário Oficial do Estado, Caderno Executivo, 28/07/1979, capa.
Governador Marco Maciel em reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da SUDENE



Fotografia 3. Diário Oficial do Estado, 30/06/1979, capa.

Presidente Figueiredo na reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE. Ao lado esquerdo, o governador Marco Maciel.

A retórica é estratégica porque põe em evidência elementos que são bastante valorizados pelo regime militar – notadamente pelo poder central, podendo ser entendido como um dos seus pilares, apesar de este estar se esgotando – como fruto das ações dos nordestinos, e mais especificamente dos pernambucanos: o nacionalismo, o sentimento de pátria, o patriotismo. Aos poucos, o subdesenvolvimento do Nordeste como argumento para angariar fundos do governo federal vai cada vez mais assumindo um segundo plano, ao passo que o seu passado glorioso, o passado glorioso de Pernambuco na verdade, vai se mostrando como um argumento mais viável.

Isso contribui para uma afirmação das supostas glórias do passado pernambucano, colocando novamente em evidência os referenciais identificadores do estado que durante certo tempo ficaram ofuscados pela idéia de Nordeste, de nordestino, de nordestinidade. Caberia lembrar, novamente, a observação de Bernardes (1998), que disse: “uma retomada da idéia de uma cultura pernambucana, parece-me, encontrar-se significativamente associada ao ciclo histórico iniciado em 1964, com a intervenção militar na vida política”. Sem dúvida a valorização do nacionalismo no regime militar contribuiu, mas não sem a crise econômica e o declínio do órgão que tornava os discursos sobre uma identidade nordestina viável no plano político, econômico e social: a SUDENE.

Nos discursos de muitos deputados estaduais, o segundo plano para o qual o Nordeste era remetido, diante da afirmação de Pernambuco era totalmente explícito, destituído do polimento. Já que, esses discursos criticavam sistematicamente, a SUDENE não funcionava e, portanto pedir apoio para “todo” o Nordeste parecia não dar muito certo, o governo de

Pernambuco deveria deixar de se preocupar com a região e preocupar-se apenas consigo. Em um debate parlamentar, em que surgiram calorosas críticas a SUDENE, ainda em 1979, o deputado Gilvan Sá Barreto dizia:

No momento, Pernambuco, ao invés de se preocupar com si próprio, preocupa-se mais com a região na qual está inserido. Enquanto cada Estado nordestino luta, denotadamente, pelos seus interesses individuais, nós lutamos pelos interesses regionais. Essa atitude, pode, à primeira vista, parecer a mais correta, mas, na prática, revela-se um verdadeiro desastre. Perdemos tudo, para todos²³.

Apesar de críticas como essas serem comuns ao longo da primeira metade dos anos 1980, a partir de Marco Maciel no governo do estado, em 1979, como dissemos, e de seus sucessores, as práticas sociais e, entre elas, as práticas discursivas dos políticos do estado vão se manifestar operando no sentido contrário. As ações governamentais, os discursos dos políticos, dos intelectuais ‘oficiais’, e de sujeitos pertencentes a diversos segmentos sociais vão passar a dar mais visibilidade a Pernambuco e, conseqüentemente, menos visibilidade ao Nordeste. Mesmo sem abandonar completamente a ‘questão do Nordeste’, essa postura implicará numa ênfase discursiva à pernambucanidade em detrimento da nordestinidade.

Embora a identidade nordestina e a identidade pernambucana não sejam, necessariamente, contraditórias, podendo esta ser inscrita naquela, esses anos são marcados, no plano político e cultural do estado, pela ênfase nos referenciais de uma pernambucanidade, no lugar dos referenciais da nordestinidade. Além da ideologia do nacionalismo, uma das bases do regime militar, da crise econômica nacional e suas projeções no estado e da crise da SUDENE, os próprios acontecimentos resultantes do processo de redemocratização podem ser entendidos como contribuintes para a efervescência de discursos e práticas em torno de uma identidade pernambucana.

A redemocratização ia se consolidando ao passo que ocorria o restabelecimento do pluripartidarismo e medidas governamentais voltadas para a abertura. A realização das eleições diretas para governadores e a eliminação das eleições indiretas para senadores em 1982 foram importantes acontecimentos nesse processo. Os políticos, que antes eram inseridos no poder pelo voto indireto, independentemente de sua aceitação popular, precisavam apenas demonstrar, para o regime, que suas práticas eram condizentes com os seus interesses. A partir do momento em que essa escolha passa para o povo, tornasse

²³ Fragmento do discurso de Gilvan Sá Barreto, Anais da ALEPE, 03/12/1979, p. 382.

necessária a elaboração, pelos políticos, de estratégias discursivas que visem persuadir o povo a legitimar seus projetos políticos.

Em Pernambuco, o clamor a uma rede de solidariedades ampla, que seria a região pernambucana, onde supostamente estariam todos aqueles que partilham a mesma história, a mesma cultura, os mesmos valores, os mesmos traços psicossociais, passa a ser uma retórica comum no discurso dos políticos pernambucanos, especialmente dos governadores, para, entre outras coisas, tentar convencer “os pernambucanos” a legitimarem os seus projetos políticos. Afinal, depois de 1982, não é somente ao regime que os governadores devem dar satisfação, mas aos pernambucanos, levando-os a identificarem-se com o governo, que é supostamente representante legítimo da “comunidade pernambucana”.

As Diretas para governador e senador em 1982 fortaleceram, em todo país, ainda mais a luta em prol da redemocratização do país. Em 1983, anteciparam-se as pressões pelas Diretas para a presidência. Apesar de nove governadores terem se reunido no mesmo ano para discutir uma emenda de diretas para presidente, na ocasião a proposta não despertou muita atenção até que um jovem deputado do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) do Mato Grosso, Dante de Oliveira, apresentou uma Proposta de Emenda Constitucional, a PEC 5/83, que visava tornar direta a eleição para a presidência da república.

Ao mesmo tempo em que se acentuavam cada vez mais as discussões pela sucessão presidencial, já em 1983, os políticos pernambucanos desfrutavam naquele momento de enorme projeção nacional. Marco Maciel, que fora governador por vias indiretas de 1979 a 1982, agora enquanto senador, em 1983, começa a ser pensado por vários governadores nordestinos e sujeitos pertencentes a diversos setores da sociedade como um potencial candidato a Presidência da República, para defender as causas de Pernambuco e do Nordeste.

Mas a efervescência política em torno das Diretas para presidente e, antes disso, das Diretas para governador, em 1982, era visível já em 1980. Nesse ano, os trabalhos legislativos foram reabertos, embora o partido do governo, o Partido Democrático Social (PDS), já tivesse começando com vantagem, contando com a maioria no Congresso. Foi nesse ano que outros partidos começaram a se articular para as eleições municipais que deveriam ocorrer no mesmo ano. Mas, considerando que os mesmos ainda não estavam preparados e estruturados para as mesmas, aprovou-se uma emenda, determinando a prorrogação dos mandatos dos prefeitos e vereadores até 1983.

O governo federal prorrogou até onde pôde as eleições diretas em qualquer nível, mas como era de se esperar, isso nem sempre seria possível, tanto que, percebendo não ser mais possível recorrer a prorrogações, devido, entre outras coisas, a pressões de diversos setores da

sociedade, e que as diretas estavam cada vez mais se tornando inevitáveis, o governo começa a desenvolver estratégias para garantir o sucesso do partido oficial nas eleições. É o que se pode perceber ao analisar as propostas dos “pacotes” de novembro, em 1981, e de maio, em 1982.

Dois meses após o presidente Figueiredo ter sofrido um infarto do miocárdio, período em que foi substituído por Aureliano Chaves, seu vice, durante 49 dias, o governo anuncia, em novembro de 1981, um projeto de reforma eleitoral a ser encaminhado ao congresso em regime de urgência. O “pacote de novembro”, como ficou conhecido o projeto, foi aprovado em janeiro de 1982, originando a lei 6.978. As mudanças mais significativas desta lei foram à proibição de coligações eleitorais e a introdução do voto vinculado, uma exigência de que o eleitor votasse em candidatos do mesmo partido para vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal, senador e governador, sob pena de anulação. Além de prejudicar partidos pequenos, o objetivo do voto vinculado era claro, beneficiar o PDS (ALVES, 2005, p. 336).

Essa situação se repete com relação às eleições em 1982. Prevendo novamente que os resultados das eleições poderiam ser desfavoráveis ao PDS, o governo mudou uma vez mais as regras do jogo, e em maio do mesmo ano providenciou um novo projeto, conhecido como “pacote de maio”, que se transformou na Emenda Constitucional n° 22, de 29 de junho de 1982. As filiações partidárias foram reabertas, o que permitiu ao PDS, entre outras coisas, receber dez deputados do ex-Partido Popular (PP).

A campanha eleitoral começou já em maio de 1982. As eleições gerais deste ano só foram diretas para o senado e para governadores e prefeitos de capitais e municípios de interesse e segurança nacional e apesar da diversidade de partidos, havia uma grande semelhança nas propostas políticas das oposições. Eles normalmente propunham o direito de voto para os analfabetos, aumento da autonomia sindical, legalização das greves e a adoção de uma “justa política” de distribuição de renda. Defendiam também o fim dos “privilégios concedidos às grandes empresas, às multinacionais e ao capital financeiro” e o “fortalecimento” do mercado internacional (SKIDMORE, 2004, p. 453).

Apesar das propostas interessantes das oposições, os “pacotes” do governo tiveram sucesso e o PDS venceu em 12 estados, entre eles, Pernambuco, onde entra em cena a figura do professor Roberto Magalhães, substituindo o governador José Ramos. Skidmore nos conta que o PDS conquistou 46 das 69 cadeiras no Senado, contra 21 do PMDB, uma do PDT e uma PTB e na câmara elegeu 235 deputados federais (49%), mas perdeu a maioria absoluta (COUTO, 1998, p. 310).

Em Pernambuco, o vitorioso candidato do PDS, Roberto Magalhães, beneficiou-se do velho clientelismo eleitoral no interior e de uma hábil campanha difamatória contra Marcos Freire, o candidato do PMDB que enfrentou divisões em suas próprias fileiras²⁴. Sobre essa vitória, Alves (2005) relata a impressão do líder sindical Agapito, do Sindicato de São Lourenço da Mata, que descreveu, em entrevista, os métodos utilizados por candidatos do PDS na região afligida pelas secas:

O PDS mandava um caminhão-pipa à região que não chovia a quatro anos. Uma vez fornecida a água para determinado período, eles obtinham promessa final de certo número de votos naquele distrito eleitoral. E prometiam que depois das eleições, em troca do cumprimento do acordo, seriam enviados outros caminhões (ALVES, 2005, p. 339).

Apesar dos fortes indícios de corrupção na campanha, Magalhães assumiu o governo do estado de 1983 até 1986, tendo como seu vice Gustavo Krause, que depois o substituiria, e fez uso, antes e durante o seu mandato, da retórica da pernambucanidade quando se referia “aos pernambucanos” em seus discursos. E essa retórica estava também, sem dúvida, ligada a esse processo de redemocratização, bem como a outros fatores como a valorização da ideologia do nacionalismo, a crise econômica e suas projeções no estado e a crise da SUDENE.

2.2. “Somos herdeiros de uma tradição cultural marcante”²⁵: a efervescência em torno da identidade pernambucana.

Pernambuco assistiu, na primeira metade dos anos 1980, a uma grande efervescência no campo político e cultural que colocava a identidade pernambucana como algo que devia ser exibido com orgulho pelos pernambucanos. Amaral Junior (2000) descreveu esse fenômeno como uma “inversão na dialética regional”. Segundo o autor, a visibilidade dada a identidade nordestina e a identidade pernambucana foi invertida, passando a esta a ter uma maior atenção do que aquela. Rudson Soares (2007, p. 15) também registrou em seu trabalho

²⁴ A campanha eleitoral de 1982 foi uma das mais difamatórias do estado de Pernambuco. Apesar das boas chances de Marcos Freire, candidato a governador pela oposição, sair vitorioso, dias antes da eleição, foram difundidos no estado milhares de exemplares de um panfleto anônimo que reproduzia uma foto de Freire acrescida de um desenho representando um par de chifres. O panfleto fazia alusão ao seqüestro de sua esposa, Carolina Freire, e de Fernando Lyra, ocorrido em Brasília, em 1980, quando os dois foram levados e, sob a mira de metralhadoras, foram fotografados parcialmente despidos. A princípio, as famílias pediram reservas à Polícia e o seqüestro permaneceu em sigilo por um ano. Depois, quando Freire declarou-se candidato a governador, passou a sofrer chantagens e o episódio se tornou público.

²⁵ Fragmento da fala de Helder Lins Teixeira, presidente da EMPETUR, em 1983, ao discorrer sobre o que Pernambuco tem de atrativo para atrair os turistas. Cf. Diário de Pernambuco, 29/03/1983, p. A9.

que, nesse período, a Rede Globo Nordeste, “enraíza-se em solo pernambucano, a partir do diálogo com o mito da pernambucanidade”.

Os discursos identitários vinham de vários segmentos sociais e, evidentemente, como é de se esperar dos mesmos, os referenciais selecionados para definir o estado normalmente coincidiam com o seu centro hegemônico, ou seja, com o Recife, embora também com Olinda. Eram as práticas culturais e os eventos históricos dessas duas cidades, e não as do restante do estado, que eram exibidos como autêntica cultura pernambucana.

Talvez fosse mais propriamente adequado dizer que, especificamente, no interior de Recife e Olinda houve, nesse período, uma efervescência política e cultural e ela foi homogeneizada, generalizada, como se fosse expressão de todo o estado. Durante o final dos anos 1970 e primeira metade dos anos 1980, o Recife conheceu a administração de três prefeitos, Gustavo Krause (1979-1982), Jorge Cavalcanti (1982-1983) e Joaquim Francisco (1983-1985) e apesar das diferentes administrações, a efervescência iniciada na gestão de Gustavo Krause se estendeu por todo primeiro par de anos da década de 1980.

Segundo Bernardes (1996, p. 99), dois aspectos essenciais marcam a gestão Krause: “a prioridade dada aos problemas sociais da cidade e a preocupação em explicitar um projeto cultural para o município, afirmando buscar valorizar, promover e proteger sua identidade cultural própria”. Buscando consolidar esses objetivos sua administração tomou várias medidas, entre as quais: a criação da Fundação de Cultura da Cidade do Recife e a definição de áreas históricas cujas características deveriam ser consideradas como expressão da personalidade da cidade. Bernardes nos conta que:

Sua atuação deu-se, desde então, tanto no campo da cultura tradicionalmente da elite letrada, através da edição de textos literários e históricos, como também no campo da cultura de matriz e expressão popular mapeando, divulgando, patrocinando manifestações e eventos, com ênfase no carnaval, que no frevo tem uma das maiores criações culturais propriamente recifense. (BERNARDES, 1996, p. 101).

Bernardes afirma ainda, com relação ao carnaval da cidade, que no período autoritário ele foi sempre apresentado como moribundo, apesar de todo o esforço oficial para revitalizá-lo e partir da gestão de Krause o mesmo volta a ganhar vitalidade de seus melhores momentos. Esse fato é tão explícito que alimentou a idéia da criação de um livro. Em uma coluna do Diário de Pernambuco de 1983, Evandro Rabello, tecia comentários sobre o livro “O país do carnaval elétrico”, de Fred Góes, publicado pela Editora Corrupio, demarcando o renascimento do carnaval, no ano de 1981:

É também 1981 o ano que marca de forma definitiva o renascimento do carnaval como uma das mais importantes manifestações de participação popular em nosso país. É, curiosamente, no renascimento do carnaval na terra do frevo, na comemoração do cinquentenário de Capiba no gênero, surgiu um inusitado veículo, chamado Frevioca, que nada mais é que uma adaptação, para o modo pernambucano (para orquestras de metais) da forma de apresentação do trio elétrico, ou seja, um caminhão que carrega uma orquestra de 32 músicos. E foi sobre a Frevioca que Capiba desfilou no Recife festejando o meio século de dedicação ao frevo²⁶.

Em 1982 o carnaval pernambucano passa a ter ainda uma maior visibilidade. Nesse período a empresa Latin América Film Project, com o objetivo de divulgar o carnaval do estado, produz um Filme sobre o carnaval de Pernambuco²⁷. Também a dita “música pernambucana”, o frevo, apesar de ser tomada por alguns como ameaçada de extinção, mutilação, descaracterização, apropriação indevida por outros estados, como a Bahia, ganha, segundo os periódicos locais, enorme repercussão não apenas local, mas nacional e internacional.

Esses acontecimentos obviamente não podem ser tomados como isolados, apesar da polarização mundial entre os Estados Unidos e a União Soviética o mundo ia gradualmente se globalizando e os encontros e os desencontros culturais, o contato com o exótico, podia facilmente ser transformado em um bem de consumo. Além disso, diante da crise econômica, que se agrava em 1983, o turismo passa a ser considerado por muitos no estado como uma alternativa econômica viável para aquecer a economia local. Isso é bastante claro nas palavras de Elder Lins Teixeira, em 1983 que, na época, era presidente da Empresa de Turismo de Pernambuco (EMPETUR):

Devemos ter consciência das dificuldades do momento, quando as peculiaridades nacionais enfatizam a situação de crise por que passa a humanidade. Os escassos mercados tornam-se cada vez mais disputados, seja a nível mundial, seja a nível nacional, na luta pela apropriação da riqueza, cada vez mais rara, geradora de bem-estar social. Mais uma razão esta para enfrentarmos o desafio e tirarmos da dificuldade a razão do sucesso, pela força do trabalho e pelo uso da imaginação. É do turismo, em

²⁶ Diário de Pernambuco, 25/04/1983, p. A4.

²⁷ Ampla repercussão em Pernambuco teve também o filme “Batalha dos Guararapes”, lançado em 1978, produzido pela Carlos Henrique Braga, Sargitário Filmes e dirigido por Paulo Thiago. O filme custou 3,5 milhões de dólares, foi rodado em Igarassu, Itamaracá e no Monte Guararapes. Faz uma reconstituição dos principais episódios da batalha entre holandeses e luso-brasileiros nas cercanias de Recife, buscando destacar as forças econômicas e políticas que moveram aquele período, mas não desmistifica os ‘heróis’ do episódio. O pano de fundo do filme, que contou com José Wilker representando Fernandes Vieira em eu elenco, é o nascimento do capitalismo mercantil.

tempo de confrontação, quando o fabrico das armas alimenta sociedades, a indústria da paz, da concórdia e da compreensão entre os povos. E é do turismo que haveremos de tirar, unidos governo, empresários, artistas e demais homens do povo, como o somos todos nós, os proveitos de que resultarão benefícios para nosso Estado²⁸.

No seu discurso é possível ver, ainda, que elementos serão valorizados pelo turismo no estado:

Somos detentores de uma tradição cultural marcante. Aqui se forjou a nacionalidade brasileira; aqui foram escritas as mais belas páginas da história da pátria, pela participação permanente dos precursores dos grandes movimentos nacionais; aqui se cultuam as tradições, manifestadas por um folclore rico e participativo que não permite, por sua força, o testemunho passivo de quem o assiste; aqui se desenvolve o conhecimento e se cultiva a arte; aqui se singulariza a atividade humana no melhor sentido da Pernambucanidade que sintetiza o sentimento da terra e o apego às raízes da nossa história²⁹

Pernambuco teve no ramo do turismo, em 1981, bastante expressividade com relação aos anos anteriores. O número de congressos realizados, as feiras e exposições, superaram em muito a dos demais estados. A partir de 1982, o ramo foi ainda mais revigorado com o apoio dos agentes de viagem, especialmente da Sociedade Americana de Agências de Viagens (ASTA) e Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV), dos órgãos oficiais, operadores e transportadoras de turistas. O estado passava por um momento singular no que se refere à atividade turística, sobretudo a partir de 1982 e 1983, momentos de maior agravamento da crise econômica nacional.

Em 1982, foi criada uma nova coluna no Jornal do Commercio intitulada “Faça Turismo”, com o objetivo único e exclusivo de incentivar a atividade turística, veiculando as coisas a ele relacionadas, entre as quais, as supostas peculiaridades de Pernambuco e dos pernambucanos. Na primeira edição desta coluna encontramos informações que também reforçam o argumento de crescimento do incentivo à atividade turística:

²⁸ Diário de Pernambuco, 29/03/1983, p. A9. As reformas do Terminal Integrado de Pernambuco (TIPE) e do Aeroporto Internacional dos Guararapes também foram dois fatores que contribuíram significativamente para o fortalecimento do turismo no estado. Ainda em 1979 foi celebrado um convênio entre Ministério da Aeronáutica e Estado de Pernambuco, com a intervenção da Infraero, para desenvolvimento de projetos e execução de obras de reforma no Aeroporto dos Guararapes. A pista foi ampliada e o prédio totalmente reformulado, vindo a ser inaugurado em 1982, com a presença do presidente João Batista Figueiredo. Depois da reforma, o pouso e a decolagem de aviões de grande porte, facilitou um maior tráfego aéreo internacional. A partir daí, o setor turístico de Pernambuco torna-se portão de entrada e saída para a Europa e Ásia, o que representou um aumento no movimento hoteleiro e sobretudo nas atividades comerciais do Estado.

²⁹ Idem.

Agora, revigorados com o apoio dos agentes de viagem, dos órgãos, oficiais e operadoras e transportadoras de turistas, aos quais desejamos patentear nossos agradecimentos, esperamos poder oferecer uma coluna que venha a projetar ainda mais as atividades do turismo em Pernambuco³⁰.

Ainda nesse ano, o *Jornal do Commercio* anunciava a criação de um jornal singular, dedicado apenas ao turismo, a ser lançado na Casa da Cultura em Pernambuco: *O Cicerone*. *O Cicerone* é um jornal em formato pequeno, que se destinava ao turista, com informações gerais do setor, além de hotelaria, folclore, cultura, artes, restaurantes, espetáculos e roteiros de viagens. Também foi nesse ano que Marco Maciel, através da Secretaria de Turismo Cultura e Esportes, que tinha como secretário o poeta e escritor Francisco Austerliano Bandeira de Melo, lançou a campanha “Conheça Pernambuco”. Segundo Nilo Pereira, foi:

Muito boa a idéia da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes do Estado de lançar uma campanha com o tema acima com o objetivo de estimular o turismo em Pernambuco, “articulando para isso uma série de ações, capazes de destacar as atrações que existem em diversos municípios, promovendo ao mesmo tempo uma melhoria na infra-estrutura de acolhida ao visitante³¹.”

Embora o momento de emergência da atividade turística esteja mais relacionada aos três primeiros anos da década de 1980, esta atividade vai se estabilizando nos anos seguintes. Campanhas com apelo aos meios de comunicação para divulgar o Carnaval do estado, como a “Caia no frevo”, lançada pelo então prefeito de Recife Jorge Cavalcanti, premiações para as rádios que mais divulgassem a “música pernambucana”³², mostras culturais e obras públicas são realizadas com o objetivo definido de incentivá-lo. Nessas ações, entre outras, é fundamental o envolvimento da Secretaria Estadual de Turismo Cultura e Esportes, da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) e da Empresa Pernambucana de Turismo (EMPETUR) em diversos eventos culturais ligados direta ou indiretamente a atividade turística e promoção do estado.

O turismo demanda, entre outras coisas, pela definição clara, precisa, objetiva, do que pode ser seu objeto. É preciso definir o que Pernambuco e os pernambucanos possuem de diferente, de atrativo, de exótico para despertar interesse nos turistas. E essa busca por definir vai ser visível nos discursos de sujeitos pertencentes a diversos segmentos sociais. O turismo acaba por se juntar, pois, ao conjunto de motivações, como a crise econômica e a crise da SUDENE, que colocam em evidência o discurso identitário em Pernambuco, embora o

³⁰ *Jornal do Commercio*, 03/01/1982, p. 20.

³¹ *Jornal do Commercio*, 04/08/1982, p. 20.

³² Cf. *Diário de Pernambuco*, 07/01/1983, p. A6.

discurso identitário ligado a ele seja marcado pela ênfase em outros referenciais, mais ligados a cultura popular, diferentemente dos referenciais que normalmente eram mais usadas pelos políticos, especialmente no diálogo com o poder central, que era mais ligado a uma cultura elitista.

Apesar de uma notável ênfase no popular, algumas vezes os discursos ligados ao turismo podiam unificar referenciais identitários populares e referenciais mais usados pelos políticos num só discurso. O resultado é uma representação mais abrangente: é o Pernambuco do mar de águas mornas, do barroco extraordinário de Olinda, Recife e Igarçu, dos ceramistas de Tracunhaém, Goiana e Caruaru, do clima de Triunfo, Garanhuns e Camocim; das águas de Petrolina, São Francisco e Salgadinho; de Guararapes e Tabocas. É Pernambuco do mestre de todos nós, Gilberto Freyre, de Lula Cardoso Ayres, de Mauro Mota, de Capiba, de Francisco Brennand. É o Pernambuco do cantador do Sertão Luiz Gonzaga, dos Oliveiras, de tradição teatral, de Murillo Lagreca, o pintor clássico; é Pernambuco da Armorial, do concertista Sivuca, dos irmãos Valença, do Quinteto Violado, da Banda de Pau e Corda; é Pernambuco do frevo, do maracatu, do caboclinho e da ciranda, das pretas de engenho que ainda cheiram a bangüê, enfim, Pernambuco dos que se foram, mas estão vivos a cada instante: Nabuco, Bandeira, Carlos Pena Filho, Nelson Ferreira e muitos outros.

A disseminação de discursos identitários em torno de Pernambuco e dos pernambucanos que, embora pretendam estar falando de uma mesma coisa, vão revelar os múltiplos sentidos, interpretações, perspectivas, versões que a identidade pernambucana pode ter e, em cada uma delas, as rupturas, os desencontros, as contradições que podem assumir, dependendo de quem fala, para quem, quando, de onde e com que interesses fala. É assim que, percebendo a grande valorização da pernambucanidade, os prefeitos de Recife e Olinda tentam unificar o discurso identitário em torno de suas cidades, havendo certa disputa tanto com relação aquela que teria o melhor carnaval quanto com relação aquela que efetivamente teria sediado, no interior do estado, os eventos considerados mais importantes e decisivos na história do estado e do Brasil, como as Batalhas de Guararapes.

Essa disputa entre Recife e Olinda pelo lugar de “reduto da pernambucanidade”, é perceptível em vários discursos, de vários sujeitos, políticos ou não. Em um desses discursos, presente numa carta elaborada por Germano Coelho em 1980, que fora fundador e primeiro presidente do Movimento de Cultura Popular (MCP) em 1960 e, naquele momento, estava como prefeito de Olinda podemos ver um pouco dessa disputa. A carta foi enviada ao Papa João Paulo II, que esteve no Brasil também em 1980, e nela Germano Coelho solicita ao papa que Olinda seja elevada a condição de Sólido Cardinalício e que o Arcebispo Dom Helder

Câmara seja sagrado seu primeiro Cardeal³³. Na carta, visando convencer o Papa, ele remete à cidade todas as glórias do passado pernambucano e brasileiro

Pequena em dimensão, Olinda é grande na História. Primeiro rebento cristão, nas terras da Vera Cruz. Precursora do sentimento brasileiro da nacionalidade. Berço das revoluções libertárias. Da Restauração Pernambucana. Da independência do Brasil. Da abolição da escravatura. Da república. Matriz de toda a civilização urbana e rural do país³⁴.

Germano Coelho não deixa ao solo recifense nenhuma glória do passado, tão valorizada como definidora da identidade de Pernambuco, a ser lembrada com orgulho, tudo teria se passado em Olinda. Mas, numa ótica contrária havia quem inscrevesse as “revoluções libertárias”, entre outros acontecimentos históricos considerados importantes, no solo recifense. Parafraçando Arthur Orlando, Nilo Pereira escreveu algum tempo depois da carta de Germano Coelho:

Escreve Arthur Orlando de modo magistral: “Outros estados reclamarão para si os vôos da águia, o rugido do leão pertencerá a Pernambuco”. Esse rugido do leão é a voz da pernambucanidade. Rugido revolucionário. Pernambuco e o Recife são sinônimos. Eis porque a biografia do Recife é a mesma de Pernambuco. Porque o Recife é a cidade regional. Que traçou rumos definitivos ao Nordeste e, em certos casos, ao Brasil³⁵.

Mas existem deslocamentos discursivos ainda maiores, como por exemplo, o visível na canção “Recife minha cidade”, de Reginaldo Rossi, composta em 1984. A música é permeada de metáforas, ou talvez mesmo de ambiguidades e contradições, mas fez muito sucesso e, se, nas palavras de Germano Coelho, Olinda é a cidade da Restauração Pernambucana, de onde teriam surgido os “heróis da nação”, na música de Reginaldo Rossi, o lugar do surgimento destes heróis é o Recife:

[...] Ela é a cidade que viu surgir três grandes heróis da nossa nação, o negro Henrique e o branco Negreiros, o índio Felipe, o Camarão [...]³⁶

Com relação ao Carnaval, percebemos também essa disputa pelo lugar de “cidade do melhor carnaval”. Isso é mais claramente explícito numa matéria do Diário de Pernambuco,

³³ Elevar Olinda a esta condição, seria elevá-la a ter uma cadeira no Colégio de Cardeais, tornando-a partícipe do mesmo. O Colégio, como o nome já indica, é constituído por cardeais da igreja, que são os conselheiros e colaboradores mais íntimos do Papa, sendo, inclusive, responsável por elegê-lo.

³⁴ Diário de Pernambuco, 07/07/1980, p. A22

³⁵ PEREIRA, Nilo. Op. Cit., p. 73.

³⁶ Fragmento de “Recife, minha cidade”, de 1984, canção de Reginaldo Rossi.

de 1981, intitulada “Olinda x Recife: ganha o folião”, sintetizando a tese do secretário de Turismo, Cultura e Esportes, Francisco Bandeira de Mello, de que a disputa era boa, tendo em vista que atraía mais turistas para o estado, beneficiando o folião:

A rivalidade entre os carnavais de Olinda e Recife é bastante salutar, segundo o secretário de Turismo, Cultura e Esportes, Francisco Bandeira de Mello, que acredita que a competição só faz estimular a que a cidade procure apresentar “o melhor carnaval do mundo”³⁷.

No conjunto desses discursos identitários, é clara a preocupação com a valorização do que definiria o estado. É, entre outros, o caso do frevo, que, defendia-se com “unhas e dentes”, era genuinamente pernambucano, mas estava, segundo alguns, sendo vítima de um verdadeiro plágio empreendido, sobretudo pelos baianos. Tornou-se comum falar-se depreciativamente em “frevo baiano” para referir-se a uma possível apropriação desta prática pelos naturais da Bahia e até mesmo do Rio. Podemos ver essa preocupação com uma suposta apropriação do frevo pernambucano e uma depreciação com o frevo não-pernambucano, entre outras, no dizer de Marcus Accioly, no Diário de Pernambuco em 1983:

Pernambuco, que já teve de tudo, anda perdendo de tudo. O frevo, por exemplo, de mala e cuia, emigrou para a Bahia. Lá é Osmar, é Caetano, é até Moraes Moreira. E até no Rio, lá é Chico. Porém se o frevo lá pegou e de gaiola mudou – ao contrário do que disse Horácio - de céu e espírito, foi para o céu da boca, para outra boca, enquanto o frevo-cá ainda é frevo Capiba, do segundo Capiba, do Capib(a)ribe. O resto é quarta-feira de cinzas³⁸.

Agnes Mariano em sua obra, *A invenção da baianidade*, analisando a seleção dos elementos que forjaram uma identidade baiana pelas canções também percebeu uma certa apropriação do frevo pelos baianos e registrou que, nesse período, na Bahia, “de pernambucano, as vezes parece que o frevo já se transforma em autenticamente baiano” (MARIANO, 2009, p. 96). Dentre as canções em que analisa a construção de um ethos baiano, destacamos uma, analisada pela autora, composta em 1980 por Macedo:

O som do Havaí já era
 Mexicano, quimera
 O fado de cristal, nunca fez mal
 Também o passo doble já passaram para trás
 E até o tango não se ouve mais
 Som do trio, guitarra baiana no ar

³⁷ Diário de Pernambuco, 15/02/1981, p. A20.

³⁸ Idem, 12/02/1983, p. A9.

Frevo quente da Bahia

Não preciso do roque, só preciso do toque

Envolvente, legal, para o meu carnaval

Vamos cantar, vamos dançar

Nossa música popular [Macedo, 1980] (MARIANO, 2009, p. 96)

Enquanto os baianos vibravam pelo “frevo quente da Bahia”, em Pernambuco havia pernambucanos que ficavam revoltados com o que julgavam uma espécie de plágio de seu ritmo, pois os “ritmos” nessa época pareciam mesmo ser levado a sério por muitos como definidores da cultura de seus estados. Em uma matéria mais “pacífica”, por assim dizer, da relação entre a Bahia e Pernambuco, ou entre baianos e pernambucanos, vemos como os “ritmos” são usados para definir, tanto no discurso imagético, ou seja, na fotografia, quanto nas imagens discursivas, a identidade dos estados.

Especificamente com relação a fotografia, Cardozo e Mauad (1997) afirmam que “ao historiador, a fotografia lança um grande desafio” e problematizam com uma questão clássica quando a fotografia é tomada como documento histórico: “como chegar aquilo que não foi revelado pelo olhar fotográfico?” Essa pergunta já supõe que fotografar não é um trabalho inocente, neutro. É um processo de inclusão (aquilo que aparece na foto) e de exclusão (aquilo que é deixado de fora), constituindo, portanto, um processo seletivo operacionalizado pelo fotógrafo para produzir um determinado efeito de realidade. Se levarmos em consideração que a fotografia abaixo foi claramente “preparada”, o que aumenta o seu grau de intencionalidade, entendermos melhor o seu discurso.



Fotografia 4. Diário de Pernambuco, 15/12/1981, p. A-5.
Baiana representando a chegada do Banco da Bahia, Baneb, em Pernambuco.

No sentido denotativo, o novo ritmo de que o texto fala refere-se à chegada do banco da Bahia, Baneb, em Pernambuco. Conotativamente, a instalação do banco é tomada como uma união dos dois estados, onde o banco é representado na imagem fotográfica da baiana, que representa a Bahia ou a identidade baiana, e Pernambuco ou a identidade pernambucana, é representado na sombrinha de frevo, além das legendas ao lado direito “Frevo, Maracatu, Ciranda” com o frevo, claro, em primeiro lugar na ordem de citação. A imagem e o jargão inicial são reforçados pelo texto:

Vasta e rica é cultura popular pernambucana. Diversificados são os seus ritmos. A Bahia pede licença para trazer um ritmo seu que, com certeza, logo, logo, ganhará sotaque pernambucano. Hoje o Banco do Estado da Bahia S/A – Baneb chega a Recife. Para participar mais de perto da cultura deste estado, contribuindo com seu ritmo. a partir de agora você e todos os pernambucanos pode contar com a solidez, segurança e ritmo do banco de fé dos baianos...venha conhecer os bons e eficientes do Baneb, agora com sotaque pernambucano³⁹.

Há uma preocupação com o texto em esclarecer que não se trata de acrescentar um novo ritmo porque Pernambuco estaria carente do mesmo, mas de enriquecer ainda mais, e com o pedido de licença, a “vasta e rica cultura popular pernambucana”. Para um banco usar um marketing como esse, visando sua aceitação em Pernambuco, podem ser alegadas várias razões – incluindo uma possível tentativa de melhorar a imagem de seu estado de origem por este estar sendo acusado de apropriação de um ritmo pernambucano –, mas uma delas pode ser também pelo fato de que esses ritmos eram realmente levados muito a sério por alguns.

De qualquer modo, as críticas a apropriação do frevo por baianos continuavam. Esses discursos de revolta, entre outros, evidenciam uma enorme preocupação com o verdadeiro lugar do frevo na sociedade e começam a ocupar as colunas dos jornais da época. Além disso, de um lado havia os que denunciavam o seu suposto mutilamento, através de uma possível descaracterização pela qual ele estaria passando. De outro, os que denunciavam o seu suposto esquecimento ou sua substituição por ritmos estrangeiros ao estado, resultantes, sobretudo, das influências do sudeste, como o samba.

Na verdade esses debates nos jornais faziam parte de uma discussão mais ampla que remontava aos anos 1970 e cuja temática era o verdadeiro lugar da cultura popular na sociedade pernambucana e brasileira. Os anos 1970 foi o momento de auge do Movimento

³⁹ Diário de Pernambuco, 15/12/1981, p. A-5

Armorial, que tinha como principal representante o então Secretário de Cultura da Prefeitura do Recife, Ariano Suassuna. Segundo Moraes (2000, p. 35) o Movimento Armorial tinha como meta a realização de uma arte erudita, partindo das raízes populares da cultura brasileira, pois defendia que a expressão mais autêntica da cultura brasileira estava na cultura popular. O discurso do Movimento era um discurso identitário que, em busca das “sobrevivências” do popular, estabeleceu a região Nordeste e, mais especificamente, o Sertão como o reduto da autêntica cultura do país.

Essa escolha da região Nordeste, entre outras coisas, garantiu diversas críticas ao Movimento por parte daqueles que concebiam o elemento popular de outra maneira. Muniz de Britto, por exemplo, apontava que a seleção do Nordeste como reduto da autêntica cultura popular brasileira constituía uma compensação da elite local que já que não podia ser melhor na economia queriam ser os melhores na autenticidade nacional (MORAES, 2000, p. 50). Mas idéia da preservação e do resgate do popular foram cruciais dentro do Armorial, idéia que estaria presente em muitas das críticas às supostas descaracterizações do frevo e do carnaval pernambucano. Em uma coluna do Diário de Pernambuco, de 1983, que visava apontar um suposto descaso com a divulgação do frevo, podemos ler:

O mestre Capiba já tem pronta sua música pra o carnaval-83: Uma Rosa é uma Rosa. Exatamente por falta de uma maior divulgação vai se repetir o mesmo fenômeno de tantos anos, somente deverá fazer sucesso no carnaval seguinte. O problema de divulgação do frevo pernambucano é cada vez mais sério⁴⁰.

O texto continua, afirmando que o frevo de Capiba, pelo problema da falta de divulgação, deverá fazer sucesso só em 1984. Mas, contrariando a esta percepção, havia os que afirmavam jubilosos os sucessos do frevo a nível local, nacional e internacional e viam com otimismo o lugar que o frevo estava ocupando, naquele momento, na sociedade pernambucana. Uma matéria do mesmo jornal estampa, apenas um mês depois, “Claudionor Germano, Capiba e Ferreira vendem mais discos”, na coluna podemos ler:

OK, Nelson Ferreira, Capiba e Claudionor Germano, vocês venceram. Nem mesmo as batatas fritas do “você não soube me amar”, do conjunto punk “Blitz”, e “Muito estranho”, do cantor Dalton, que há meses vinham figurando como mais vendidas e tocadas, andam conseguindo superar, neste final de mês que antecede o carnaval, as vendagens de discos de frevo, o

⁴⁰ Diário de Pernambuco, 02/01/1983, p. B3

que prova mais uma vez que o pernambucano entre um rock ou um samba, prefere mesmo é um frevo⁴¹.

Os acontecimentos parecem ser favoráveis a idéia de que, ao menos desde 1981 e ao contrário dos que apontavam o seu suposto esquecimento, o frevo passou a ser amplamente veiculado. Uma matéria do Jornal do Commercio, de 1982, intitulada “Frevo é pernambucanidade” – algo muito raro, para não dizer incomum, colocar a etiqueta de “pernambucanidade” no frevo, num período anterior a este ano, mesmo o considerando como referencial da identidade pernambucana – registrava:

Verdade que o frevo, hoje, está sendo mais executado pelo Brasil afora. Existe, entretanto, uma mistura, uma saudade inexplicável de suas raízes e características fundamentais: a Pernambucanidade, o enfoque no carnaval, das coisas da província⁴².

Essa observação de que faltaria no frevo que tem sido divulgado pelo Brasil afora, “as coisas da província”, como a pernambucanidade, está relacionada a uma crença na sua descaracterização seja pelos usos indevidos por sujeitos de outros estados ou mesmo do próprio estado de Pernambuco. Sobre isto, podemos ler em uma matéria do Diário de Pernambuco, em 1983, o seguinte comentário

Cronistas especializados descrevem modificações sensíveis dos nossos carnavais, traços que se apagam, ou outros que, inesperadamente, retornam. A importância dessas alternâncias é que, muita vez, as modificações são de tal densidade que se transformam em mutilações, perdendo-se, para sempre, valores insubstituíveis. E, nesse caso, é a própria tradição que perece. Seria, no nosso carnaval, o caso do frevo. A grande música pernambucana parece enfrentar uma crise ameaçadora...preservar a linha tradicional da nossa folia, também é um serviço de valor prestado à nossa cultura...⁴³

Vemos esta preocupação com o frevo também no discurso de sujeitos das camadas populares, como os compositores de frevo Manoel Gilberto e José Menezes, cujos fragmentos da fala, como raramente podemos ver, foram registrados no Diário de Pernambuco nesse mesmo ano. Ambos foram vencedores do concurso de música carnavalesca no carnaval de 1983, com o frevo-canção “Vai pegar fogo”. No discurso de Manoel Gilberto, na entrevista ao jornal, é possível notar, entre outras coisas, uma preocupação com a preservação do frevo,

⁴¹ Idem, 02/02/1983, p. A5.

⁴² Jornal do Commercio, 21/02/1982, p. 2.

⁴³ Diário de Pernambuco, 11/02/1983, p. A8.

além da consciência de que os incentivos dos órgãos públicos a esta prática servia, para várias coisas e, entre elas, para a atração turística. Na entrevista podemos ler:

É preciso divulgar intensamente nossas músicas para não descaracterizar o carnaval pernambucano – diz Manoel Gilberto, compositor várias vezes campeão. Pernambuco é o único lugar do país que possui música própria para o carnaval e é isso que tem que ser preservado, porque, inclusive, serve de atração turística.

Nós temos de preservar o frevo, dando continuidade à obra de grandes autores que no passado fizeram nosso carnaval⁴⁴

O ano de 1983 é um ano em que as discussões e os debates em torno do frevo ocupam as páginas dos jornais para um período muito maior ao do perímetro do carnaval. Um verdadeiro debate, acompanhado de ofensas hostis, se estabelece entre colunistas de jornais e alguns artistas populares. A grande questão, além das apontadas possíveis descaracterizações, pouca divulgação, apropriação pelos baianos e cariocas, era se o frevo estava vivo ou estava morto. Claudionor Germano, o famoso *Mister Frevo*, e o Maestro Nunes acabaram por arrumar uma verdadeira briga, com um jornalista que afirmava que o frevo estava morrendo. Pensado o contrário do jornalista, o Maestro Nunes disse em entrevista:

Pode ser que em alguns lugares não se tenha escutado o som de frevo. Até aí tudo bem. Agora, dizer que ele está morto, é pura conversa⁴⁵

Os jornais iam sistematicamente produzindo “o direito de resposta” do jornalista, depois o de Claudionor Germano e vão, aos poucos, surgindo várias réplicas, tréplicas e assim sucessivamente. De um modo geral, muitos desses discursos circulantes sobre a identidade pernambucana surgem já com afirmações de que os referenciais da mesma estão *ameaçados a desaparecer*⁴⁶. Essa percepção, comum entre os folcloristas, de compreender os objetos e os costumes populares como *restos* de uma estrutura social que se *apaga* e que justificaria a idéia de *conservação, preservação* ou *resgate* também é perceptível nesse período. Prefaciando o livro da peruana Carmela Oscanoa da Cárdenas, “O uso do folclore na didática pré-escolar” Mario Souto Maior escreveu:

⁴⁴ Idem, 16/02/1983, p. A5.

⁴⁵ Idem, 18/02/1983, p. A5.

⁴⁶ Parece haver uma tendência comum nos discursos identitários quando estes usam como signos de identificação a cultura popular. Burke (1989), em seu trabalho, mostra como o fenômeno que ele chama de “descoberta do povo” e, conseqüentemente, do “popular”, na Europa, é acompanhado, simultaneamente, da “descoberta” de que a cultura popular estaria “ameaçada” a desaparecer. Cancline (1997) também problematiza esta concepção de cultura popular que foi, durante muito tempo, a mola propulsora do trabalho dos folcloristas.

Acredita a pesquisadora peruana que, num zelo de Pernambucanidade a criança deva, a partir do curso pré-escolar, ir logo caindo no frevo, ficando assim, desde cedo, mais presa às raízes tradicionais de sua região⁴⁷.

Seria preciso algum tempo para essa mudança de pensamento com relação aos referenciais que constituiriam a cultura popular, como vemos nos discursos de alguns indivíduos em Pernambuco. Néstor Garcia Canclini (1997, p. 220) chama a atenção para o fato de que os fenômenos culturais *folk* ou tradicionais são hoje compreendidos como produtos multideterminados de agentes populares e hegemônicos, rurais e urbanos, locais, nacionais e transnacionais. Segundo ele, é possível pensar que o popular é constituído por processos híbridos e complexos, usando como signos de identificação elementos procedentes de diversas classes e nações.

É importante também não pensar na efervescência cultural desse momento histórico como um mero produto das ações do governo do estado, diante da crise econômica, da crise da SUDENE, com a indústria do turismo, com os poderes públicos que normatizavam o carnaval, com a ação dos intelectuais e folcloristas na ‘defesa’ do popular, entre outras, embora elas tenham sido muito importantes. Mas, atentar para as observações importantes como as da historiadora Isabel Guillen e de Ivaldo Lima (2006), quando analisam o ressurgimento dos grupos de maracatus nos anos 1990. Eles concluem este ressurgimento está relacionado a questões diversas mas também a negociações identitárias, resultantes das práticas de resistências adotadas pelos sujeitos populares envolvidos com essas manifestações.⁴⁸

Superando as análises de estruturalistas baseadas numa concepção de sujeito assujeitado, a historiadora Isabel Guillen (2003), além de considerar, entre outras coisas, o papel dos intelectuais e folcloristas para dar legitimidade a determinadas práticas culturais populares, como o maracatu - que, de contestado e perseguido nos anos 1930 e 1940, acabou se transformando, anos depois, em signo/símbolo da pernambucanidade - não as reduz a meras invenções de intelectuais e/ou folcloristas e/ou das indústrias culturais e poderes oficiais, mas as toma como ações de resistência dos sujeitos envolvidos com estas práticas que, para conservá-las, se envolveram num processo de negociação de suas identidades⁴⁹. E as

⁴⁷ Diário de Pernambuco, 04/09/1981, p. B6.

⁴⁸ Cf. GUILLEN, Isabel C. M. e LIMA, Ivaldo Marciano de França. **Os maracatus-nação do Recife e a espetacularização da cultura popular (1960-1990)**. Saeculum (UFPB), v. 14, p. 183-198, 2006.

⁴⁹ Cf. GUILLEN, Isabel C. M. **Maracatus-nação entre os modernistas e a tradição**: discutindo mediações culturais no Recife dos anos de 1930 e 1940. CLIO - Série Arqueológica (UFPE), Recife, v. 01, n. 21, p. 107-135, 2003.

mesmas observações da autora, devem ser aplicadas com relação aos cantores e compositores de frevo e com relação a todos os sujeitos populares envolvidos com essas práticas.

Nessa primeira metade dos anos 1980 ocorreram também muitos tombamentos de espaços que passaram a ser tomados como patrimônios culturais. O mais importante deles e que teve ampla repercussão nos meios de comunicação e nos meios políticos, foi, sem dúvida, o de Olinda, que foi declarada pela UNESCO “Patrimônio Cultural da Humanidade”, em 1982. Embora os anos anteriores houvesse sido fundamental para o recebimento desse título, pois já em 1979 o Prefeito de Olinda, Germano Coelho, recebeu um telegrama do embaixador informando que o Delegado da UNESCO para a América Latina e o Caribe, Alfonso de Silva, responsável pelos programas do Brasil, estaria em Olinda e que seria uma oportunidade para discutir os interesses do município.

Ao chegar à cidade, o dirigente da UNESCO teve uma visão completa da cidade e se convenceu de que a mesma preenchia os requisitos para a inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, mas deixou claro que a cidade deveria criar as condições para que o governo federal, em nome do Brasil, se sentisse motivado a formular a proposta à UNESCO e, para isso, era imprescindível também, antes de tudo, por questões diplomáticas, que o País erigisse Olinda em Monumento Nacional. Isso acabaria colocando Pernambuco no centro das discussões dos noticiários nacionais, dando maior visibilidade ao estado, situação que não se deixou ser passada em branco pelos políticos locais.

Desses encontros com o delegado da UNESCO resultou o apoio do diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Aloísio Magalhães que era amigo do prefeito Germano Coelho desde os tempos de faculdade. Foi ele que levou para Brasília o ofício do prefeito, de 9 de julho de 1979, dirigido ao ministro da Educação e Cultura Eduardo Portella, formalizando, em nome do povo de Olinda, o pedido de elevação de Olinda a “Monumento Nacional” e a “Patrimônio Cultural da Humanidade”.

Germano Coelho assinou mensagem à Câmara, encaminhando o projeto de lei, que instituía no País, o sistema municipal de preservação do patrimônio natural e cultural da cidade. Em pouco tempo o projeto foi convertido na Lei nº 4119/79, instituído um sistema de preservação: Conselho-Fundação-Fundo-e-Tombamento Municipal. Em 26 de novembro de 1979, o prefeito entregou ao representante da UNESCO no Brasil, Gustavo López, ofício formalizando o pleito de inscrição de Olinda na Lista do Patrimônio Mundial.

Em 1979 teria ainda um acontecimento marcante que indicaria “o desejo popular” necessário, segundo o representante da UNESCO, para que Olinda fosse elevada a tal condição: o Encontro em defesa do patrimônio cultural de Olinda, realizado na velha Igreja da

Sé. O Encontro foi aberto pelo governador Marco Maciel e promovido pelo Governo Federal, IPHAN, Governo do Estado, FUNDARPE, Prefeitura de Olinda, Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda - CPSHO, pela Sociedade dos Moradores e Amigos de Olinda Antiga e pela Fundação Roberto Marinho⁵⁰.

Marco Maciel, durante seu mandato, também baixou um decreto que permitia ao governo do estado realizar tombamentos ou oficializar o que Pierre Nora (1993) chamou de “lugares de memória”. Nesse mesmo período e seguindo a mesma linha, Gustavo Krause, ainda enquanto prefeito de Recife, começou a definir áreas históricas cujas características deveriam ser consideradas como “expressão da personalidade da cidade”. Os sucessores, quer do governo do estado ou das prefeituras do Recife e Olinda, deram continuidade a essas políticas culturais.

Os governos, tanto municipal do Recife, quanto estadual, também criaram programas editoriais, pelos quais editavam obras consideradas importantes para a cultura do estado e o fato de Gilberto Freyre estar como diretor-presidente do Conselho Estadual de Cultura também deve ter sido um fator decisivo. “Heróis” de César Leal, “Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco”, de Loreto Couto “História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, herói digno da eterna memória, primeiro aclamador da guerra”, de Diogo Lopes Santiago, “Memórias diárias da guerra do Brasil: 1630-1638”, de Duarte de Albuquerque Coelho, “Nossa Senhora dos Guararapes: romance histórico, descritivo, moral e crítico”, de Bernardino Castro, “Dicionário biográfico de pernambucanos célebres” de Francisco da Costa, “A Arte Pernambucana” do francês Edmond Dansot, “O Uso do Folclore na Educação: o Frevo na Didática Pré-escolar”, da peruana Carmela Oscanoa da Cárdenas, foram alguns deles⁵¹. Mas, sem dúvida, a mais expressiva obra, seja por ter sido escrita a pedido do próprio governador Marco Maciel, seja pela expectativa que acompanhou sua escrita, seja pela repercussão que teve, ou mesmo por ter sido escrita por uma pessoa “de peso”, como era considerado Nilo Pereira, foi a obra “Pernambucanidade: alguns aspectos históricos”.

⁵⁰ As expectativas e as repercussões que cercaram a transformação de Olinda em Patrimônio Nacional e Mundial foram sem dúvida fundamentais para aquecer o campo político e cultural e colocar em evidência os discursos em torno da pernambucanidade. Acreditamos que a tensão entre os interesses municipal, estadual, regional, nacional e internacional, resultantes das expectativas e das repercussões em torno deste fato, mereceria um trabalho específico.

⁵¹ Muitas dessas obras, escritas no período ou não, já que muitas eram também reeditadas, integravam a *Coleção Pernambucana* que teve duas fases, de 1975-1979 e 1983-1987, e a *Coleção Recife*, de uma única fase, 1979-1983.

2.3. “Um marco de excepcional significação para a cultura pernambucana, com reflexos para a inteligência de todo o Nordeste”⁵²: Uma história da pernambucanidade.

A relação entre produção, circulação e consumo de textos e a sociedade já é, há muito, considerada importante pelos historiadores. Chartier (1991, p. 178), por exemplo, dedicou-se a estudar como nas sociedades do Antigo Regime, entre os séculos XVI e XVIII, a circulação multiplicada de textos impresso modificou as formas de sociabilidade, autorizou novos pensamentos e transformou as relações com o poder. Apesar de não ser historiador, mas propondo uma abordagem que valoriza a história, o analista de discurso Fairclough (2001) sugeriu uma compreensão tridimensional do discurso a partir da qual a relação entre textos, práticas discursivas e práticas sociais são compreendidas como dialéticas.

Levando em conta a observação desses autores, a obra “Pernambucanidade: alguns aspectos históricos”, de Nilo Pereira, publicada em 1983 pela Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), pode tanto ser tomada como um produto da efervescência nos campos cultural e político pernambucano da primeira metade dos anos 1980 – exprimindo o imaginário social do grupo com o qual o autor se identificava – quanto como produtor da efervescência desses campos, ou ao menos do campo político, dado que sua obra expressava de uma forma até mais poética os referenciais identificadores do estado⁵³. Nilo era recorrentemente citado no meio político, especialmente nos discursos dos deputados estaduais. Portanto, sua obra constitui um importante documento histórico.

Integrada ao programa editorial do governo do estado, a obra foi escrita a pedido do governador Marco Maciel, em 1981, sob a sugestão do secretário de Turismo, Cultura e Esportes, Francisco Bandeira de Mello. A obra foi claramente encomendada para enaltecer o cenário político da época e a expectativa em torno da mesma foi registrada por diversas matérias de jornais que visavam atualizar seus leitores a respeito do andamento da sua escrita, ao mesmo tempo em que colocavam em destaque os supostos atributos intelectuais de Nilo para ter sido ele o escolhido pelo governador e não outro para a tarefa. É nessa fase de

⁵² Fragmento da fala do governador Marco Maciel, em 1981, numa carta escrita a Nilo Pereira e publicada no Diário de Pernambuco. A carta fala sobre o papel que a obra “Pernambucanidade”, que estava sendo escrita por Nilo, a seu pedido, representaria. Cf. Diário de Pernambuco, 17/12/1981, p. A11.

⁵³ Os três volumes da sua obra foram enviados para todas as escolas estaduais na época. Embora nosso trabalho não tenha se focado nas representações da pernambucanidade no livro didático deste período, é seguro que os mesmos reproduzissem o discurso oficial da época. Ainda recentemente Oliveira e Oliveira Filho demonstraram que as representações da identidade pernambucana nos livros didáticos continuam, mesmo que de forma. Cf. OLIVEIRA, Francisco Barbosa de e OLIVEIRA FILHO, Pedro de. **Nas tramas do discurso: o papel do livro didático de História na fabricação da identidade pernambucana.** Anais do XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, Maceió, 2009.

expectativa, ainda durante a escrita, que Nilo revela que, ao invés de escrever a história de Pernambuco, está escrevendo uma história da pernambucanidade. Segundo Edmundo Morais, colunista do Diário de Pernambuco:

Não poderia ter sido mais feliz o governador Marco Maciel ao escolher o mestre Nilo Pereira para escrever a História de Pernambuco [...]

O escolhido, ao invés de uma História de Pernambuco, sob forma sistemática e convencional, preferiu escrever – como já vem fazendo – uma História da Pernambucanidade [...]

Jornalista, escritor, historiador, professor universitário, homem público das mais altas virtudes, o Dr. Nilo Pereira é parte das duas histórias – a de Pernambuco e a da Pernambucanidade – que, aliás, se confundem [...]

Todos nós, pernambucanos ou não, vamos ficar devendo mais um notável serviço ao tão nosso e querido Dr. Nilo Pereira⁵⁴.

Nilo era jornalista e, apesar de atuar como colunista do Jornal do Commercio, nas “Notas Avulsas”, era amigo de muitos jornalistas do Diário de Pernambuco, que possuíam colunas diárias, dos quais podia conseguir uma notas bajuladoras de tempos em tempos a respeito do andamento de sua obra. Afinal, ter outros falando bem de sua obra seria mais credível do que ele próprio discorrendo narcisisticamente sobre seus supostos talentos como escritor e historiador. Numa coluna do Jornal do Commercio, escrita em 1982, intitulado “Em louvor da Pernambucanidade”, Orlando Parahym também tece comentários sobre a escolha de Nilo por Maciel para a escrita do livro Pernambucanidade:

Acaba de ser cometida ao escritor Nilo Pereira, através da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, a incumbência de escrever a história cultural de Pernambuco.

Quanto à escolha, não se poderia desejar melhor. Nilo Pereira, historiador e escritor, de alto quilate intelectual, integrado pelas raízes mais profundas do espírito ao nosso Recife, possui sobejamente os requisitos para empreendimento de tal envergadura⁵⁵.

Orlando Parahym também fazia parte do círculo de amigos de Nilo, o que nos faz olhar com desconfiança os lisonjeios das supostas capacidades de Nilo para escrever a história de Pernambuco. Também, antes da publicação da obra, o governador Marco Maciel, numa carta a Nilo, expressou sua expectativa com relação à mesma. A carta “pessoal” do governador foi publicada no Diário de Pernambuco. Nela, o governador diz:

⁵⁴ Diário de Pernambuco, 10/12/1981, p. A22.

⁵⁵ Jornal do Commercio, 12/01/1982, p. 2.

Posso antever claramente que o seu projeto de escrever a história de Pernambuco sob um ângulo novo - a rigor, mais propriamente uma história da pernambucanidade, conforme esclareceu -, se constituirá um marco de excepcional significação para a cultura pernambucana, com reflexos para a inteligência de todo o Nordeste⁵⁶.

A publicação da carta do governador a Nilo nos jornais não era por acaso. Ela fazia parte do conjunto de estratégias para dar a obra credibilidade, aumentando a expectativa com relação a publicação da mesma. Quando enfim a obra foi publicada, em 1983, Aluizio Furtado de Mendonça expressava, numa coluna do *Jornal do Commercio* o significado da obra:

Escolhido pelo ex-governador Marco Maciel para escrever a história cultural de Pernambuco, Mestre Nilo terminou por oferecer à literatura brasileira, em todos os tempos, um amplo, fecundo e extraordinário depoimento sobre as tendências e movimentações de todo um universo de idéias, sentimentos, impulsos e colocações da própria nacionalidade, que ele acompanhou, nos três volumes de sua obra “PERNAMBUCANIDADE”, passo a passo, desde os seus dias mais distantes.

De agora por diante, e com certeza, quaisquer estudos que visem um conhecimento mais profundo da história de Pernambuco, desde as suas nascentes, terá que dirigir-se, de quando em quando, à notável e recente obra de Nilo Pereira, enfeixada em três volumes, graficamente bonitos e perfeitos⁵⁷.

Sem nenhuma autoridade, do ponto vista historiográfico, para avaliar a qualidade de uma obra de História, Aluizio Furtado de Mendonça eleva a obra de Nilo ao mesmo status de uma obra clássica. Ainda nessa mesma matéria, cujo título era “Um historiador privilegiado”, Mendonça procura traçar um pouco o que seria o perfil de Nilo que, segundo ele, é:

Escritor de tendências múltiplas, que se movimenta sem embaraços no exercício de vários gêneros literários, Nilo Pereira é, no entanto, por formação humanística e respaldo no próprio espírito, um historiador privilegiado...

Jornalista, ficcionista, poeta, na literatura, de um modo geral, Mestre Nilo Pereira conquistou um nome de admirável expressão na vida cultural do Nordeste, onde a sua atuação de homem de pensamento atravessa comodamente fronteiras....

Cronista de notável sensibilidade, orador, ensaísta, conferencista, polemista equilibrado e suave, de linguagem suave e objetiva, Nilo Pereira, desde os primórdios de sua vida literária, marcou-se sempre pelo brilho, inteligência e oportunidade de sua atuação⁵⁸.

⁵⁶ *Diário de Pernambuco*, 17/12/1981, p. A11

⁵⁷ *Jornal do Commercio*, 23/10/1983, p. 6.

⁵⁸ *Idem*.

Esse tipo de análise que centra mais na “massagem ao ego” do que na objetividade dos fatos é visível também na biografia recente de Nilo Pereira. “Um homem múltiplo”, é assim que se refere, de uma forma sentimental, Fernanda d’Oliveira (2001) a Nilo Pereira na série *Perfil Parlamentar*, série que parece ter como uma de suas marcas, a bajulação dos políticos biografados. Além de discorrer sobre o seu mandato de deputado estadual entre 1951 e 1954, a autora busca traçar o seu perfil biográfico. Segundo a mesma, o “acadêmico”, o “mestre”, o “doutor” Nilo Pereira, como muitas vezes era chamado, acumulou as funções de deputado, professor, historiador, pesquisador, jornalista, escritor, romancista, poeta e imortal da academia pernambucana de Letras (d’Oliveira, 2001).

A carreira de Nilo começou cedo e ele parece ter tido o talento para se destacar em momentos autoritários da história política do país. Sendo escolhido como orador da sua turma e tendo seu discurso impressionado o então interventor de Pernambuco, Agamenon Magalhães, acabou sendo convidado por este para colaborar com na administração estadual. Segundo a historiadora Graça Ataíde de Almeida (2001, p. 38), ele estava à frente do Departamento de Educação, tendo sido também redator-chefe da *Folha da Manhã*, jornal diário que pertencia ao interventor e também contribuiu, a seu modo, para “a construção da verdade autoritária” nesse período⁵⁹. A exaltação da identidade pernambucana, visível também nesse período, ligada abertamente ao anticomunismo e a Nilo, permite a Denis Bernardes inclusive comparar esses anos com os anos 1980.

Nilo era membro do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, foi membro fundador do Seminário de Tropicologia e presidente do Conselho Diretor da Fundação Joaquim Nabuco e foi amigo de vários humanistas e intelectuais do Recife, entre os quais, Gilberto Freyre, Gilberto Osório de Andrade, Sylvio Rabello, Orlando Parahym, Mauro Mota, Mário Melo, com o qual manteve uma longa polêmica pelos jornais, sobre a colocação de um busto do poeta Manuel Bandeira em praça pública. Trabalhou no *Jornal do Commercio*, onde foi editorialista por muitos anos e onde publicava regularmente a coluna *Notas Avulsas* (1954-1992). Colaborou ainda com os jornais recifenses *Jornal Pequeno*, *A Tribuna* e o *Diário de Pernambuco*.

Em se tratando de História, apesar de não ter tido formação nessa área, Nilo era considerado por muitos em Pernambuco senão a maior, umas das maiores autoridades no assunto. E não apenas um historiador comum, mas um historiador “privilegiado pelos atributos intelectuais” e pelo acúmulo de tantas funções. Apesar de não ser da área de

⁵⁹ Para um aprofundamento desse outro momento autoritário da história do país, cf. ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde. **A construção da verdade autoritária**. Humanitas FFLCH/USP, 2001.

História, Nilo gozava do status de “ser um historiador”. Isso era, até certo ponto, comum, já que, durante um bom tempo no Brasil, segundo Francisco Falcon (1995), o historiador, basicamente era um autodidata, precisando unicamente do reconhecimento de seus pares – o universo de intelectuais – para ser aceito de fato e de direito como historiador. Embora não sendo historiador por formação, Nilo possuía o estatuto de tal e sua obra, principalmente pela tendenciosidade, possui elementos fundamentais presentes nos discursos circulantes sobre a identidade pernambucana nos anos 1980.

Nilo começa sua obra, que segundo Bandeira de Mello foi escrita em “transe de pernambucanismos”, com uma ‘nota prévia’, onde esclarece que a grande preocupação do livro foi mostrar o que “sentimos como pernambucanidade”: como alma e espírito de Pernambuco. Ele define sua obra como ‘uma possível explicação de nós mesmos’, com o pronome “nós” sendo referente a “pernambucanos”. Diz que, embora esta sua obra seja historiograficamente diferente, ele não tem a pretensão de ter inovado, pois outros, da chamada Nova História – segundo ele, uma história oral, psicossocial – já o teriam feito antes dele.

Ao longo de sua obra, ele faz críticas sistemáticas ao que chama de historiografia oficial, factual, baseada na decoração e exaltação de datas, de dinastias de nomes de heróis. Segundo ele:

Para muita gente estudar História é memorizar datas, acontecimentos, nomes de heróis, alguns difíceis de reter, famílias, dinastias, batalhas, etc... A história qualitativa, tida como elitista e até hoje discriminada seria para muitos a crônica do herói carlyleano, do guerreiro, do estrategista bem sucedido, do estadista, do político em evidencia. Seria a história em velhos modelos, em velhas tradições metodológicas, em velha moldura convencional, o herói sempre bem posto na sua estátua ou no seu retrato na parede, numa pose a posteridade que o aplaude e exalta mais pelo gabo do que pelo peso de sua personalidade. (PEREIRA, 1983, p. 86).

Mas um pouco mais a frente afirma:

Mas há esse herói. Não é possível renegá-lo. Ninguém escreveria a História do Brasil sem o jesuíta heróico, que enfrentou índios e feras, na selva, para cristianizar a terra descoberta (PEREIRA, 1983, p. 86).

A conjunção coordenativa adversativa “mas” acaba por jogar por terra tudo o que ele afirma antes. Além de se contradizer, reconhecendo a existência desse herói, ele ainda reproduz a percepção eurocêntrica da idéia do Brasil como sendo produto de uma descoberta,

tratando como ato heróico o enfrentamento dos índios pelos jesuítas. Em todos os momentos em que Nilo faz críticas à história oficial, é perceptível uma preocupação quase compulsiva de sua parte de demonstrar erudição no campo historiográfico. Chega a citar as observações desencadeadas pelas novas sensibilidades historiográficas, mas não as aplica em sua análise, não incorpora as inovações e reproduz o discurso tradicional da historiografia pernambucana.

Sua preocupação em demonstrar que está atualizado sobre a onda renovadora da historiografia chega inclusive a mencionar um evento realizado em Paris em torno da temática da Nova História. Destaca como seus principais representantes os nomes de Marc Bloch, Lucien Febvre, Philippe Áries, Michel de Certeau, Le Goff, Paul Veyne, Fernand Braudel e outros. Para ele o uso de jornais como fonte de pesquisas, iniciado por Freyre, o Seminário de Tropicologia e sua própria obra podiam ser enquadradas dentro dessa chamada Nova História. Segundo ele “não basta que saibamos de uma História Nova, que se desenvolve a base de novas investigações e de novos métodos” (PEREIRA, 1983, p. 184) e após insistir sobre o uso de jornais como fonte histórica, das abordagens históricas do Seminário de Tropicologia e da peculiaridade de sua obra, por ser uma história psicossocial pernambucana, se pergunta retoricamente:

Não serão esses aspectos, tão interessantes e sugestivos, modalidades sedutoras da nossa Nova História? (PEREIRA, 1983, p. 184)

Apesar de enquadrar sua forma de abordagem no que defendia serem métodos novos, Nilo continuava praticando uma historiografia comemorativa, cívica, preocupada com a lembrança de datas, nomes, batalhas, de exaltação de heróis, sobretudo os da Restauração Pernambucana de 1654 que, defendia ardilosamente, teria influenciado todas as revoluções posteriores em Pernambuco. Em sua obra ele põe em prática todos os métodos que, contraditoriamente, tomou a iniciativa de criticar. Pois a exaltação de dadas ‘personalidades’, a valorização de dados episódios, de dadas datas, é bastante clara, sobretudo referentes a eventos e personagens pernambucanos, que evidenciariam uma suposta *índole libertária*, que seria marcada pela consciência que Pernambuco teria de sua *pernambucanidade* e que surgiu na Batalha dos Guararapes, em 1654. Segundo ele:

Dos Guararapes veio tudo. Veio a resistência. Veio a altivez. Veio 1710, em Olinda, com Bernardo Vieira de Melo. Veio a Revolução Republicana de 1817. Veio a Confederação do Equador, de 1824. Vieram as revoluções liberais.

Os guerreiros mudaram de nome e de estratégia. Mas não mudaram de espírito: o espírito dos Guararapes (PEREIRA, 1983, p. 29).

Os três volumes da obra giram em torno ‘dos Guararapes’ e de suas supostas repercussões. Este evento e suas repercussões na História, - criticava Nilo com ressentimento - não estariam recebendo a devida atenção dos historiadores. Nilo tem uma postura claramente conservadora, fala a partir de um instituto histórico (o IHAGP), e de um grupo de intelectuais apadrinhados por Freyre que, apesar de disfarçar que está atualizado, está fora do circuito acadêmico. Por isso também o ressentimento. Nilo considera que “Guararapes” foi um momento definitivo para o surgimento de um *ethos* pernambucano, de uma identidade estadual, uma pernambucanidade, que ele define como sendo:

Um sentimento histórico que se enraíza na nossa história psicossocial. Que faz de Pernambuco, em todos os tempos, uma realidade interior. Uma personalidade (PEREIRA, 1983, p. 31).

A obra de Nilo claramente expressa e reproduz uma ‘vontade de memória’ das elites da época, das classes dirigentes. Uma tentativa de atualizar e criar, registrando em sua própria obra, um inventário dos lugares onde a memória está presente, seja em locais materiais ou imateriais. Segundo Pierre Nora (1993) esse locais são “lugares de memória”, e são lugares onde se cristalizam a memória de uma sociedade, de uma nação, locais onde grupos ou povos se identificam ou se reconhecem, possibilitando a existência de um sentimento de formação da identidade e de pertencimento. Segundo o autor:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter os aniversários, organizar as celebrações, pronunciar as honras fúnebres, estabelecer contratos, porque estas operações não são naturais [...]. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento de história, mas que lhe são devolvidos (NORA, 1993, p. 13).

Os lugares de memória podem ser festas, emblemas, monumentos e comemorações, mas também elogios, dicionários e museus. Eles são as permanências históricas de um outro tempo e que transmitem ritos para uma sociedade desritualizada, seja pela evolução industrial e urbana que descaracterizam as comunidades tradicionais, seja pela globalização, pela

mediatização ou por outros fatores e que, por isso, necessita desses lugares de memória, pois perderam os seus meios.

Por estar ligado àqueles interessados na produção desses lugares, entre outras coisas, Nilo não problematiza a identidade pernambucana como uma identidade regional, e os interesses que estão por trás dessa afirmação, tampouco a idéia de região em que essa identidade se apóia, mas usa a história, a história regional, para consolidar sua instituição e sua existência como uma realidade ontológica. Além disso, as metáforas recorrentes que utiliza quando busca articular a identidade nordestina com identidade pernambucana, é sempre colocando Pernambuco, e por extensão o Recife, como centro do Nordeste, como sendo historicamente vocacionado a liderar a região e se insurgir, sempre que preciso, contra o centralismo do poder central:

Ninguém consegue ser inteiramente, castiçamente nordestino sem o Recife, sem Pernambuco, sem viver e sentir a Pernambucanidade (PEREIRA, 1983, p. 31).

A identidade de um nordestino é a Pernambucanidade. Porque essa expressão – ou melhor, essa legenda – é toda a nossa história regional. Pernambuco como Região. Como um todo. O Pernambuco das revoluções pela liberdade (PEREIRA, 1983, p. 45).

Claramente afetado pelo ressentimento histórico pernambucano, de que fala Evaldo Cabral de Mello, e pelo ressentimento de não ter credibilidade no meio acadêmico, Nilo defende o que chama de “justiça histórica”. Segundo ele, o verdadeiro papel que Pernambuco desempenhou nos momentos mais decisivos da história do país, é relegado para segundo plano pela historiografia nacional, cujas injustiças remontariam as práticas historiográficas dos primórdios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Ele se preocupa em demonstrar com uma suposta objetividade, com uma suposta neutralidade, que Pernambuco foi pioneiro em todos os acontecimentos mais importantes do Brasil. Segundo ele:

Toda essa exaltação não é para armar um panegírico, o elogio contumaz de Pernambuco e do Nordeste. Não. Há os erros e os defeitos. O que o salva é toda uma série de pioneirismos (PEREIRA, 1983, p. 33).

Desejo enfatizar o pioneirismo pernambucano a propósito da Independência brasileira e não faço – quero deixar bem claro – por estreito espírito de bairrismo ou regionalismo, mas por dever de estrita justiça histórica (PEREIRA, 1983, p. 199).

Apesar de focar toda a sua obra em referenciais nos quais os pernambucanos com pouco capital cultural e econômico dificilmente se identificariam, Nilo arrisca escrever umas páginas sobre o frevo. Talvez não seja forçar na interpretação supor que a definição que o mesmo dá para o frevo, como uma “pernambucanidade musicada”, esteja relacionada a certa reivindicação, por parte de alguns colunistas de jornais, de que a etiqueta de “pernambucanidade”, quase que exclusivamente usada apenas no meio político e/ou comemorações cívicas, também fosse colocado numa manifestação popular como o frevo. Mas só no frevo. Apesar disso, Nilo reproduz os discursos correntes na época sobre uma possível apropriação do frevo pelos baianos.

Hoje em dia a Bahia vem tentando absorver a palavra frevo para fazer dela uma de suas características (PEREIRA, 1983, p. 81).

Embora tendo escrito sobre o frevo e, conseqüentemente, sobre o carnaval, tanto o frevo quanto outras práticas culturais populares presentes nos carnavais de Pernambuco claramente não eram referenciais com os quais Nilo se identificava para afirmar-se como pernambucano. Talvez pela sua religiosidade, pois era um católico assumido, ou mesmo pelos meios nos quais se acostumou a viver. Em uma de suas Notas Avulsas, em fevereiro de 1982, coluna que possuía no Jornal do Commercio, Nilo declarava abertamente que não gostava de carnaval:

Tu sabes, leitor amigo, que não sou carnavalesco [...]
Outro dia um padre dizia pela televisão que o carnaval podia ser uma festa interessante, divertida, aliciante, como aliás é. Mas converteu-se – acentuou o bom sacerdote – numa permissividade terrível. Octavio de Faria, o maior romancista brasileiro do nosso tempo, disse do carnaval que é “uma festa freudiana”. Eis a palavra certa. O que se vê por toda a parte é a provocação sexual⁶⁰.

Essa não-identificação de Nilo com os referenciais do que se podia chamar de cultura popular pernambucana, era comum entre muitos intelectuais e políticos. Do mesmo modo que os referenciais com os quais realmente se identificava, enquanto pernambucano, pareciam não constituir signo de identificação entre boa parte daqueles que, talvez pela falta de oportunidade mesmo, não eram muito providos de capital econômico e cultural. Embora nem sempre essa separação apareça de forma clara, quando observada com minúcia, vemos se revelar, por trás da aparente unidade, as muitas faces da pernambucanidade.

⁶⁰ Jornal do Commercio, 21/02/1982, p. 4.

2.4. “As muitas faces da pernambucanidade política”⁶¹: entre a política cultural e a cultura política.

Referindo-se à cultura pernambucana, entendida como signo de identificação do povo pernambucano, articulada discursivamente sob o rótulo de pernambucanidade, no final dos anos 1980, Denis Bernardes (1988) dizia sobre a mesma que:

esta nunca terá sido, como então, uma cultura oficial, existindo tão-somente porque contava com o apoio, a proteção e o financiamento do Estado. Esta cultura, cada vez mais reclamando-se da pernambucanidade podia existir, expandir-se, multiplicar-se, independentemente de qualquer enraizamento vivo no ser social para quem produzia. Pouco importava, aliás, se havia ou não um público, pouco importava refletir sobre o próprio fazer cultural, sobre sua relação com a vida social (BERNARDES, 1988).

Mas de que cultura pernambucana ele estaria falando? De que pernambucanidade? Existiria uma versão oficial da cultura pernambucana? E a não oficial, qual seria? Segundo Gustavo Krause, ao assumir o governo do estado, após a renúncia de Roberto Magalhães, o que ele chama metaforicamente de “pernambucanidade política” tem várias faces “Político/mártir”, “Político/herói”, “Político/ rebelde”, “Político/ revolucionário”. Mas existiria uma face “não-política”, entendida no sentido de que não fosse muito comum nos meios políticos, nos discursos dos políticos?

Todas essas questões que discutimos até aqui parecem ter criado um clima favorável para que se configurassem claramente, no *universo discursivo* da época, discursos sobre uma pernambucanidade ou pernambucanidades, talvez. Segundo Dominique Maingueneau (1997), o universo discursivo pode ser entendido como o conjunto de *formações discursivas* de todos os tipos que coexistem e interagem em uma dada conjuntura. Ele é finito, mas irrepresentável, jamais concebido em sua totalidade. Sua noção tem a finalidade de apenas recortar os *campos discursivos*, dentro dos quais se recortam, por sua vez, os *espaços discursivos* (MAINGUENEAU, 1997, p. 116).

O *campo discursivo*, noção desenvolvida a partir do conceito de *campo* de Pierre Bourdieu, é definível por um conjunto de *formações discursivas* que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região. A tradição, segundo Maingueneau, nos legou vários rótulos como, por exemplo, “campo religioso”, “campo político”, “campo cultural”, “campo literário”, entre

⁶¹ Fragmento do discurso de posse do governador Gustavo Krause, ao assumir o governo após a renúncia de Magalhães. Cf. Anais da ALEPE, 14/05/1986, p. 289.

outros. É no interior do campo discursivo que o pesquisador recorta o espaço discursivo a ser investigado (MAINGUENEAU, 1997, p. 117).

O *espaço discursivo* delimita um subconjunto do campo discursivo, ligando pelo menos duas *formações discursivas* que, supõe-se, mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados. O espaço discursivo é um recorte do analista de discurso em função de seus objetivos de pesquisa, não por simples comodidade, mas por ser praticamente impossível apreender um campo discursivo em sua totalidade, até porque, também, os campos se inscrevem, tal como as formações discursivas, um no outro.

A regularidade na qual aparecem, em muitos enunciados da época, determinados temas, conceitos, objetos, personagens, valores, práticas, modalidades enunciativas, entre outros elementos, em torno da identidade pernambucana no campo político e cultural, e sua recorrente repetição em diferentes momentos, em diferentes espaços, em diferentes situações, por diferentes sujeitos, em torno de diferentes interesses, permite-nos agrupá-los em dois grupos de discursos ou, mais precisamente, duas *formações discursivas*. Segundo Foucault:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhantes sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2000, p. 43).

Essas duas formações discursivas, que chamaremos a partir de agora de *formação-discursiva regional-erudita* e *formação-discursiva regional-popular*, diferenciam-se por diversos elementos, mas não devem ser tomadas como blocos de discursos fechados ou como sendo excludentes uma da outra, mas como se inscrevendo uma na outra, criando pontos de intersecção que as tornam heterogêneas e com as fronteiras dançantes. Como observou Courtine:

Uma FD⁶² não deve ser entendida como um bloco compacto e coeso que se opõe a outras FDs. Pois “uma FD é heterogênea ela própria” e o seu fechamento é bastante instável, não há um limite rigoroso que separa o seu “interior” do seu “exterior” uma vez que ela confina com várias outras FDs e as fronteiras entre elas se deslocam conforme os embates da luta ideológica. É assim que se pode afirmar que uma FD é atravessada por várias FDs e, conseqüentemente, que toda FD é definida a partir de seu interdiscurso (COURTINE, Apud, BRANDÃO, 1997, p. 72).

⁶² “FD”, abreviatura de “Formação-Discursiva”.

Queremos salientar que, ao contrário do que possa parecer, pelo nome que escolhemos para as duas formações discursivas, que as mesmas não se referem aos discursos de sujeitos que “pertenceriam” a chamada “cultura erudita” e a “cultura popular”, mas a discursos que representam o estado e unificam sua identidade em torno de cada uma dessas classificações. Por exemplo, os discursos que constituem a *formação-discursiva regional-popular* definiam Pernambuco e os pernambucanos pelas práticas que fazem o carnaval no estado, como os frevos, os maracatus, os caboclinhos, a ciranda, entre outras, consideradas típicas manifestações da cultura popular.

Os discursos que constituem a *formação-discursiva regional-erudita*, por sua vez, normalmente não utilizam como signo de identificação do estado e de seus habitantes elementos do que seria a cultura popular, mas acontecimentos históricos tradicionalmente considerados importantes pela elite local e/ou por uma parcela da camada erudita de Pernambuco, como as Batalhas de Guararapes e as chamadas Revoluções Libertárias, e por traços psicossociais, supostamente produtores e produtos desses episódios, como a bravura, a coragem, a valentia, a rebeldia, o irredentismo e a vocação libertária, entre outras sinónimas dessas adjetivações.

Na formação-discursiva regional-erudita Pernambuco é tomado, atualizando os discursos que o inventaram como o Leão do Norte, como pioneiro dos movimentos emancipatórios, como território de revoltas, como o berço da nacionalidade, a partir das Batalhas de Guararapes, e das revoluções libertárias. O pernambucano é tomado como sendo bravo, corajoso, valente, rebelde, irredento, libertário. Ela alimenta e se alimenta das solenidades de condecoração e de comemorações cívicas de aniversários de episódios históricos considerados importantes no estado, sobretudo das Batalhas de Guararapes, de solenidades realizadas no Conselho Deliberativo da SUDENE, nos discursos de posse dos governadores, nas sessões solenes e nos debates dos parlamentares na Assembléia Legislativa.

O espaço onde se manifesta está, por isso, muito ligado aos lugares onde se encontram as instâncias dos poderes oficiais do estado, como o palácio do Governo, Palácio do Campo das Princesas, Assembléia Legislativa do Governo de Pernambuco, ou seja, seu campo de manifestação é, predominantemente, o campo político. Por valorizar muito certos episódios históricos, certos personagens, essa formação discursiva está fortemente apoiada no campo historiográfico, mas numa historiografia peculiar, oficial, patriótica, comemorativa, ligada ao culto cívico. Por isso, entre outras coisas, as situações em que mais se pode perceber sua manifestação são em datas comemorativas dos centenários de aniversário das Batalhas de

Guararapes, da Revolução Pernambucana de 1817, da Confederação do Equador em 1824, entre outros.

Dentre as diversas exclusões, os diversos apagamentos, esquecimentos, brancos, silêncios, presentes nos discursos dessa formação-discursiva – que nada mais são que o produto da seleção de referenciais do que, naquele momento e naquelas circunstâncias, era considerado como sendo interessante que se enfatizasse como definidor do pernambucano e de Pernambuco –, há o silêncio com relação ao elemento popular. Segundo Foucault, o silêncio é uma forma de discurso e, nesse sentido, esse silêncio com relação aos referenciais usados pela formação-discursiva regional-popular, mais do que indicam, dizem, sem o uso das palavras, que a cultura popular, ao menos em dadas circunstâncias, não serve para representar o estado e seus habitantes.

Isso porque o que parece motivar mais diretamente os discursos dessa formação-discursiva está relacionado a interesses diferentes daqueles a que estão ligados os discursos da formação-discursiva regional-popular. A julgar pelas críticas polidas à SUDENE e ao governo federal – que não estaria valorizando o que Pernambuco fez pela nação, expulsando os invasores, em Guararapes –, entre outras críticas, que normalmente aparecem vinculadas aos discursos da formação-discursiva regional-erudita, quando esta aparece inscrita no campo político, a crise econômica nacional e suas projeções no estado, a ineficácia da SUDENE para a resolução dos problemas regionais e um possível descaso do governo federal para com a região parecem se apresentar como principais molas propulsoras desses discursos.

Na formação-discursiva regional-popular, Pernambuco é tomado como a terra do Carnaval, como a terra do frevo, do maracatu, dos caboclinhos, da ciranda, dos cavalos-marinhos, entre outras manifestações tidas por populares e/ou folclóricas, mas, sobretudo pelo frevo. Os pernambucanos são tomados como uma gente alegre, que não resiste a um passo, que entre um samba e um frevo, prefere mesmo é o passo, como uma gente religiosa, sincrética, apegada as tradições.

O espaço onde se manifestam os discursos dessa formação-discursiva é, por um lado, a rua, especialmente as ruas de Recife e Olinda, em tempos de carnaval, o espaço das feiras e mostras culturais promovidas pela Secretaria de Turismo Cultura e Esportes, muitas vezes no Centro de Convenções do Estado, e pelos órgãos oficiais de turismo como a EMPETUR, e cultura como a FUDARPE, FUNDAJ, Setor de Folclore do DLCH/UFRPE, entre outros. Por outro, também nos espaços onde trabalham colunistas de jornais que fazem a defesa da cultura popular e das manifestações folclóricas do estado, criticando as suas supostas

descaracterizações e apropriação de seus elementos por outros estados, como a Bahia, entre outros espaços.

Os discursos que constituem esta formação-discursiva parecem estar ligados, entre outras coisas, a uma resposta à crise econômica dos anos 1980, que culminou, entre outras coisas, numa maior valorização do turismo pelo governo do estado e, conseqüentemente na necessidade de se definir o que Pernambuco e os pernambucanos possuem de atrativo em termos culturais, entre outros, para serem transformados em bens de consumo para os turistas. Além disso, os próprios processos de mundialização e globalização, que passaram a dar visibilidade mundial a Pernambuco, como a produção de filmes sobre o seu carnaval e a transformação de Olinda em patrimônio mundial da humanidade, também parecem estar relacionados com a efervescência dos discursos desta formação-discursiva.

Como dissemos, as duas formações-discursivas não necessariamente se excluem e embora algumas vezes se apresentem como antagônicas, algumas vezes como não possuindo nenhuma relação uma com a outra, em muitas situações elas se inscrevem uma na outra criando pontos de intersecção onde os referenciais que cada uma usa são agrupados em um mesmo discurso. É caso dos discursos, por exemplo, dos políticos ligados as secretarias de turismo e cultura do governo. Uma outra maneira através da qual uma formação-discursiva está sempre presente na outra é pela ausência ou silêncio. Tal como na maioria dos discursos que constituem a formação-discursiva regional-erudita se silenciam sobre o elemento popular na definição do pernambucano, os referenciais que esta usa também são apagados nos discursos que constituem a formação-discursiva regional-popular.

Salientamos que não estamos defendendo que essas formações discursivas simplesmente surgiram nesse período. Afirmar isso seria negar toda a tradição da história e da memória que forjaram os referenciais usados pela *formação-discursiva regional-erudita* e toda a tradição que tomou a cultura popular como emblema de cultura nacional-regional, como a do Movimento Armorial, de que trata Maria Thereza Didier de Moraes (2000), e que se destacou uma década antes⁶³. O que defendemos é que esses discursos se ‘cristalizaram’ em dadas regiões do universo discursivo da época, podendo ser agrupados, de uma forma não muito rígida, em duas formações-discursivas.

Para Foucault, a formação-discursiva funciona graças a dois elementos: a paráfrase e o pré-construído. A paráfrase consiste na retomada, na repetição e na reformulação constante

⁶³ Para melhor aprofundar como o Armorial se constituiu no sob a lógica nacional-popular, cf. MORAES, Maria Thereza Didier. **Emblemas da sagração armorial: Ariano Suassuna e o Movimento Armorial, 1970-1976**, Editora universitária da UFPE, Recife, 2000.

que os discursos operam em torno de dados objetos, temas, conceitos e modalidades enunciativas, que permitem com que eles sejam agrupados numa identidade de discursos. O pré-construído consiste em os discursos partirem de construções discursivas anteriores, normalmente bem conhecidas, para se instituir. É a existência de ambos que permite a identificação de uma formação-discursiva. Maingueneau acrescenta, contudo, que a identidade de uma formação discursiva não pode ser definida apenas pelo seu funcionamento interno, mas pela relação que ela mantém com outras formações-discursivas.

Eni Orlandi (1991, p. 36) chama a atenção para outro elemento que permite o funcionamento de uma formação-discursiva: a polissemia. A polissemia consiste na multiplicidade de significados que uma mesma realidade pode adquirir entre os diversos discursos de uma mesma formação-discursiva. Porém, ao invés de contribuir para “fechar” a sua identidade, a polissemia contribui para o rompimento das fronteiras entre as mesmas, embaralhando os seus limites. A expressão pernambucanidade, por exemplo, foi formada, ganhou conteúdo e adquiriu certo peso no interior da formação-discursiva regional-erudita, mas foi apropriada pela formação-discursiva regional-popular. Sua apropriação por esta, tornado-a polissêmica, permitiu com que agregasse o mesmo o peso atribuído aos discursos da formação-discursiva regional-erudita.

Formações-discursivas

“Perguntas ao documento”	FD Regional-Erudita	FD Regional-Popular
O que é Pernambuco	O ‘Leão do Norte’, território de revoltas, berço da nacionalidade e das revoluções libertárias, pioneiro nos movimentos emancipatórios, etc.	Terra do frevo, dos maracatus, caboclinhos, ciranda, cavalos-marinhos, entre outras manifestações ditas populares, terra de um folclore rico , etc.
O que é o pernambucano	Bravo, corajosos, irredento, rebelde, inconformado, insatisfeito, pioneiros, etc.	Alegre, carnavalesco, saudosista, apegado as tradições, etc.
Colunas de jornais onde normalmente se encontram os discursos	Política.	Cultura.
Espaços físicos onde normalmente se manifestam os discursos	Palácio do Campo das Princesas, Assembléia Legislativa, Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres dos Montes Guararapes	As ruas do centro do Recife e Olinda, os clubes, os jornais
Posições-sujeito que normalmente mais enunciam esse tipo de discurso.	Políticos: governadores, deputados estaduais e prefeitos. Intelectuais oficiais, jornalistas	Folcloristas, jornalistas, cantores/compositores populares de frevos, turistas,
Principal campo discursivo de apoio para os discursos	Historiográfico.	Folclórico.
Período de maior manifestação destes discursos	Períodos do ano correspondentes aos aniversários das batalhas de Guararapes, Revolução de 1817, Confederação do Equador e em dias de condecoração.	Todo o período pré-carnavalesco, carnavalesco e pós-carnavalesco, até mais ou menos meados de marco.
Situações de maior manifestação dos discursos	Comemorações cívicas, solenidades de comemoração e condecoração, aniversários de episódios históricos, Reuniões do conselho deliberativo da SUDENE.	Período Carnavalesco, entrevistas de rua.
Principal motor de produção	Crise econômica dos anos 1980, Crise da SUDENE, Descaso do governo com o Estado, redemocratização	Crise econômica dos anos 1980, globalização, indústrias culturais, turismo.
Críticas comuns presentes no discurso	Esquecimento, pelo governo federal, do que o estado fez pela nação, expulsando os estrangeiros; descaso da historiografia dita nacional com a importância que a restauração desempenhou	Descaracterização do carnaval, esquecimento do frevo, apropriação do mesmo pelos baianos
Personalidades evocadas	Os “heróis” dos eventos históricos considerados importantes, como os da restauração.	Compositores/cantores populares como Capiba, Claudionor Germano, entre outros.
Modos como interagem as duas FDs	“Silêncios discursivos”, discursos dos secretários de cultura e turismo, interdiscursividade da expressão pernambucanidade	

Formações-discursivas regional-erudita e regional-popular

Quadro comparativo entre as formações-discursivas regional-erudita e regional-popular

Formações-discursivas

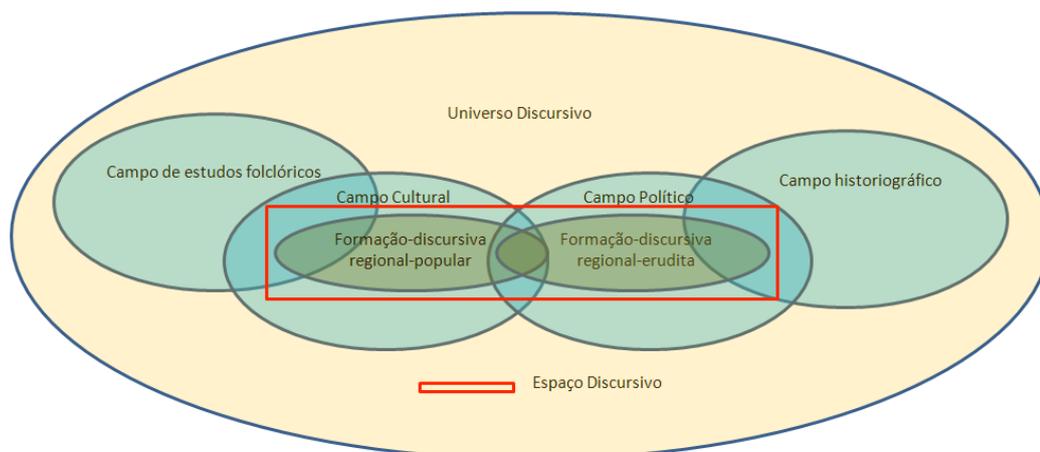


Imagem 1. Formações-discursivas regional-erudita e regional-popular

Ilustração gráfica da interação entre as formações discursivas e dos campos nas quais estão predominante e/ou parcialmente inscritas.

Os discursos referentes às duas formações discursivas estão presentes em vários documentos sobre o período, nos documentos oficiais e nos periódicos locais, que passaram a se ocupar em definir as coisas que eram tipicamente pernambucanas. Era comum nos jornais a referencia a coisas tidas como tipicamente pernambucanas: uma “culinária pernambucana”, um “ritmo pernambucano”, uma “música pernambucana”, uma “arte pernambucana”, uma “religião pernambucana”, enfim, de uma cultura e história pernambucanas que distinguia o estado dos demais da região Nordeste e do país. Além de que esses próprios jornais se auto-rotulavam como símbolos da pernambucanidade.

Na política, o mito-fundador da identidade pernambucana era atualizado permanentemente nas solenidades de comemoração e condecoração do estado, como as comemorações do aniversário das Batalhas de Guararapes e as condecorações da Ordem do Mérito dos Guararapes. Sobre esse momento histórico talvez caiba lembrar a observação de Antônio Paulo Rezende (1997, p. 110) de que “nos momentos de crise o discurso da pernambucanidade é retomado com insistência”, pois toda a criação desse momento histórico é, também, em grande, parte resultante das crises. A efervescência política e cultural em torno da identidade parecia tão grande que a ex-colunista do Jornal do Commercio da época, Isnar Moura, escrevendo sobre Ulisses Pernambucano, esse que tem no nome a marca da terra a que pertence, acaba reconhecendo que a *pernambucanidade está na moda*.

Quando a pernambucanidade está na moda, no sentido que lhe atribui Gilberto Freyre, atreve-se esta ex-colunista do JC a acordar a intelectualidade nativa para o nonagenário de nascimento de um filho da terra que tem até no seu nome o selo da sua naturalidade⁶⁴

⁶⁴ Jornal do Commercio, 07/02/1982, p. 21.

TERCEIRO CAPITULO

“PERNAMBUCANIDADE NA SUA EXPRESSÃO REPRESENTATIVAMENTE POLÍTICA”⁶⁵: REPRESENTAÇÕES DA IDENTIDADE PERNAMBUCANA NO DISCURSO DOS POLÍTICOS.

3.1. “Guararapes é mais do que símbolo; é apanágio da pernambucanidade”⁶⁶: o poder em cena nas comemorações/condecorações de Guararapes.

A percepção da existência do poder simbólico, ou do exercício do poder através da manipulação de símbolos, mesmo que sob outra denominação, embora pareça ser uma descoberta da teoria social recente, como a desenvolvida por Pierre Bourdieu, remonta a reflexões que remetem ao século XVII, como as de Blaise Pascal. Nas sociedades do Antigo Regime, segundo Chartier (1991, p. 186), a manipulação de símbolos “transforma-se em máquina de fabricar respeito e submissão, num instrumento que produz uma exigência interiorizada, necessária exatamente onde falta o possível recurso a força bruta”. Peter Burke (1994) também apontou essa manipulação no Antigo Regime, responsável por fabricar a imagem pública de Luis XIV. Mas já no século XVII, criticando essa postura, Pascal escreveu:

os nossos magistrados conheceram bem esse mistério. As suas togas vermelhas, os arminhos com que se enfaixam como gatos peludos, os palácios em que julgam, as flores-de-lis, todo esse aparato augusto era muito necessário: e, se os médicos não tivessem sotainas e galochas, e os doutores não usassem borla e capelo e túnicas muito amplas de quatro partes, nunca teriam enganado o mundo, que não pode resistir a essa vitrina tão autêntica. Se possuíssem a verdadeira justiça e se os médicos fossem senhores da verdadeira arte de curar, não teriam o que fazer da borla e do capelo; a majestade destas ciências seria bastante venerável por si própria. Como porém, possuem apenas ciências imaginárias, precisam tomar esses instrumentos vãos que impressionam as imaginações com que lidam; e destarte, com efeito, atraem o respeito (PASCAL, 1957, p. 70 *Apud* CHARTIER, 1991, p. 185).

⁶⁵ Fragmento do discurso de Gilberto Freyre ao ser homenageado na Assembléia Legislativa: “Nesta Assembléia, quem tem a honra de ser por ela recebida, como eu, generosamente, neste momento, é como se fosse acolhido num reduto, como não há maior, de pernambucanidade. Pernambucanidade na sua expressão representativamente política. Pernambucanidade sob a forma de um poder como não há outro mais expressivo numa democracia: O Legislativo”. Cf. Diário de Pernambuco, 15/05/1980.

⁶⁶ Fragmento do discurso de Roberto Magalhães na sua última outorga da Medalha da Ordem do Mérito dos Guararapes. Cf Diário Oficial do Estado, 26/04/1986, capa

O poder simbólico pode ser exercido de diversas maneiras, desde o uso de uma vestimenta a um ritual. Segundo Bourdieu (1989, p. 7), “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo o exercem”. Para o autor os “sistemas simbólicos” atuam como instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento e asseguram a dominação de uma classe sobre outra a partir de instrumentos que impõem a sua legitimação, “domesticando” os sujeitos ligados as classes subalternas e reproduzindo as hierarquias tradicionais da ordem social. Os discursos e as práticas envolvidas nas comemorações cívicas também são envolvidos por esses sistemas simbólicos. Em fins dos anos 1970 e primeira metade dos anos 1980 também é perceptível como as solenidades de comemorações cívicas são espaços simbólicos através dos quais se exerce o poder.

As práticas sociais que, nesse período, colocaram a pernambucanidade na moda são, dialeticamente, o produto e as produtoras daquela condição histórica. O turismo, as práticas que fazem o carnaval, os discursos bajuladores das batalhas de Guararapes, a própria identidade pernambucana não foram inventadas nesses anos. Esses e muitos outros elementos já existiam, mas outros elementos, como discutimos no capítulo anterior, foram incrementados provocando mudanças na sociedade pernambucana. As comemorações cívicas e as solenidades oficiais, como as condecorações, onde vemos uma grande manifestação de discursos identitários, também não foram inventadas nesses anos, mas tiveram neles uma multiplicação compulsiva e uma maior visibilidade nos meios de comunicação extra-oficial.

George Balandier (1982, p. 21), ao analisar diversas manifestações do campo político, incluindo os diversos rituais solenes existentes nesse meio, concluiu que “o poder estabelecido só pela força, ou sobre a violência não domesticada, teria uma existência constantemente ameaçada”. Para o autor, o poder iluminado apenas pela luz da razão não teria muita credibilidade, tal como não teria se dependesse apenas da autoridade brutal, por isso, afirma, “o poder não se faz senão pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos, pela organização dos mesmos num quadro cerimonial” (BALANDIER, 1982, p. 21). Suas conclusões o levam a propor que o exercício do poder se dá através de “teatralizações” e que o mesmo não se manteria por muito tempo sem as representações teatrais.

Para Balandier o grande ator político comanda o real pelo imaginário. Sua noção de teatralização, da qual depende o poder, é bem visível nas comemorações e nas condecorações cívicas que, em fins dos anos 1970 e primeira metade dos anos 1980, ganharam uma maior visibilidade extra-oficial. Nelas, como em qualquer cerimônia política, não são todos que são

“protagonistas”, o “elenco” é composto de vários “papéis” e também existem os “figurantes”. Não se pode ser em qualquer “cenário” e não se pode estar trajado de qualquer maneira. Além disso, as “falas” precisam seguir a ordem de sucessão de “cenas” para não fugir muito do “roteiro”, previamente estabelecido e fazer com que haja o risco de não se impressionar os “espectadores”.

Na solenidade de comemoração da 1ª Batalha dos Guararapes, em 1983, no exato momento em que o governador caminhava para a hastear o pavilhão nacional e estadual e no próprio momento do hasteamento, foi lido pelo mestre-cerimônia:

Guararapes é predestinação de bravos, é determinação e espírito de luta, é anseio de liberdade e de soberania, é passado e futuro, é coragem e bravura, é alegria e dor, é fusão de raças, é vida e morte, é nacionalismo e, sobretudo, nascimento de uma Nação. Guararapes, de tuas entranhas nasceu o Brasil, e somente de tuas mãos honradas sua bandeira poderá ser desfraldada. Bendita sejas, Bandeiras do Brasil, aos eventos e ao Sol de Guararapes⁶⁷.

Nessa tradicional efeméride observa-se todo esse teatro. O hino do estado era sempre a primeira “cena”, com todos de pé, preferencialmente com as mãos no peito, era o principal instrumento para acionar o sentimento de pertença nos “espectadores” e - por que não? - em todo o “elenco”, criando o desejo de permanecer durante todo o restante da “peça”. A evocação dos “heróis de Guararapes” por um mestre-cerimônia, que lia algumas palavras em tom de emocionar, com a ajuda de um fundo musical enquanto ocorria o hasteamento do pavilhão nacional e do estado pelo governador era uma “cena” que também podia ser precedida por uma missa e pela palestra de um historiador que explicava o significado dos “feitos de Guararapes”. Uma salva de tiros e um desfile podia encerrar o “espetáculo”.

⁶⁷ Diário Oficial do Estado, 20/04/1983, capa.



Fotografia 5. Diário Oficial do Estado, 20/02/1979, capa.
Comemoração de aniversário da 2ª Batalha dos Guararapes, nos Montes Guararapes.

As fotografias das solenidades, oficiais ou extra-oficiais, refletem também o teatro solene das comemorações das Batalhas de Guararapes, contribuindo para a reprodução do seu efeito simbólico. Algumas fotografias não-oficiais veiculadas nos periódicos *Jornal do Commercio* e *Diário de Pernambuco* revelam uma enorme preocupação em exprimir através da imagem a própria identidade pernambucana, visível nessas cerimônias. Algumas imagens chegam quase a “cantar” o hino pernambucano, é como se buscassem exprimir em cada ângulo suas notas musicais. Um bom exemplo é a veiculada na comemoração de aniversário da 1ª Batalha de Guararapes, no Monte Guararapes, em 1981.



Fotografia 6. Diário de Pernambuco, 20/04/1981, p. A8.

Comemoração de aniversário da 1ª Batalha dos Guararapes e Condecoração da Ordem do Mérito Guararapes, no Monte Guararapes⁶⁸.

A fotografia mostra um ordenamento, cada indivíduo situado conformadamente em seu lugar, gerando uma harmonia entre os mesmos, pela distribuição no espaço, e o próprio espaço, criando um momento de união. De um modo geral, a fotografia possui um sentido individual, que envolve a escolha efetivamente realizada pelo fotógrafo, e coletivo, que remete o sujeito a sua época. Por isso a fotografia, apesar dos sentidos construídos pelas suas funções como “ícone”(semelhança com o que representa) também pode ser tomada como “índice” (remetente ao conteúdo do que representa) de uma época e nela a noção de espaço tem um papel fundamental. Segundo Mirian Moreira Leite (1993), “chegou-se a conclusão de que a noção de espaço é a que domina as imagens fotográficas explícitas”. A autora afirma que toda captação da mensagem manifesta se dá através de arranjos espaciais. Em suas palavras: “a fotografia é uma redução, um arranjo cultural e ideológico do espaço geográfico, num determinado instante” (LEITE, 1993, p. 19).

No caso da fotografia acima, o enquadre fotográfico aciona dadas representações sociais, colocando em primeiro plano o que seria uma representação típica de um “bravo guerreiro”, bem no estilo romano, que por não estar em Roma, só poderia estar então numa “Nova Roma”. O “guerreiro” parece não descansar os braços, parece não se render ao cansaço, mas estar sempre de vigia, como uma “sentinela indormida e sagrada”, disposta a “defender da Pátria os lauréis”, pronto para a batalha como um “herói”, disposto a deixar seu “sangue correr” pelo que defende. Em segundo plano, os “representantes” da sociedade pernambucana, numa tranquilidade como a de um “povo que ativo descansa como atleta depois de lutar”, numa harmonia como se estivesse “coberto de glória”, enquadrada estrategicamente entre braços do “guerreiro”, como que sendo por ele protegido. Tudo numa paisagem que, pelo enfoque, parece ideal, cercada pelos “altos coqueiros”, cuja soberba e beleza de sua magnitude parecem fazer daquele lugar, um lugar imortal.

As comemorações das Batalhas de Guararapes são poderosos “lugares de memória”, onde estão cristalizadas a memória da sociedade pernambucana e possibilitam aos envolvidos a existência e a formação de um sentimento de participação da “pernambucanidade”, entendida aqui como uma rede de solidariedades amplas ou como uma comunidade simbólica

⁶⁸ Entre os agraciados desse dia, estava o sanfoneiro Luiz Gonzaga que, “na ocasião em que recebia do governador a sua condecoração, ouviu ser executada sua música Asa Branca, o que lhe arrancou lágrimas, assim como aplausos de todos presentes”. Cf. Diário de Pernambuco, 20/04/1981, p. A8.

de bens culturais. São lugares onde a desordem social do presente é ocultada através da unidade do momento da celebração, que simula uma união supostamente existente no passado lembrado. Essa prática de comemoração e dos discursos a ela ligados, que como argumenta Antônio Jorge Siqueira (2003), é uma variante do discurso identitário, constitui o que Paul Ricoeur (2008) chamou de “abuso da memória”, pois nela são sempre legitimadas e reproduzidas as hierarquias sociais e a dominação de um grupo sobre outro.

De modo semelhante eram as condecorações da Ordem do Mérito dos Guararapes, que se tornaram compulsivas a partir de fins dos anos 1970. Muitas vezes elas realizadas no próprio dia de comemoração das Batalhas de Guararapes. A “Ordem”, a que passavam a pertencer os agraciados com a condecoração, era uma espécie de Sociedade, que visava agrupar dadas personalidades. Embora criada em 20 de janeiro de 1978, através do decreto nº 4891, pelo governador Moura Cavalcanti⁶⁹, a insígnia ou a medalha que distinguia os seus membros teve seu antecedente na “Medalha Guararapes”, instituída em 18 de janeiro de 1955, através do decreto nº 262, pelo governador Etelvino Lins de Albuquerque, próximo do término de seu mandato⁷⁰.

Na ocasião, a Medalha foi instituída nas versões prata e bronze para galardoar serviços relevantes prestados por pessoas físicas e jurídicas às Comemorações do Tricentenário da Restauração Pernambucana. Ela foi cunhada em formato circular com o diâmetro de trinta centímetro, tendo garra, argola e fita de cores azul e branca, com filete vermelho ao meio, e continha no anverso a representação de um portulano antigo do nordeste brasileiro em que figurava, em relevo, o monumento histórico da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, dos Montes Guararapes e no contorno a legenda “Tricentenário da Restauração Pernambucana-1654-1954”, enquanto no reverso estava gravada a legenda “Medalha Guararapes”.

Na época foi feita uma única e exclusiva cunhagem de cinquenta exemplares, de prata e duzentos de bronze, e os cunhos eram depositados no Arquivo Público Estadual. Sua concessão era de competência exclusiva do Governador do Estado, mediante ato oficial, após o qual, o diretor do Arquivo Público Estadual expedia um diploma que levava a rubrica do Governador. O diretor do Arquivo Público conservava ainda na sua repartição um livro de registro com os dados biográficos e mais anotações referentes às pessoas que receberam a medalha, para a qual havia também um exemplar de prata para uso privativo do Governador

⁶⁹ Diário Oficial do Estado, Caderno Executivo, 21/01/1978, p.1.

⁷⁰ Idem, 20/01/1955, p.1.

do Estado, que era entregue no ato de sua posse e devolvida na transmissão de seu cargo ao sucessor⁷¹.

O desejo de Etelvino Lins de Albuquerque em fazer com que fossem realizadas concessões da medalhas pelos governadores do estado parece não ter sido muito praticada pelos seus sucessores. Encontramos uma ocorrência de concessão da mesma, com passadeira de prata, apenas no Diário Oficial do Estado de 14/03/1971, no fim do mandado do governador Nilo Coelho, ao militar Otacílio Ferraz que, naquela ocasião, tornava-se Chefe da Casa Militar do Governo do Estado⁷² para, só em 1978, ser criada, por Moura Cavalcanti, a Ordem do Mérito Guararapes. O poeta e embaixador João Cabral de Melo Neto, ao ser condecorado pelo governador Marco Maciel em 1980, com Ordem do Mérito Guararapes, expressou, em suas palavras, o significado da honraria:

Uma condecoração tem um sentido social que nem mesmo os pré-historiadores tem sido capazes de localizar em suas origens. Por isso, a concessão de distinções está sempre cercada de um cerimonial: é a maneira de, cercando-a de um ritual meio mágico, reforçar o que chamei seu sentido social [...]

O que caracteriza nosso tempo, a esse respeito, é que as distinções se tornaram puramente simbólicas, e dão tão somente honrarias, e já não mais vantagens materiais aos que são chamados a recebê-las. Mas a verdade é que, nem por serem puramente simbólicas, perderam elas seu sentido de instrumento social: e que mais eficiente instrumento social que o símbolo?

Criando a Medalha dos Guararapes, cuja continuidade, é de se desejar, não será descuidada pelos sucessores de Vossa Excelência, foi criado um vigoroso instrumento de magia social.

Um instrumento de múltiplas utilidades simbólicas: que contribuirá a reforçar o sentimento de pernambucanidade de nossos conterrâneos de dentro e de fora de Pernambuco[...]⁷³

Embora atribuída a Marco Maciel pelo poeta – talvez pelo fato de Maciel não perder uma oportunidade de realizar uma condecoração –, a criação da Ordem foi, como dissemos, do fim do mandato de Moura Cavalcanti. Ainda em 24 de junho de 1978, o Diário Oficial publicou uma ementa sua a ser acrescentada ao decreto de criação da Ordem. Tratava-se do “Regulamento da Ordem do Mérito dos Guararapes”, que dispõe e estabelece normas para a outorga, cerimonial e entrega da Medalha da Ordem⁷⁴. Segundo esse regulamento, a Ordem

⁷¹ Houve uma modificação de um dia para o outro com relação a alguns encaminhamentos referentes a Medalha. Se no Diário Oficial de 19/01/1955 o Chefe do Cerimonial do Governo é que teria o livro/ata dos agraciados, no dia seguinte essa é uma incumbência do diretor do Arquivo Público Estadual. Cf. Diário Oficial do Estado, Caderno Executivo, 19/01/1955, p.1.

⁷² Cf. Diário Oficial do Estado, capa, 14/03/1971

⁷³ Diário Oficial, Caderno Executivo, 26/04/1980, capa e p. 39.

⁷⁴ Idem, 24/06/1978, p. 4 a 11.

era constituída de cinco graus: Grã-Cruz, Grande Oficial, Comendador, Oficial e Cavaleiro, sendo o governador do Estado portador da Grã-Cruz e o Grão-Mestre da Ordem. Os graus se subdividiam em duas categorias, as de graduados efetivos e de graduados especiais.

No quadro de graduados efetivos, no grau de *Grã-Cruz*, podiam ser admitidos apenas vice-governadores do Estado, presidente dos poderes legislativo e judiciário estaduais e outras personalidades de hierarquia equivalente. No de *Grande Oficial*, podiam ser desembargadores, membros da mesa da Assembléia Legislativa, secretários de estado e outras personalidades de hierarquia equivalente. No de *Comendador*, podiam ser deputados estaduais, juizes e promotores da capital, oficiais superiores da polícia militar, procuradores de estado, assessores de estado, assessores e chefes de gabinetes de secretarias de estado e outras personalidades de hierarquia equivalente. No de *Oficial*, podiam ser Juizes e promotores do interior, capitães e oficiais subalternos das Forças Armadas e polícia militar, professores universitários, diretores de departamentos e de diretoria executiva de secretarias de estado e outras personalidades de igual hierarquia equivalente. No de *Cavaleiro*, podiam ser os demais servidores civis e militares.

No quadro de graduados especiais, no grau de *Grã-Cruz*, podiam ser admitidos o presidente da República, o vice-presidente da República, o presidente do senado federal, presidente do Supremo Tribunal Federal, ministros de estado, governadores dos estados, almirantes de esquadra, generais de exército, tenentes-brigadeiros, ministros de la classe, embaixadores estrangeiros e outras personalidades de hierarquia equivalente. No de *Grande Oficial*, podiam ser senadores e deputados federais, ministros do Supremo Tribunal Federal, presidentes de assembleias legislativas, presidentes e membros dos demais tribunais superiores, vice-almirantes, generais de divisão, maiores-brigadeiros, presidente do tribunal de contas do distrito federal, ministros de 2ª classe, enviados extraordinários e ministros plenipotenciários estrangeiros e outras personalidades de hierarquia equivalente. No de *Oficial*, podiam ser professores universitários, juizes, promotores, oficiais superiores das forças armadas ou auxiliares, primeiros secretários de embaixada ou legação estrangeira, profissionais liberais, funcionários públicos e outras personalidades de hierarquia equivalente. No de *Cavaleiro*, podiam ser oficiais das forças armadas ou auxiliares e terceiros secretários, cônsules estrangeiros, segundos e terceiros secretários de embaixada e legação estrangeira, trabalhadores, artistas, escritores, desportistas, funcionários públicos e outras personalidades de hierarquia equivalente.

O Grão-Mestre da Ordem, o governador do estado, era assistido por um Conselho, a quem competia julgar, em sessão plena, as propostas de admissão à Ordem ou promoção dos

seus graduados, aprovando-as ou rejeitando-as justificadamente, além de resolver sobre a exclusão de graduados que se tornassem passível desta penalidade e velar pelo máximo prestígio da Ordem e decidindo sobre assuntos do seu interesse. O Conselho devia se reunir sempre em dias da primeira semana dos meses de março, setembro e dezembro e, extraordinariamente, em qualquer ocasião, sempre que convocado, mas sempre em dependência da Secretaria para Assuntos da Casa Civil. Era formado por um Chanceler, que era também o presidente efetivo do mesmo, por quatro membros natos, que eram os secretários de Educação e Cultura, o Secretário do Governo e o Chefe da Casa Militar, por dois membros nomeados e por um secretário permanente, que não tinha direito a voto.

O Chanceler da Ordem era o Secretário Para os Assuntos da Casa Civil e era a quem competia presidir as sessões do Conselho, decidir “ad referendum” os assuntos do interesse da Ordem, em caso de urgência, submeter ao Grão-Mestre, sob a forma de decretos, as propostas de admissão, promoção e exclusão de graduados e assinar diplomas da Ordem, junto com o secretário do Conselho. Mas o poder maior era o do Grão-Mestre, a quem competia admitir, promover e excluir os membros da Ordem, despachar os assuntos da mesma, que lhe forem apresentados pelo Chanceler e presidir, sempre que possível, as cerimônias de entrega das insígnias aos admitidos ou promovidos na Ordem. Toda essa estrutura era mantida pelo Gabinete do Governador, diferentemente da estrutura montada em 1955 por Etelvino Lins de Albuquerque, que era mantida com recursos federais.

A medalha constava de uma Cruz de Malta de prata dourada, com os ramos esmaltados de branco, carregada com um escudo estilo português, em cujo campo era reproduzida, em auto-relevo, a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres dos Montes Guararapes com trecho da paisagem que a circundava, encimada por um listel onde estava gravada a data “19 de fevereiro de 1649” em algarismos arábicos. O verso da insígnia tinha, em relevo, sobre o ramo superior a palavra “Pernambuco”, sobre o escudo, a expressão “Ordem do Mérito dos Guararapes” e sobre os demais ramos, os anos de “1648, 1649 e 1978”. A fita da Ordem era nas cores azul-cobalto, branco e vermelho. Os diversos graus eram entregues da seguinte forma: Grã-Cruz: banda de fita, da qual pende a insígnia da ordem, complementada por Placa; Grande Oficial: colar e fita, do qual pende a insígnia da Ordem, complementado por Placa; Comendador: colar idêntico ao Grande Oficial, sem placa; Oficial: fita ornada de roseta, da qual pende a insígnia da Ordem; Cavaleiro: idêntica a de Oficial, sem a roseta. As insígnias deviam ser usadas no peito esquerdo: as de Oficial e Cavaleiro e as Placas de Grã-Cruz e de Grande Oficial; Pendente ao pescoço: as de Grande Oficial e Comendador; a tiracolo, do ombro esquerdo ao quadril direito: as de Grã-Cruz.

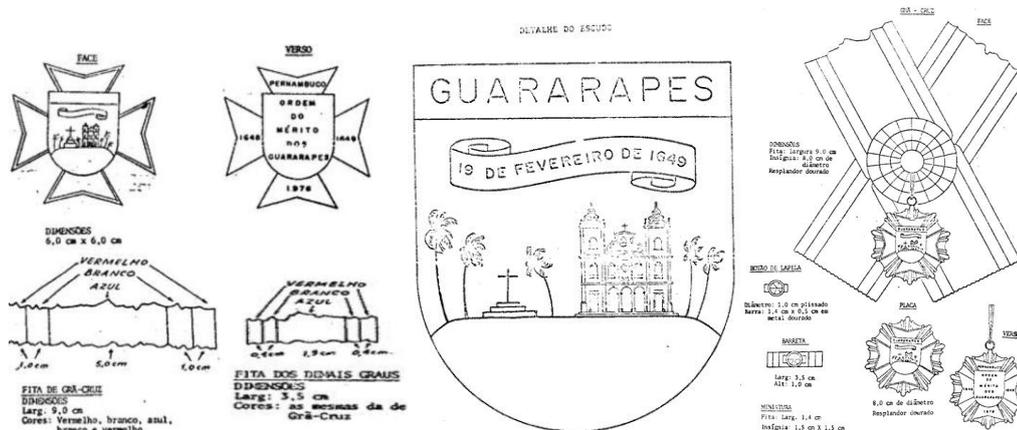


Imagem 2. Diário Oficial do Estado, Caderno Executivo, 28/01/1978, p.6.
 Medalha da Ordem do Mérito Guararapes e assessórios acompanhantes conforme o grau.

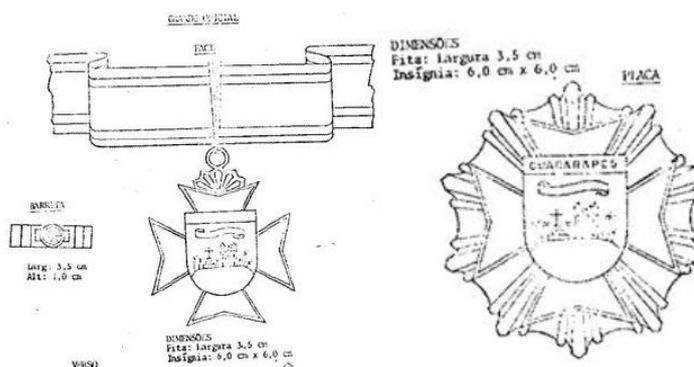


Imagem 3. Diário Oficial do Estado, Caderno Executivo, 24/06/1978, p.9.
 Insignias do grau de Grande Oficial.



Imagem 4. Diário Oficial do Estado, Caderno Executivo, 24/06/1978, p. 11.
 Selo da Ordem do Mérito dos Guararapes.

Mal havia sido criada a Ordem e já em 28 de setembro de 1978, Moura Cavalcanti admitiu o então presidente da República Ernesto Geisel, na Ordem do Mérito Guararapes, no

Grau de Grã-Cruz, no quadro de graduados especiais⁷⁵. Os objetivos reais da condecoração logo iam se esclarecendo. Além disso, as categorias de pessoas que podiam ser admitidas segundo o regulamento da Ordem não deixam dúvidas do seu real e principal sentido. Nas condecorações, afirmações de patriotismo e regionalismo articulam-se com o cerimonial de concessão da medalha e admissão na Ordem, formando o ingrediente necessário para selar as alianças políticas existentes e as desejáveis, sempre num tom emotivo. Em 1981, ao condecorar o presidente da Venezuela, Luiz Herreira Campins Maciel buscava expressava o significado:

Ao conceder-lhe, neste momento, as insígnias da Ordem dos Guararapes, a nossa mais alta condecoração, faço-o participante, senhor presidente, a partir de agora, da nossa pernambucanidade, das nossas tradições, da nossa história...

Aqui, neste pedaço de chão do Brasil, homens das três etnias que nos fizeram nação, com a intrepidez dos que amam e cultuam a liberdade, venceram, em renhidas batalhas, no Alto dos Guararapes, o estrangeiro invasor, consolidando, assim – embora fôssemos ainda uma simples colônia portuguesa -, o sentimento da nacionalidade⁷⁶

A ordem do discurso não mudava muito de uma condecoração para outra. Em 1982, ao condecorar o presidente alemão Karl Carstens, no Palácio das Princesas, Maciel reproduzia:

Na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito dos Guararapes, outorgo a vossa excelência, as insígnias da nossa mais alta e importante condecoração.

Guararapes, senhor presidente, tem para pernambucanos e brasileiros, um significado especial. Ali nasceu a nacionalidade. Naqueles montes que cercam, pelo sudoeste, a cidade do Recife se fez presente, pela vez primeira, o sentimento de Pátria, o desejo crescente e dominante de construir, neste além-mar português, um novo país, este Brasil dos nossos tempos, livre e soberano, hospitaleiro e acolhedor. Ao vos impor, portanto, este galardão, presidente Karl Carstens, faço-vos prazerosamente pernambucano honorário⁷⁷

Com pouca variação na formalidade, mas mantendo a mesma ordem, seus sucessores continuaram levando a cabo a prática de ‘agraciar’ certas personalidades. Em 1984, condecorando diversos governadores dos estados nordestinos Roberto Magalhães discursava:

Essa condecoração, que ora lhes outorgo, traz imanente no seu próprio nome, a expressão simbólica de um valor cívico que sintetiza o modo de ser mais representativo de Pernambuco

⁷⁵ Diário Oficial do Estado, Caderno Executivo, 30/09/1978.

⁷⁶ Diário de Pernambuco, 14/08/1981, p. A3.

⁷⁷ Idem, 05/04/1982, p. A5.

Nos feitos históricos dos Guararapes [...] vê-se prefigurado tudo o que, desde então, tem sido uma característica de Pernambuco, no processo de formação social de toda a Nação Brasileira: o irredentismo, a bravura, e uma inexcedível vocação libertária...

[...] Os pernambucanos de Guararapes sonharam com a liberdade e lançaram os alicerces da nacionalidade brasileira [...]

Guararapes representa a primeira afirmação histórica da consciência, da vontade e da dignidade brasileiras. Nos Guararapes forjou-se o ânimo libertário de um povo. Foi decidida a busca perseverante do ideal da nacionalidade a conquistar, a implantar, a consolidar. Nos Guararapes germinaram e amadureceram marcas do caráter brasileiro. A nossa vocação de fraternidade social e de convivência étnica, um senso muito vivo de altivez e de independência, o sentimento profundo a unidade do Brasil, a unidade física, territorial e espiritual, a consciência telúrica de uma Pátria⁷⁸

Mesmo um pouco adoentado, o que dificultou um discurso mais formal, Roberto Magalhães, na sua última solenidade de condecoração, em 1986, não se esquece de nenhum elemento a ser citado no principal rito estadual de firmação de alianças:

[...] Ontem, aqui neste salão, agraciei o ministro Funaro e falei para ele da nossa índole pernambucana. Do nosso traço irredentista e rebelde. Rebeldia que nem sempre há de se confundir com insurreição. Rebeldia que muitas vezes tem por objetivo a conciliação [...]

Senhoras e senhores: esta é a última vez que, como governador de Pernambuco, outorgo a Medalha Guararapes [...]

O espírito de Guararapes significou rebeldia contra dois monarcas, um de Portugal e outro de Espanha para que continuasse esse chão a ser todo ele colônia, embora, mas todo ele brasileiro. O segundo sentido de Guararapes está, não na rebeldia, mas na unidade nacional. Cada vez que, neste Palácio, um governador se reunir, com o Conselho da Medalha, para outorgar essas comendas, ele estará prestando um preito de honra a todos quantos, com sua vida, com seu suor, com seu sangue, com seu trabalho e com suas inteligências, um dia se sacrificaram por Pernambuco. Guararapes é símbolo; Guararapes é mais do que símbolo; é apanágio da pernambucanidade. Todos nós temos o dever de o cultuar. Muito obrigado⁷⁹

⁷⁸ Diário Oficial do Estado, Caderno Executivo, 27/07/1984, capa.

⁷⁹ Idem, 26/04/1986, capa.



Fotografia 7. Diário de Pernambuco, 14/08/1981, p. A3.

Condecoração do presidente da Venezuela Luiz Herreira Campins, no Palácio do Campo das Princesas

Embora os referenciais da identidade pernambucana sejam discursivamente acionados pelos políticos pernambucanos em situações diversas, especialmente pelos os governadores e deputados estaduais e, de um modo especial, pelos governadores nas reuniões do Conselho Deliberativo da SUDENE, as comemorações e as condecorações de Guararapes são os “lugares” onde eles se ocupam com maior tempo para traçar a “índole” dos pernambucanos. E somente uma análise do discurso mais detalhada para descrever o sentido, as intencionalidades que estão por trás dessas evocações discursivas, sejam nas representações teatrais das solenidades oficiais ou em qualquer outra situação.

3.2. “Quero que a minha primeira palavra seja uma profissão de fé nos destinos de minha terra”⁸⁰: o discurso dos políticos pernambucanos.

Segundo Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau (2004, p. 246), dois importantes representantes da Análise do Discurso, de linha francesa, “A categoria ‘discurso como objeto da história’ aparece, após publicação do livro da historiadora Regine Robin sobre História e Linguística (1973), no subtítulo da obra coletiva sobre langages et idéologies (Guilhaumou et alii, 1974)”. O fenômeno marca, na opinião dos autores, uma virada importante nas relações entre história e linguística, por ter se tornado a medida normalmente

⁸⁰ Primeiras palavras do discurso de posse de Marco Maciel, ao assumir o governo do estado Anais da ALEPE, 15/03/1979, p. 355.

admitida, tanto na França quanto em outros países, do lugar da análise do discurso entre os historiadores linguistas.

Mas os autores acrescentam que a relação dos historiadores com o campo da linguística não está exclusivamente ligada ao advento da linguística estrutural na França dos anos 1970. O texto de Lafargue (1894/1977) sobre “La langue française avant et après La Révolution” anunciaria o interesse dos historiadores ditos progressistas como Rebérioux, Prost e Soboul pelo que se chamava de “vida própria” das palavras do francês nacional, aproximando-se de historiadores da língua como Brunot e Balibar. A própria Escola dos Annales demonstrava uma preocupação maior com a linguagem e de um modo especial, Febvre, que foi seguido mais ou menos na mesma linha por Mandrou e Dupront.

A aproximação entre a História e a Linguística, segundo a historiadora Giselda Brito Silva (2004, p. 34), contou também, significativamente, com as reflexões de Chevalier, que defendia que um olhar mais profundo sobre a língua mostraria que a mesma funciona em dois níveis interdependentes que se condicionam mutuamente e que a aproximam da História⁸¹. Tornando inseparável a relação *linguagem-sociedade*, Chevalier toma a língua como um objeto que apresenta regularidades que podem ser formalizadas e estudadas na especificidade da linguística, mesmo que ainda sejam numa perspectiva estruturalista, *saussuriana*⁸², e como produção e utilização dos homens em sociedade que pode ser ampliada para o campo da História.

Gregolin (2004, p. 19, In: FERNANDES, 2004) vê também em Michel Foucault uma das principais contribuições para a aproximação entre historiadores e linguistas analistas do discurso, especialmente a partir do contato com as noções de *formação discursiva* e da compreensão do discurso como *prática* para o entendimento das relações entre *saber* e *poder*. Seria injustiça esquecer aqui de Kosselleck, qualificado recentemente pelos pesquisadores estrangeiros como historiador linguista⁸³. Mas a aproximação maior mesmo dos estudos da linguagem e dos discursos, por parte dos historiadores, se acentuaram nos anos 1960 e 1970 com a maior receptividade da proposta interdisciplinar dos *Annales*, de ampliação do ofício

⁸¹ Para melhor compreender essa aproximação, cf. SILVA, Giselda Brito. **História e linguística: algumas reflexões em torno das propostas que aproximam a História da Análise do Discurso**. Saeculum (UFPB), Editora da UFPB, v. n. 11, 2004, p. 34.

⁸² Segundo a historiadora Giselda Brito Silva, um dos motivos que levam os historiadores a apresentarem resistência quanto à aproximação entre a História e a Análise do Discurso é justamente o fato de pensarem que a mesma está apoiada numa vertente estruturalista saussuriana, o que não é verdade, pois a abordagem discursiva se desenvolveu como crítica aos estudos lingüísticos estruturalistas. Cf. SILVA (2004) e NARVAZ, Martha Giurdice, NARDI, Henrique Caetano e MORALES, Blanca. **Nas tramas do discurso: a abordagem discursiva de Michel Pêcheux e de Michel Foucault**. Revista de Psicologia Política. Vol. 6, N° 12, 2006.

⁸³ CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. Op. Cit., p 264.

do historiador, ao levantar a bandeira dos temas *Novos Objetos, Novos Problemas e Novas Abordagens*, presentes na obra de Le Goff, intitulada “A Nova História” (SILVA, 2004, p. 34).

Apesar da existência de uma tradição de historiadores linguistas, daqueles que reconhecem e defendem a sua importância para a ampliação dos trabalhos historiográficos alguns historiadores ainda vêm com desconfiança trabalhos interdisciplinares. No que se refere a trabalhos cujos objetos são compartilhados direta ou indiretamente entre a História, a Linguística e a Análise do Discurso (apesar dos diferentes enfoques), a historiadora Giselda Brito Silva (2005) afirma, por exemplo, que “após tantos momentos de debates e críticas, é inquestionável a contribuição que o campo da Linguística pode propiciar ao historiador” e, encerra seu argumento dizendo: “cabe ao historiador que se propõe a analisar acontecimentos da História Política Cultural, numa perspectiva interdisciplinar, procurar se aproximar da Análise do Discurso para ampliar suas análises documentais”⁸⁴.

E é nessa trilha interdisciplinar, aberta por posições como as da professora, entre outras, que caminhamos para compreender os discursos dos políticos pernambucanos. Apesar de a mesma inscrever a Análise do Discurso no domínio da Linguística, uma atitude comum até mesmo entre muitos linguistas, este é um fato que ainda tem gerado muita discussão. Portanto, sem pretender entrar nesse mérito - e lembrados, sem nenhuma “anarquia metodológica”, de que tais campos são, como observou Foucault (2000), produto da prática de produção, repartição, organização em séries e distribuição de discursos sobre determinados objetos - gostaríamos de salientar o reconhecimento da contribuição maciça da Linguística para a constituição desse domínio de estudos, em relação à contribuição de outros campos, afinal a Análise do Discurso, a Análise Crítica do Discurso, ou os Estudos Críticos do Discurso, como preferimos chamar, ocupam-se da linguagem como prática social, articulada com outras práticas, e a linguagem sempre foi o principal objeto da Linguística.

Ainda muito conhecidos pela denominação genérica de *Análise Crítica do Discurso* (ACD), os *Estudos Críticos do Discurso* (ECD) surgiram na década de 1990 com uma proposta de superação de algumas limitações teóricas e metodológicas da chamada *Análise do Discurso* (AD) ou *Análise do Discurso Francesa* (ADF), que se encontrava na sua terceira fase (PEDROSA, 2005)⁸⁵. Ao contrário do que muitos pensam, eles não constituem uma *teoria* ou *método* de analisar discursos – por isso, inclusive, optamos pela denominação de

⁸⁴ Para melhor compreender a proposta de uso de Análise do Discurso nos estudos históricos Cf. SILVA, Giselda Brito. **Reflexões metodológicas sobre o uso da Análise do Discurso nos estudos da História Política e Cultural**. In: SBPH, Rio de Janeiro. Anais da SBPH. Curitiba, 2005. v. 1. p. 91-97.

⁸⁵ Sobre as fases da AD, cf. BRANDÃO (1997) e NARVAZ, NARDI e MORALES (2006)

ECD, proposta por Van Dijk (2008), para evitar passar a idéia de homogeneidade teórico-metodológica que a noção de ACD normalmente é capaz de produzir – mas um campo/domínio que se serve ou é capaz de servir-se de teorias e métodos de variados campos, incluindo a História⁸⁶.

Os ECD se diferenciam da AD e de outras tendências tais como a Análise Conversacional, a Sociolinguística e a Psicologia Social Discursiva, por exemplo, sobretudo pela sua postura “crítica” com relação aos discursos⁸⁷. Influenciados pelo pós-modernismo, pela teoria crítica, pela crítica social e pelo pós-estruturalismo, além da terceira fase da AD, admite-se que um marco importante para o surgimento dos ECD tenha sido, entre outros, a publicação da revista “*Discourse and Society*” em 1990, de Teun Van Dijk. Porém, outras obras também teriam contribuído, tais como, “*Language and power*”, de Norman Fairclough, em 1989, “*Language, power and ideology*”, de Ruth Wodak, em 1989 e a obra de Van Dijk “*Prejudice in discourse*”, em 1984. Os ECD se propõem a estudar a linguagem como prática social e sua relação com o poder, valorizando o contexto nesse processo e destacando a necessidade do trabalho interdisciplinar.

Para Fairclough, os ECD são uma forma de ciência crítica, concebidos como ciência social destinados a identificar os problemas que as pessoas enfrentam em decorrência de formas particulares da vida social e a desenvolver recursos de que elas possam se valer a fim de abordar e superar esses problemas. Para Wodak, eles tratam de evitar o postulado de uma simples relação determinista entre os textos e o social, tendo em consideração as intuições, de que o discurso se estrutura por dominação, de que todo discurso é um objeto *historicamente produzido* e interpretado, isto é, que se acha situado no tempo e no espaço, e de que as estruturas de dominação estão legitimadas pela ideologia de determinados grupos (FAIRCLOUGH e WODAK *Apud* PEDROSA, 2005). Van Dijk (2008, p. 113) define os ECD como um tipo de investigação analítica discursiva que estuda principalmente o modo como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político.

Uma leitura atenciosa das propostas dos ECD é suficiente para perceber que suas perspectivas epistemológicas dialogam com as tendências atuais da História, desde a utilização do método de desconstrução, da preferência ao relativismo à objetividade, da

⁸⁶ Maria Cristina Leandro Ferreira também chama atenção para o fato de que “Análise do Discurso” se tornou um termo “guarda-chuva” que não abriga uma única vertente teórica. Cf. FERREIRA, p. 11-22, In: FERNANDES e SANTOS, 2007.

⁸⁷ Para uma melhor compreensão dessas tendências, cf. MURILO (2003) e NOGUEIRA, In: ALMEIDA e FERNANDES, 2001. Sobre o sentido no qual se aplica a expressão “crítica” Cf. DIJK, 2008.

fragmentação à totalização, do reconhecimento do papel da linguagem e da história como constituintes dos sujeitos, da fluidez do significado, até os conceitos de práticas discursivas, de sujeito, de identidade, das relações destas com o poder, entre outros conceitos e relações.

Dentre as suas contribuições principais, em termos de procedimento de análise discursiva, das quais apenas de algumas nos servimos aqui, destacamos o fato de que eles não simplesmente apresentam os textos para, em seguida, impor uma interpretação sem apontar os elementos textuais que a legitimam mas, no processo de análise e interpretação, investigam como os sentidos são construídos a partir da identificação e do estabelecimento de relações entre elementos morfosintáticos e semânticos concretos presentes no texto (um adjetivo, um pronome, uma metáfora) relacionando-os com as relações de poder, logo com as práticas discursivas e outras práticas sociais.

Como prática social, os ECD entendem o discurso como sendo uma prática política - pois ele estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as estruturas coletivas em que existem essas relações - e ideológica - pois ele constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados de mundo nas variadas posições das relações de poder; entendem que as relações de poder são discursivas, abordando problemas sociais, tomando a relação entre texto e sociedade como sendo mediada e o discurso como sendo histórico, constituinte da sociedade, da cultura e como uma forma de ação social (FAIRCLOUGH, 2001 e DJIK, 2008).

Essa dispersão de perspectivas e objetivos foi sistematizada por Fairclough que, entre outras coisas, estruturou os fundamentos, os instrumentos e procedimentos de análise de discurso, contribuindo para a solidificação das bases desse campo, ao sugerir o que denominou de uma “análise tridimensional do discurso”, composta por dimensões que se determinam mutuamente de forma dialética: “texto”, “práticas discursivas” e “práticas sociais”. O quadro abaixo, usado pelo próprio autor, ilustra a concepção tridimensional do discurso:

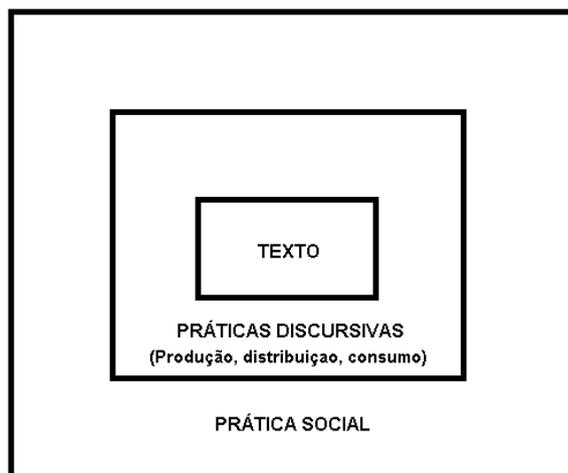


Imagem 5. Concepção tridimensional do discurso (FAIRCLOUGH, 2001, p.101).

As práticas sociais, a maior das três dimensões, determinam a formação de práticas discursivas, que também são práticas sociais, e estas, por sua vez, determinam a produção de textos, mas, dialeticamente, também os textos, determinam a formação de práticas discursivas e estas, por sua vez, determinam a formação de outras práticas sociais. Há entre as três dimensões uma grande interação, uma relação constante de trocas de modo que não seria possível separá-la numa análise, apenas didaticamente. Para compreender a fundo cada uma delas, Fairclough elenca objetivos, tópicos e elementos importantes a serem considerados no procedimento de análise.

No que se refere à “análise do texto” (etapa chamada de ‘descrição’), por exemplo, ele chama a atenção para que se observe a estrutura do texto (estrutura geral, a polidez, o ethos), sua coesão, sua gramática (atentando para tópicos como a transitividade, o tema, a modalidade) e seu vocabulário (como a criação de palavras, a metáfora); já para a análise das “práticas discursivas” (etapa chamada de ‘interpretação’), ele destaca elementos como a produção do texto (e a observação de tópicos como a interdiscursividade, a intertextualidade), distribuição (observando as cadeias intertextuais), consumo (atentando para como a coerência foi construída e seus efeitos) e as condições da prática discursiva; e para a análise das “práticas sociais”, o autor elenca três elementos importantes a serem observados: a matriz social do discurso, as ordens do discurso e os efeitos ideológicos e políticos do mesmo. Em suas palavras:

Qualquer 'evento' discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social. A dimensão do 'texto' cuida da análise linguística de textos. A dimensão da 'prática discursiva', como 'interação', na concepção 'texto e interação'

de discurso, especifica a natureza dos processos de produção e interpretação textual - por exemplo, que tipos de discurso (incluindo 'discursos' no sentido mais socioteórico) são derivados e como se combinam. A dimensão de 'prática social' cuida de questões de interesse na análise social, tais como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e como elas moldam a natureza da prática discursiva e os efeitos constitutivos/construtivos referidos anteriormente (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22).

Esse procedimento de análise é normalmente aplicado a qualquer texto, inclusive aqueles onde estão presentes os chamados “discursos políticos”. O discurso político é um dos domínios de grande interesse dos ECD, pois é normalmente marcado por uma estrutura argumentativa, persuasiva, em nome do bem comum. Frequentemente, se apresenta como uma fala coletiva que procura se sobrepôr em nome dos interesses da comunidade e constituir uma norma de futuro. Ele normalmente recorre a afetos e sentimentos servindo-se de recursos estéticos como certas construções metafóricas, imagens e jogos linguísticos, e sempre se utiliza da eloquência, da oratória e da retórica, com as quais procura seduzir os outros (DJIK, 2008)⁸⁸.

Segundo Charaudeau (2008, p. 23), o discurso político é o lugar de um jogo de máscaras, ele serve-se de estratégias que podem ser empregadas em diferentes lugares do tabuleiro político pois, ao mesmo tempo que revelam, escondem os artifícios que utilizam para persuadir e seduzir os seus interlocutores. O discurso dos políticos pernambucanos do nosso período não foge a essa regra e as estratégias que os mesmos utilizam para representar a identidade estadual, segundo dados interesses, já foram usadas em muitos outros lugares, em muitos outros momentos do tabuleiro político da história de Pernambuco. Por isso o *interdiscurso*, tomado no sentido amplo, é, entre outras, uma de suas marcas fundamentais. Segundo Charaudeau e Maingueneau:

mais amplamente, chama-se também de interdiscurso o conjunto das unidades discursivas (que pertencem a discursos anteriores do mesmo gênero, de discursos contemporâneos de outro gêneros etc.) com o quais um *discurso particular* entra em relação implícita ou explícita (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p. 286).

Os discursos dos políticos pernambucanos sobre as batalhas de Guararapes e sobre os elementos a elas ligados, visível em nosso período, por exemplo, reproduzem e atualizam, com certas modificações, os discursos tradicionalmente pronunciados por outros políticos em diferentes momentos da história de Pernambuco sobre esse mesmo episódio histórico. O

⁸⁸ Cf. Também a tese de MIGUEL (1997) ou sua obra (2000)

conjunto das unidades discursivas anteriores, do passado mais remoto, permeiam e compõem os discursos dos políticos que viveram em fim dos anos 1970 e primeira metade dos anos 1980, constituindo o seu interdiscurso. No campo discursivo, as permanências históricas, inscritas no tempo da longa duração, só são possíveis graças ao interdiscurso.

O interdiscurso é tão importante para a compreensão dos discursos em geral que Maingueneau propôs o que ficou conhecido como “primado do interdiscurso sobre o discurso”. Essa noção baseia-se na defesa de que não se deve colocar em contraste formações discursivas consideradas independentemente umas das outras. A identidade de um discurso ou de uma formação discursiva é indissociável de sua emergência e de sua manutenção através do interdiscurso. Por isso a importância das noções de *universo, campo e espaço discursivo*, como discutimos no último tópico do segundo capítulo (MAINGUENEAU, 1997, p. 116).

No segundo capítulo, e na primeira parte deste, já discutimos também um pouco sobre como os acontecimentos históricos ou as práticas sociais determinaram a formação de outras práticas, também sociais, como as práticas discursivas que colocaram a pernambucanidade na moda, inclusive nos meios políticos. Os textos dessa época, alguns dos quais iremos nos ocupar agora com mais cuidado, presentes nos diversos documentos oficiais ou extra-oficiais são o produto dessas práticas discursivas e de outras práticas sociais a elas ligadas. Mas é preciso relevar também que, dialeticamente, esses textos e as práticas discursivas a ele ligados determinaram as práticas sociais desse período – sobretudo pelo interdiscurso – e é temerário ousar definir de forma rígida onde a influência de um começa e a do outro termina.

Embora ao longo de nossa discussão tenhamos exposto alguns extratos dos discursos dos políticos e de alguns elementos neles presentes, não analisamos com os cuidados empíricos devidos, propostos pelo campo dos ECD, até mesmo para sustentar nossa interpretação histórica, como a identidade pernambucana é representada nos mesmos e os interesses que estão por trás dessa representação. Afinal, o que é Pernambuco e o pernambucano no discurso dos políticos? E por quê? Para quê?

3.3. “Pernambuco, símbolo do irredentismo mais idealista e exemplo de altivez”⁸⁹: representações da identidade pernambucana no discurso dos políticos.

⁸⁹ Anais da ALEPE, 15/03/1983, p. 298, fragmento do discurso de posse do governador Roberto Magalhães.

Visando compreender o discurso na sua estrutura tridimensional, já nos ocupamos em discutir a maior de suas dimensões, a saber, as práticas sociais, que envolvem as questões políticas, econômicas, sociais e culturais, enfim, as condições históricas ligadas a ordem e a matriz social dos discursos sobre uma pernambucanidade no campo político nesse período. Ao longo da discussão também já adentramos na análise da dimensão das práticas discursivas, em que vimos as condições desta prática e as permanências históricas nos discursos sobre a identidade pernambucana através da interdiscursividade. Resta ocuparmo-nos mais detalhadamente com a menor dessas dimensões: a dimensão do texto e explorar um pouco mais sua relação com as outras dimensões.

Apesar da dispersão geral presente nos discursos dos políticos é possível, como já dissemos, perceber neles certa regularidade no que tange a representação discursiva de Pernambuco e dos pernambucanos. Essa regularidade, que já inscrevemos dentro da formação-discursiva regional-erudita, é perceptível a partir de dados elementos morfossintáticos e semânticos presentes na estrutura textual de seus discursos, tais como os pronomes, os adjetivos, os verbos, as metáforas, entre outros elementos. Ocupar-nos-emos agora em analisar, na materialidade desses discursos, um tópico específico proposto por Fairclough em sua análise tridimensional. Trata-se do “ethos”, elemento que reúne as características que contribuem para a construção do “eu” ou de identidade sociais.

As características da “personalidade” pernambucana mais postas em evidência pelos políticos em seus discursos, nas situações mais diversas, são a bravura, o patriotismo, o orgulho, a fraternidade, a fé e a fidelidade as tradições e. Características que teriam definido também a identidade do próprio estado, fazendo dele um estado pioneiro, o berço da nacionalidade, palco das revoluções libertárias, que possui as mais belas páginas da história do Brasil, por sua vocação histórica. As outras características – se assim puderem ser chamadas – são geralmente sinônimas ou expressões de significado muito aproximado ou associado, ao menos nos documentos com os quais tivemos contato. Vamos buscar entender cada uma dessas características.

3.3.1. A Bravura

[...] Ideais e tradições de bravura, de patriotismo, de amor à terra, de liberdade, de civismo. Ideais que são as características mesmas do velho espírito pernambucano forjados na campanha contra os holandeses[...] ⁹⁰ (1) ⁹¹

⁹⁰ Idem, 11/11/1985, p. 71, fragmento de discurso do deputado Antônio Campelo.

[...] as mais belas e admiráveis páginas da história do Brasil que foram escritas pela bravura cívica pelo espírito libertário e pela vocação cristã dos nossos antepassados [...] ⁹² (2)

[...] tem sido uma característica de Pernambuco, no processo de formação social de toda a Nação Brasileira: o irredentismo, a bravura, e uma inexcedível vocação libertária [...] Nos Guararapes forjou-se o ânimo libertário de um povo [...] ⁹³ (3)

[...] homens das três etnias que nos fizeram nação, com a intrepidez dos que amam e cultuam a liberdade, venceram, em renhidas batalhas, no Alto dos Guararapes, o estrangeiro invasor [...] ⁹⁴ (4)

[...] agradei o ministro Funaro e falei para ele da nossa índole pernambucana. Do nosso traço irredentista e rebelde. [...] O espírito de Guararapes significou rebeldia contra dois monarcas, um de Portugal e outro de Espanha para que continuasse esse chão a ser todo ele colônia, embora, mas todo ele brasileiro [...] ⁹⁵ (5)

[...] pernambucanidade como respeito e culto às melhores tradições culturais cívicas e libertárias do povo pernambucano [...] ⁹⁶ (6)

[...] Político/mártir. Político/herói. Político/rebelde. Político/revolucionário. As muitas faces da pernambucanidade política [...] ⁹⁷ (7)

[...] Os pernambucanos, fiéis à tradição de construir, sempre demonstraram bravura e tenacidade diante dos obstáculos e das situações mais decisivas da sua história [...] Com este propósito, não nos faltarão, como nunca faltaram a Pernambuco, a fibra dos que crescem diante das dificuldades [...] ⁹⁸ (8)

A característica da personalidade pernambucana mais exaltada e posta em evidência no discurso dos políticos é a “bravura” (1, 2 e 8). Muitas vezes é também é expressa por outras palavras que, no interior do discurso, se apresentam como sinónimas e/ou de significados aproximados e/ou associados, em forma de adjetivo ou substantivo, tais como a “coragem”, a “intrepidez” (4), a “resistência”, a “tenacidade” (8), a “fibra” (8) o “irredentismo” (3 e 5), o “inconformismo”, a “insatisfação”, a “rebeldia” (5, 6, 7 e 8), entre outros.

⁹¹ Os números entre parênteses são a nossa metodologia empregada para analisar os discursos. Cada número entre parêntese se refere a um discurso ou fragmento do mesmo, (1), (2), (3) por exemplo. O segundo número após o ponto, quando aparecer, como em “(8.2)” significa “2º fragmento de um mesmo discurso, que é o discurso (8)”, por exemplo, e assim sucessivamente.

⁹² Idem, 22/04/1980, p. 454, fragmento do discurso do deputado Barreto Guimarães.

⁹³ Diário Oficial do Estado, Caderno Executivo, 27/07/1984, capa, fragmento do discurso do governador Roberto Magalhães.

⁹⁴ Diário de Pernambuco, 14/08/1981, p. A3, fragmento do discurso do governador Marco Maciel.

⁹⁵ Diário Oficial, 26/04/1986, capa, fragmento do discurso do governador Roberto Magalhães.

⁹⁶ Anais da ALEPE, 13/05/1982, p. 198, fragmento do discurso do deputado Barreto Guimarães.

⁹⁷ Idem, 1986, Fragmento do discurso de posse do governador Gustavo Krause.

⁹⁸ Idem, 15/03/1983, p 301, fragmento 1 do discurso de posse de Roberto Magalhães.

Essa bravura pernambucana não teria surgido por acaso, é herança dos ancestrais que mostraram sua personalidade nas “situações mais decisivas da sua história” (8). Ela se formou e se manifestou pela primeira “nos Guararapes” (3), foi forjada “na campanha contra os holandeses” (1) e a permanência dela em vários personagens da história pernambucana é responsável pela “tradição libertária” (3 e 6), pelo “espírito revolucionário” (7) e pelo “heroísmo” (7) do povo pernambucano. Por essa bravura, esses ancestrais também se transformaram em “mártires” (7).

No discurso dos políticos, essa bravura deve ser posta em evidência, pois, graças a ela, o Brasil continua sendo “nosso” e não se fragmentou em ‘republicuetas’, como disse Nilo Pereira⁹⁹, ao analisar a importância da empresa da Restauração para consolidar o Brasil como Pátria, como Nação. Foi com ela que os pernambucanos escreveram as “mais belas páginas da História do Brasil” (2).

3.3.2. O Patriotismo

[...] Ideais e tradições de bravura, de patriotismo, de amor à terra, de liberdade, de civismo. Ideais que são as características mesmas do velho espírito pernambucano forjados na campanha contra os holandeses [...] (1)

[...] os Deputados, os representantes do povo, devemos todos, exercer o nosso mandato dentro das tradições de lealdade, bravura e patriotismo do povo pernambucano [...] ¹⁰⁰. (10)

[...] e esse patriotismo nós temos a certeza, de que ele foi de muito estimulado, pela sua vivência, em Pernambuco, pela sua pernambucanidade¹⁰¹ (11)

A Revolução Pernambucana de 1817 [...], tantos foram os padres [...] que se incorporaram à revolução Pernambucana, com idealismo, com sentimento cívico, com patriotismo, com idéias libertárias de emancipacionistas [...] ¹⁰² (12)

No discurso dos políticos, o “patriotismo” (1, 10, 11 e 12) é também umas das marcas indelévels da “personalidade” do pernambucano. Ela é também expressa por palavras de significado próximo ou associado, como o “sentimento cívico” (1 e 12), a “lealdade” (10) que também se deve cultivar e que também teria se manifestado pela primeira vez nas Batalhas de Guararapes (1). Mas, embora tendo sido forjado na campanha contra os holandeses, foi já

⁹⁹ PEREIRA, Nilo. Op. Cit.,

¹⁰⁰ Anais da ALEPE, 21/01/1983, p. 78, fragmento do discurso do deputado Nivaldo Machado.

¹⁰¹ Idem, 27/03/1980, p 71, fragmento do discurso do deputado Barreto Guimarães.

¹⁰² Idem, 06/03/1980, p. 127, fragmento do discurso do deputado Barreto Guimarães.

movido por ele que os ancestrais dos pernambucanos expulsaram os invasores batavos e, claro, com muita bravura. A partir daí, todos os acontecimentos históricos de Pernambuco, teriam sido marcados por esse patriotismo, por esse sentimento cívico (12).

Segundo os discursos dos políticos, os pernambucanos foram os primeiros brasileiros a revelar esse sentimento. O argumento baseia-se na idéia de que o sentimento de pátria precedeu a existência da nação, e como não existe nação sem o sentimento de pertença à mesma, foi, portanto, no solo pernambucano que essa comunidade simbólica, a pátria, nasceu. Essa exaltação do patriotismo ou nacionalismo, como uma marca da personalidade pernambucana, não é, como veremos um pouco mais adiante, sem sentido.

3.3.3. O Orgulho

[...] Nós pernambucanos não podemos ocultar o orgulho que nos toma por pertencermos a um estado que, na História, se destaca como precursor do sentimento nativista [...] ¹⁰³ (13)

[...] símbolo do irredentismo mais idealista e exemplo de altivez [...] ¹⁰⁴ (8.2)

[...] Escrevemos, até, e com muito orgulho, um capítulo que se integrou à nossa opulenta história de civismo, dignidade e de bravura política [...] ¹⁰⁵. (14)

[...] esse patrimônio pertence a Pernambuco, pertence a nossa terra, já foi um orgulho e continua sendo, um orgulho para o Leão do Norte, era aquela expressão, Pernambuco falando para o mundo [...] ¹⁰⁶ (15)

Essa característica da identidade pernambucana, o “orgulho”, é baseada sobretudo na valorização dos episódios da história de Pernambuco no todo a História do Brasil, que teriam dado exemplos de “altivez” (8.2) e “opulência” (14). Pelo pioneirismo dos pernambucanos nos principais eventos de emancipação, como a abolição da escravidão, a proclamação da Independência, a proclamação da República, especialmente pelo evento que teria parido a nação, as batalha dos Guararapes, e pela bravura e patriotismo que demonstraram nesses episódios. O orgulho é, como muitas, uma palavra polissêmica, mas aqui, juntamente com as suas sinonímias, ela não é empregada no sentido negativo, como a de uma arrogância sem fundamento, mas no sentido de dignidade, brio.

¹⁰³ Diário de Pernambuco, 09/03/83, p. A4, fragmento do discurso do deputado Felipe Coelho.

¹⁰⁴ Anais da ALEPE, 15/03/1983, fragmento 2 discurso de posse de Roberto Magalhães.

¹⁰⁵ Idem, 16/03/1983, p. 313, fragmento do discurso de José Ramos.

¹⁰⁶ Idem, 20/10/1983, p. 21, fragmento do discurso do deputado Drayton Njaim.

Quando não há uma referência direta ao orgulho como um traço da índole pernambucana, os políticos parecem, às vezes, se investir dessa característica em seus eloquentes discursos, afirmando algumas vezes estarem tomados pelo mesmo (13 e 14). O ‘tom’ de orgulho do qual se investem para falar da história e das coisas do estado, é visível também, quase sempre, no uso do verbo no modo imperativo, como em “não podemos” (13). Esse traço também é acionado quando se exalta um antepassado, do qual se sente orgulho, ou mesmo uma gestão política que se passou, por ela ter passado a integrar a “opulenta” (14) história do Estado ou ainda para exaltar as coisas da terra, ou algum outro patrimônio que “pertence a nossa terra” (15), como uma empresa que, por ser motivo de orgulho, precisa ser mais respeitada, por exemplo.

3.3.4. A Fraternidade

[...] precisamos viver intensamente o sentido profundo dessa pernambucanidade, para melhor servirmos ao Brasil, com a nossa inteligência, com o nosso espírito cívico, com a nossa fraternidade [...] ¹⁰⁷
(16)

[...] nunca faltaram a Pernambuco, a fibra dos que crescem diante das dificuldades, a fé dos que acreditam e a solidariedade dos que são capazes de compartilhar os desafios [...] ¹⁰⁸ (8.3)

[...] Ideais e tradições de bravura, de patriotismo, de amor à terra, de liberdade, de civismo (1)

[...] homens das três etnias que nos fizeram nação, com a intrepidez dos que amam e cultuam a liberdade, (4)

Naqueles montes que cercam, pelo sudoeste, a cidade do Recife se fez presente [...] o desejo crescente e dominante de construir [...] um novo país, este Brasil dos nossos tempos, livre e soberano, hospitaleiro e acolhedor. ¹⁰⁹
(17)

Síntese admirável do ser pernambucano. No sentir a história. No querer a liberdade. (7.2) ¹¹⁰ Krause, posse

A “Fraternidade” é também uma das características marcantes da identidade pernambucana. Independentemente de ser considerada o atributo de uma pessoa ou ator coletivo, a fraternidade é tomada, no discurso dos políticos, como um dos valores mais altos,

¹⁰⁷ Idem, 30/08/1983, p. 177, fragmento do discurso do deputado Joel Holanda.

¹⁰⁸ Idem, 15/03/1983, fragmento 3 do discurso de posse de Magalhães.

¹⁰⁹ Diário de Pernambuco, 05/04/1982, p. A5, fragmento do discurso de Marco Maciel.

¹¹⁰ Anais da ALEPE, 14/05/1986, fragmento 2 do discurso de posse Gustavo Krause.

dos valores universais, na mesma esteira de valores como a “igualdade” e a “liberdade”, com os quais também é associado, formando a bandeira “Igualdade, Liberdade e Fraternidade”. A Fraternidade é expressa através do “amor e do culto a liberdade” (4), um dos seus mais queridos (7.2), dos seus principais ideais (1) e que justificam também a índole “libertária” (2, 3 e 6) dos pernambucanos.

Essa característica dos pernambucanos teria se manifestado pela primeira vez na empreitada contra os flamengos, na união dos “homens das três etnias que nos fizeram nação” (4). Foi na empresa da restauração que, pela primeira vez na história do Brasil, de uma forma “fraterna”, “solidária”, “harmônica”, “igualitária”, “livre” movidos pelo espírito da “concordia”, brancos, negros e indígenas, homens das três raças que representam o próprio homem brasileiro, se uniram por um ideal maior.

A partir daí, esse passaria a ser, entre outros, o “sentido profundo dessa pernambucanidade” (16), que se precisa viver intensamente. Por isso, nunca faltaram a Pernambuco, os pernambucanos com o sentimento de “solidariedade” (8.3), sentimento pernambucano que também se observa no restante do país, com seu caráter “hospitaleiro” e “acolhedor” (17) e que apesar de estar sob o comando civil-militar em processo de redemocratização, também defender as bandeiras da solidariedade, da “Igualdade, Liberdade e Fraternidade”, em defesa da qual, realizou a “Revolução” de 1964.

3.3.5. A fé

[...] nunca faltaram a Pernambuco, a fibra dos que crescem diante das dificuldades, a fé dos que acreditam e a solidariedade dos que são capazes de compartilhar os desafios [...] peço a Deus, que tem sob sua vontade as nossas vidas e o nosso futuro, que fortaleça em mim a serenidade e determinação de propósito [...] ¹¹¹ (8.3)

[...] as mais belas e admiráveis páginas da história do Brasil que foram escritas pela bravura cívica pelo espírito libertário e pela vocação cristã dos nossos antepassados [...] ¹¹² (2)

[...] esse patriotismo nós temos a certeza, de que ele foi de muito estimulado [...] pela sua pernambucanidade, pela consciência que V. Exa. tem de que neste chão sagrado, de Pernambuco, estão as matrizes, da formação da própria nacionalidade brasileira [...] (11.2)

[...] Quero que a minha primeira palavra seja uma profissão de fé nos destinos de minha terra [...] ¹¹³ (30)

¹¹¹ Idem, 15/03/1983, fragmento 3 do discurso de posse de Magalhães.

¹¹² Idem, 22/04/1980, p. 454, fragmento do discurso do deputado Barreto Guimarães.

¹¹³ Idem, 15/03/1979, fragmento do discurso de posse do governador Marco Maciel.

[...] Pernambucanos: reservo minhas primeiras palavras, como governador de Pernambuco, para invocar a proteção divina no honroso ofício de conduzir os destinos do povo pernambucano[...]¹¹⁴ (31)

Há algo de religioso, algo de sagrado, nos ideais dos pernambucanos, segundo muitos discursos, fazendo com que a “fê” seja também uma de suas principais características. É assim, afinal, com a Pátria, tão valorizada pelos pernambucanos, nos discursos dos políticos, onde o amor a mesma adquire quase o sabor do culto a uma divindade. O chão pernambucano é um chão sagrado principalmente por ser a matriz da própria nacionalidade brasileira (11.2).

No discurso 8.3, o advérbio “nunca” que precede ao “faltaram a Pernambuco”, referindo-se a “fé dos que acreditam”, demonstra tratar-se de uma característica histórica que “sempre” (o seu antônimo), foi apresentada pelos pernambucanos do passado. As mais belas e admiráveis páginas da história do Brasil (2) foram escritas também, além de outras, com a “vocaçã cristã” dos antepassados.

Os políticos pernambucanos não se esquecem de demonstrar essa característica pernambucana, ao tomarem seu compromisso para com o estado como uma “profissão de fé” (30) e pedirem ou invocarem, “aquele que tem sob sua vontade as nossas vidas e o nosso futuro” (8.3), “a proteção divina” (31).

Numa análise tridimensional, atentar para o significado de certas palavras constitui um importante tópico na análise de textos. Certas palavras possuem um grande significado cultural e as palavras empregadas quando se ressalta essa característica pernambucana, “a fê”, como a própria palavra “fé” (8.3), “vocaçã cristã” (2), “chão sagrado” (11.2) acionam todo um universo de identificação simbólica presentes no campo religioso que ajudam a reforçar o sentido de comunidade desejado pelo enunciador do discurso.

3.3.6. Fidelidade às tradições

[...] Os pernambucanos, fiéis à tradição de construir, sempre demonstraram bravura e tenacidade diante dos obstáculos e das situações mais decisivas da sua história [...] (8)

[...] Ideais e tradições de bravura, de patriotismo, de amor à terra, de liberdade, de civismo. (1)

¹¹⁴ Idem, 14/05/1982, fragmento do discurso de posse do governador José Ramos.

[...] os Deputados, os representantes do povo, devemos todos, exercer o nosso mandato dentro das tradições de lealdade, bravura e patriotismo do povo pernambucano [...]¹¹⁵. (10)

[...] pernambucanidade como respeito e culto às melhores tradições culturais cívicas e libertárias do povo pernambucano[...] (6)

A fidelidade as tradições é uma das marcas da personalidade pernambucana. O conjunto de características psicossociais apresentadas pelos pernambucanos, em vários momentos históricos e os seus valores, que fizeram de Pernambuco uma região singular, constituem uma tradição. Elas são referentes à cultura cívica (6) a bravura, ao patriotismo, ao amor à terra, a liberdade, ao civismo (1), a lealdade (10). E respeitar essa tradição tornou-se também, junto com as outras, uma de suas características fundamentais. Embora o progresso e o desenvolvimento sejam desejáveis, a tradição tem que ser respeitada, preservada.

No discurso 8, o artigo definido “os”, que precede o substantivo “pernambucanos”, deixa claro que não se trata de “alguns” ou de “muitos” – o seu efeito generalizante não deixa dúvida de que se trata de “todos” os pernambucanos. O advérbio “sempre” também não deixa dúvida de que a fidelidade a tradição não é uma coisa isolada dos pernambucanos do presente, mas algo que já era visível nos antepassados, o que reforça mais ainda a idéia de que se deve perpetuar a demonstração do que no passado, era demonstrado pelos ancestrais, como a bravura e a tenacidade diante dos obstáculos.

3.3.7. O Pioneirismo

[...] Pernambuco sempre foi pioneiro [...] Pernambuco foi quem primeiro pediu, foi quem, primeiro lutou pela independência de nossa pátria, Pernambuco foi quem primeiro bradou pela implantação do Regime Republicano Pernambuco foi quem pioneiramente se levantou no combate a ditadura de Vargas¹¹⁶ (18)

[...] Naqueles montes que cercam, pelo sudoeste, a cidade do Recife se fez presente, pela vez primeira, o sentimento de Pátria [...] (17.2)

[...] Desejo, isto sim, evocar acontecimentos históricos bem marcantes do espírito libertário da nossa gente e bem expressivos enquanto reveladores dos pioneirismos cívicos de Pernambuco [...]¹¹⁷ (19)

¹¹⁵ Idem, 21/01/1983, p. 78, fragmento do discurso do deputado Nivaldo Machado.

¹¹⁶ Idem, 27/05/1983, p. 102, fragmento do discurso do deputado Marcus Cunha.

¹¹⁷ Idem, 04/09/1981, p. 43, fragmento do discurso do deputado Barreto Guimarães.

A identidade pernambucana é uma identidade cultural do tipo regional e, portanto, os discursos sobre a personalidade dos pernambucanos passam também pela personalidade de Pernambuco enquanto região, passa pela representação espacial. Em 1983, numa das aulas do curso *História de Pernambuco*, exibida pela TV Universitária, o professor Potyguar Mattos dizia que “Pernambuco não é apenas uma expressão geográfica, mas sim um estilo brasileiro de ser, uma das matizes da nossa cultura”¹¹⁸. Para Nilo Pereira a pernambucanidade “faz de Pernambuco, em todos os tempos, uma realidade interior. Uma personalidade” (PEREIRA, 1983, p. 31).

Com relação ao “pioneirismo”, característica mais propriamente usada para se referir ao estado, embora também numa ocorrência menos, aos pernambucanos, Nilo Pereira argumenta, depois de salientar que não está armando um panegírico, ser uma marca do Pernambuco. Para ele, salva o estado “é toda uma série de pioneirismos” (PEREIRA, 1983, p. 33). No discurso dos políticos, no quadro da federação brasileira, Pernambuco foi o primeiro em praticamente tudo que contribuiu para os mais altos objetivos nacionais. Primeiro lugar onde surgiu o sentimento de pátria, onde surgiram as primeiras manifestações em prol da abolição, as primeiras manifestações em prol da independência e da república.

3.3.8. O Berço da nacionalidade

[...] ali foi o centro de onde se cimentou nossa identidade nacional [...] Olinda, berço da nacionalidade, matriz da cultura nacional, solo onde deita raízes e vocação libertária de nossa gente [...] ¹¹⁹ (20)

[...] Como representantes do povo desse Estado, berço da nacionalidade, não podemos calar a esse fato [...] ¹²⁰ (21)

[...] Ali nasceu a nacionalidade. Naqueles montes que cercam, pelo sudoeste, a cidade do Recife [...] ¹²¹ (17.3)

[...]todas as verdades históricas do mais alto relevo da região pernambucana; dito e honrado berço da nacionalidade [...] ¹²² (22)

[...] Pernambuco, berço da nacionalidade, com esta proposição irá se transformar num grande centro de estudos e pesquisa [...] ¹²³ (23)

[...] O Nordeste que ser Igual a outras regiões do País. Igual. Porque deu a Brasil a Condição de ser Nação. Porque ela aconteceu aqui [...] (24)

¹¹⁸ Diário de Pernambuco, 29/12/1983, p. B6.

¹²⁵ Anais da ALEPE, 11/03/1983, p. 259, fragmento do discurso do deputado Luis Freire.

¹²⁰ Idem, 02/05/1983, p. 61, fragmento do discurso do deputado Arthur Lima.

¹²¹ Diário de Pernambuco, 05/04/1982, p. A5, fragmento do discurso do governador Marco Maciel.

¹²² Anais da ALEPE, 19/05/1983, p. 492, fragmento do discurso do deputado Harlan Gadelha.

¹²³ Idem, 05/08/1986, p 150, fragmento do discurso do deputado José Luiz de Melo.

Fairclough considera a metáfora um dos importantes tópicos a se analisar numa estrutura textual quando o objetivo é uma análise tridimensional do discurso e “O berço da nacionalidade” é uma metáfora que passou a ser bastante utilizada no meio político pernambucano, constituindo um intertexto recorrente para referir-se a Pernambuco. A personalidade dos pernambucanos também conferiram ao estado a possibilidade o mesmo se distinguir no quadro da federação brasileira, tendo uma personalidade própria.

O berço é Pernambuco como um todo (21, 22 e 23), podendo também se estender para o Nordeste (24) quando for conveniente, como numa reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE. O local específico, dentro do estado, onde está esse berço, também depende das situações e dos interesses específicos. Pode ser a cidade do Recife ou suas cercanias (17.3) ou a cidade de Olinda (20). Essa metáfora permite a articulação dos interesses das esferas municipal (Recife e Olinda), estadual e nacional ao articular identidades municipal, estadual, regional e nacional.

3.3.9. O palco das revoluções libertárias

[...] Quando falamos em independência hoje, é necessário lembrar que o Nordeste -cada vez mais tragado por forças externas e internas - foi palco das idéias libertárias [...] ¹²⁴ (25)

[...] O Nordeste e em particular, Pernambuco foram palco de lutas memoráveis, que exigiram o sacrifício total dos nossos ascendentes [...] ¹²⁵ (26)

[...] As praias, os sítios, as colinas de Olinda serviram de palco para as lutas mais renhidas e os combates mais árdus pela expulsão do estrangeiro invasor[...] ¹²⁶. (27)

Por ter sido o local onde nasceu a pátria e que agrega pessoas dotadas de sentimentos e ideais de bravura, de patriotismo, de orgulho, de fraternidade, de fé, de fidelidade às tradições, que fizeram do estado um local pioneiro, no quadro regional e nacional, especialmente por ter sediado os principais eventos de emancipação e de libertação, Pernambuco é representado metaforicamente como “o palco das revoluções libertárias”, das “lutas memoráveis” (26) das “idéias libertárias” (25), onde ocorreram lutas “renhidas” e combates “árdus” (27). Por essa

¹²⁴ Idem, 06/09/1979, p. 99, fragmento do discurso do deputado Gilvan Sá Barreto.

¹²⁵ Idem, 05/09/1980, p. 148, fragmento do discurso do deputado Barreto Guimarães.

¹²⁶ Idem, 02/03/1982, p.40.

característica específica, não dos pernambucanos em si, mas de Pernambuco, ele tomado como o local onde foram escritas as mais belas páginas da história do Brasil e possuidor de uma vocação libertária.

3.3.10. As mais belas páginas da História do Brasil

[...] as mais belas e admiráveis páginas da história do Brasil que foram escritas pela bravura cívica pelo espírito libertário e pela vocação cristã dos nossos antepassados [...] ¹²⁷ (2)

[...] é o seu patriotismo, e pela consciência que V. Exa. tem de que os nossos ascendentes escreveram com seu próprio sangue, as mais admiráveis páginas, formação da História pátria. (11.3)

[...] Através desse significativo documento, igualmente, iniciou-se uma das páginas mais belas da história do Brasil [...] ¹²⁸ (27)

[...] em Olinda, escreveram as mais belas e as mais admiráveis paginas da formação da nacionalidade no Brasil. [...] ¹²⁹ (28)

[...] aqueles que fizeram a História do Brasil, e aqui em Guararapes, em Tabocas, escreveram as mais belas páginas que cimentaram a unidade nacional [...] ¹³⁰ (29)

Outra metáfora recorrente, reproduzida muitas vezes *ipsis literi*, outras vez com pequenas inversões na ordem das palavras no interior da frase (2 e 27) em situações diversas, era a de em que Pernambuco se teria escrito “As mais belas páginas da história do Brasil”. Embora fique claro ter sido pela índole dos pernambucanos, nos diversos episódios da História do estado, esse um atributo normalmente se refere ao estado que seria “o lugar” onde se teriam escrito as tais belas páginas, que foram escritas com o “sangue” dos seus filhos (11.3). Essas páginas são belas, mas também são “admiráveis” (2, 11.3).

O local e o momento histórico específicos, a partir dos quais se passou a escrever as tais belas páginas pode ser especificado (27, 28 e 29), ou ser simplesmente atribuída a personalidade pernambucana (2, 11.3), mas a idéia de que Pernambuco se destaca por esse atributo é mantida em todos os discursos.

3.3.11. A vocação histórica

¹²⁷ Idem, 22/04/1980, p. 454.

¹²⁸ Idem, 12/03/1979, p. 205, fragmento do discurso do deputado Antônio Correia.

¹²⁹ Idem, 11/03/1981, p. 111, fragmento do discurso do deputado Barreto Guimarães.

¹³⁰ Idem, 16/11/1981, p.190, fragmento do discurso do deputado Hugo Martins.

[...] Olinda, berço da nacionalidade, matriz da cultura nacional, solo onde deita raízes e vocação libertária de nossa gente [...] ¹³¹ (19)

[...] tem sido uma característica de Pernambuco, no processo de formação social de toda a Nação Brasileira: o irredentismo, a bravura, e uma inexcedível vocação libertária [...] Nos Guararapes forjou-se o ânimo libertário de um povo [...] ¹³² (3)

[...] Deputado Severino Cavalcanti, mais uma vez V. Exa. [...] inflamadamente denuncia as injustiças, as discriminações contra o Nordeste, com os Estados Nordestinos, especificamente, contra aquele que antigamente era considerado o Leão do Norte. Leão que hoje não ruge mais, e cujas as manifestações se resumem a tristes miados bajulatórios. Esta é a situação a que foi reduzido o Estado considerado antigamente pela sua pujança econômica, e pelas suas lutas libertárias, como “Leão do Norte” ¹³³. (27)

A “vocação histórica” ou a “vocação libertária” é tanto um atributo da “gente” pernambucana (19), quanto do próprio estado (3). A idéia de vocação é a idéia de que, no quadro nacional e, em especial no quadro da região Nordeste, Pernambuco teria uma vocação para a liderança. Essa idéia é sustentada pelo argumento de que o mesmo teria liderado, em vários momentos da história, o Nordeste, insurgindo-se, sempre que preciso, contra o centralismo do governo central. É a idéia sustentada pela antiga alcunha de “Pernambuco, o Leão do Norte” (27).

Como o deputado Severino Cavalcanti, muitos outros acreditavam nessa suposta vocação pernambucana e é por isso que apontam “injustiças” e “discriminações” do qual o estado estaria sendo vítima (27), crença que parece não seduzir muito deputados como Mansueto de Lavor, que destaca uma suposta situação de subalternidade do estado no quadro da região Nordeste, remetendo o rugido do “Leão do Norte” para os tempos de antigamente. Essa crença no destino histórico promissor do estado, junto com outros ingredientes, parecem ser usadas para fortalecer o sentimento da não-aceitação da condição de ocupar um papel subalterno, em qualquer que seja a área, no quadro da federação brasileira

3.3.12. O Ressentimento

¹⁸⁰ Idem, 11/03/1983, p. 259, fragmento do discurso do deputado Luis Freire.

¹³² Diário Oficial do Estado, Caderno Executivo, 27/07/1984, capa, fragmento do discurso do governador Roberto Magalhães.

¹³³ Anais da ALEPE, 03/12/1979, p. 386, fragmento do discurso do deputado Mansueto de Lavor.

já confirmando uma tradição na sua conduta Parlamentar, inflamadamente denuncia as injustiças, as discriminações contra o Nordeste, com os Estados Nordestinos, especificamente, contra aquele que antigamente era considerado o Leão do Norte (27)

é imperativo saldar essa dívida com a região

[...] Quando falamos em independência hoje, é necessário lembrar que o Nordeste - cada vez mais tragado por forças externas e internas - foi palco das idéias libertárias [...] Politicamente o poder central esmagou as lideranças locais coibindo-se nos seus movimentos reivindicatórios, tutelando a voz de Governadores, com os atos de nomeação; marginalizando parlamentares e reprimindo os movimentos populares de reivindicação. O poder político concentrador marginalizou a todos. (25.2)

Embora não seja exaltado, expresso claramente por palavras, colocado em evidência como os outros atributos, esse parece ser também um traço marcante, não da índole ou da personalidade pernambucana, mas dos discursos que a põem em evidência no campo político. A afirmação compulsiva de orgulho parece, no fundo, escamotear o ressentimento histórico movido pela insatisfação de o estado não possuir mais “a pujança econômica” de antigamente que lhe garantiram, pujança que, junto com outros elementos, garantiram a Pernambuco o status de “Leão do Norte” (27).

A crença de que a nação teria um débito com a região Nordeste e, mais especificamente com Pernambuco, de que ela precisaria “saldar essa dívida com a região”, por ter sido aqui onde ela nasceu, justifica a vitimização de se estar sendo alvo de “injustiças” e “discriminação” por parte do poder central que teria “esmagado as lideranças locais”, “marginalizando a todos”. Esse ressentimento parece ser, junto com outros elementos, uma das principais molas propulsoras do discurso identitário em Pernambuco durante esse período. Trata-se de uma mágoa histórica da elite local que, em momentos de reordenamento das relações com o poder central, vem novamente à tona expondo as “inflamações” (27) da “ferida de Narciso”(MELLO, 2001).

3.4. “O Nordeste quer ser igual às outras regiões do País, Igual, porque deu ao Brasil a condição de ser Nação. Porque ela aconteceu aqui”¹³⁴: usos e abusos na retórica da pernambucanidade

¹³⁴ Diário Oficial do Estado, 17/02/1979, capa, fragmento do discurso de Moura Cavalcanti na 224 reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE.

O acionamento da identidade pernambucana no discurso dos políticos está ligado a diversos fatores que incluem, inclusive a própria permanência histórica das práticas de comemorações cívicas do estado que, como já dissemos, não foram inventadas nesse período. Mas as mudanças ocorridas no país e em Pernambuco durante esses anos fizeram surgir outros motivadores. Diante da crise econômica que atingiu o país, os deputados estaduais, por exemplo, muitas vezes teciam entre si críticas ao governo nacional e ao governo do estado, alegando que o mesmo “deveria lembrar” ao governo federal porque o Nordeste, e mais especificamente Pernambuco, merecia mais atenção ou uma tratamento diferenciado. Um dos muitos exemplos é o discurso do deputado Gilvan Sá Barreto, 1979:

Quando falamos em independência hoje, é necessário lembrar que o Nordeste - cada vez mais tragado por forças externas e internas - foi palco das idéias libertárias. É preciso recordar que até as elites lutaram em defesa dos seus interesses e hoje emudecem, comprometidas e dependentes. Politicamente o poder central esmagou as lideranças locais coibindo-se nos seus movimentos reivindicatórios, tutelando a voz de Governadores, com os atos de nomeação; marginalizando parlamentares e reprimindo os movimentos populares de reivindicação. O poder político concentrador marginalizou a todos. (25)

Às vezes, os discursos de críticas assumiam posturas mais radicais, que pareciam não estar muito preocupados com a importância dos conchavos existentes entre Pernambuco e os estados vizinhos, como o formado em torno da SUDENE para barganhar com o governo federal, - mesmo que com a Superintendência em vias de sucateamento e “sem a liderança” de Pernambuco. Nesses discursos se explicitam as medidas a serem tomadas para resolver, de uma vez por todas os problemas de Pernambuco:

[...] No momento, Pernambuco, ao invés de se preocupar com si próprio, preocupa-se mais com a região na qual está inserido. Enquanto cada Estado nordestino luta, denotadamente, pelos seus interesses individuais, nós lutamos pelos interesses regionais. Essa atitude, pode, à primeira vista, parecer a mais correta, mas, na prática, revela-se um verdadeiro desastre. Perdemos tudo, para todos. Na SUDENE, há muito que Pernambuco perdeu a sua liderança [...] ¹³⁵ (32)

Essas sensibilidades no meio político, desencadeadas pelo jogo entre os interesses estadual, regional e nacional, entre outras questões, começaram a provocar mudanças na estratégia do governo do estado no seu diálogo com o governo federal. Os governadores

¹³⁵ Anais da ALEPE, 03/10/1979, p. 382, fragmento do discurso do deputado Gilvan Sá Barreto.

passaram, ao invés de enfatizar aspectos do Nordeste como um todo, como o seu subdesenvolvimento, visível em todos os estados, para sensibilizar o governo federal, a enfatizar aspectos do Nordeste que remetiam especificamente para Pernambuco e sua história, o que, de certo modo, excluía os outros estados ou os colocava num plano secundário em relação a Pernambuco, já que o motivo pelo qual a região deveria receber atenção é por algo que aconteceu no interior do estado.

[...] O Nordeste que ser Igual a outras regiões do País. Igual. Porque deu a Brasil a Condição de ser Nação. Porque ela aconteceu aqui [...] (24)

[...]É imperativo saldar essa divida social para com a Região que, de maneira tão valorosa e criativa, participou dos eventos mais decisivos da história brasileira e sempre contribuiu para a consecução dos mais altos objetivos nacionais[...]¹³⁶ (8.4)

Percebendo essas mudanças estratégicas no campo discursivo do estado, o engenheiro Walfrido Salmito Filho, Superintendente da SUDENE e, claro, defensor de sua viabilidade, argumentava que o poder central não deveria se sensibilizar somente por causa desses argumentos, que põem em evidência o que Pernambuco fez pela nação, pois outros, de natureza econômica, teriam o mesmo poder persuasivo. Em seu discurso na Assembléia Legislativa, pela qual foi convidado a palestrar, chegou a dizer que:

[...]Afinal de contas, mesmo que deixemos de lado a fato de ser o Nordeste o berço da nacionalidade brasileira, o recanto do Brasil onde a Pátria nasceu, argumentos de ordem econômica não nos faltam para que prossigamos empunhando a bandeira do tratamento preferencial e diferenciado para esta Região[...]¹³⁷ (33)

De um modo geral, quando os referenciais da identidade pernambucana são acionados nos discursos dos políticos nas mais variadas situações – em debates parlamentares na assembléia legislativa, em reuniões do conselho deliberativo da SUDENE, em solenidades mais abertas ao público como as comemorações e condecorações de Guararapes – em seus atos de linguagem, é possível perceber uma certa “planificação” discursiva, uma certa preocupação com a “orientação” do discurso, características que, segundo Maingueneau e Charaudeau (2008, p.435), são características da retórica argumentativa.

Dependendo de quem seja o político, qual seja a situação e os interesses em jogo, pode ser dada mais ênfase a uns referenciais do que a outros no que tange à personalidade

¹³⁶ Idem, 15/03/1983, fragmento 4 do discurso de posse de Magalhães.

¹³⁷ Idem, 14/10/1981, p 190, fragmento do discurso do superintendente da SUDENE.

pernambucana, o que se constitui num o uso perverso e abusivo da memória coletiva, memória que define aquilo que se rotula de pernambucanidade, nos vários sentidos que a expressão adquire dependendo do contexto. O processo seletivo dos referenciais opera um “apagamento”, silenciando ou excluindo das lembranças as situações constrangedoras que envolvem muitos dos fatos históricos que, anacronicamente, tanto se exaltam.

Se considerarmos bem o período histórico em questão, lembramos de que os ideais e/ou valores de bravura, por exemplo, associado à idéia de que Pernambuco é o “palco das revoluções libertárias”, são estratégicos de se exaltar numa sociedade marcada pela presença e valores militares em vários segmentos sociais, mesmo que em processo de abertura. O mesmo se pode dizer do patriotismo a que se associa a idéia de ter sido Pernambuco “o berço da nacionalidade”. Mesmo em processo de redemocratização, a ideologia de anos de uma ditadura civil-militar, como a do nacionalismo exacerbado, visível em slogans ufanistas como “Brasil, ame-o ou deixe-o”, não se apaga da noite para o dia. Neste sentido, exaltar o nacionalismo e remeter à precursoriedade deste sentimento aos pernambucanos é também algo bastante estratégico, especialmente no diálogo direto ou indireto com poder central.

Esse suposto traço dos pernambucanos, o patriotismo, opera o apagamento de um fato fundamental, que é interessante mesmo que não se dê visibilidade, para não ferir o tão bajulado “orgulho” de ser pernambucano. Trata-se do caráter separatista de certas revoluções nativistas que teriam garantido a Pernambuco “O pioneirismo” e ter se tornado “O palco das revoluções libertárias”, garantindo-lhe “As mais belas páginas da história do Brasil”. O fomento ao “orgulho” pernambucano e a crença na “vocação histórica”, bem como o “ressentimento” também, quando não explícitos, estão como pano de fundo em praticamente todos os discursos políticos.

A indução ao narcisismo, que promove uma verdadeira massagem no ego dos pernambucanos, levando-os a se sentirem orgulhosos de seu estado, visa levá-los, junto com a idéia de que o estado tem uma vocação histórica para a liderança, a não aceitar a suposta situação de subalternidade do estado. E essa não aceitação, esse orgulho, essa crença na vocação do estado, se juntam ao ressentimento - que se alimenta no discurso de que o estado, historicamente, não recebeu a atenção merecida do poder central - visa, por outro lado, levar os pernambucanos a se identificarem com o político que se preocupa em tratar dessas questões, tomando-o como o porta-voz dos interesses da coletividade.

A suposta “fraternidade” pernambucana - fundada nos feitos da tetrarquia restauradora, mas que, com o tempo, foi convertida numa tríade - na qual se reproduz o mito da democracia racial, atribuída a Freyre, mas que já se esboçava na produção historiográfica

do IAHPG, apaga o preconceito, a discriminação e as outras formas de violência física e simbólicas do regime escravista em Pernambuco. É na exaltação desse suposto traço que a “fraternidade dos pernambucanos” se confunde com os valores de igualdade e liberdade, e de democracia, tal como eles são concebidos segundo os moldes do regime civil-militar, legitimando os poderes instituídos e mascarando os seus mecanismos de violência.

A representação da identidade pernambucana e, especificamente de Pernambuco, através de certas construções metafóricas, como “Pernambuco, berço da nacionalidade”, “Palco das Revoluções Libertárias”, local detentor das “Mais belas páginas da História do Brasil”, ao lado da antiga alcunha de “Leão do Norte”, mais do que meras funções estéticas e cognitivas da eloquência e da oratória dos políticos, possuem uma forte função persuasiva e retórica, seja no diálogo com o poder central, entre os próprios políticos ou no diálogo com os “pernambucanos”. Segundo Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 435), os discursos políticos fazem um grande uso da metáfora para impor opiniões sem demonstrá-las. É exatamente isso que observamos, a força persuasiva destas metáforas transferem os valores a ela ligados para a proposição da aceitação do que quer que seja, anestesiando a capacidade reflexiva dos interactantes.

A “fé” como uma característica da identidade pernambucana, especialmente quando “os pernambucanos” são o alvo do discurso, pode ser um excelente recurso para auxiliar nos processos de aceitação de quem fala. A afirmação de uma certa religiosidade ou a utilização direta ou indireta de expressões do campo religioso fortalece o sentimento de identificação e pertença nos interactantes por dois caminhos ou duas comunidades possíveis, a “pernambucanidade” e a “religiosidade”, entendidas aqui como comunidades simbólicas que podem ou não se encontrar no discurso. Os próprios políticos, no caso os governadores, assumem o estado como se estivessem assumindo uma espécie de sacerdócio.

Quando põe em evidência a fé como um traço pernambucano ou quando se age como se fosse portador deste sentimento, o discurso político dos pernambucanos assume propriedades específicas do discurso religioso e, entre as quais, o seu autoritarismo¹³⁸. Esse autoritarismo, por meio do acionamento de símbolos religiosos no campo político, funciona como um elemento constrangedor de quaisquer questionamentos possíveis do discurso religioso-político, buscando garantir, através de uma semântica de pressuposições, entre as quais a de “Fidelidade às tradições”, o assujeitamento dos interactantes, levando-os a

¹³⁸ Segundo o ex-padre e analista do discurso Marcelo da Luz, que abandonou o sacerdócio após 20 anos de dedicação, o discurso religioso é um discurso autoritário que se caracteriza, entre outras coisas, pelo exercício da violência simbólica Cf LUZ (2001).

confundir os ideais da tradição com ideais de dever e subordinação, mascarados no culto ao civismo, através do qual se garante a manutenção da ordem estabelecida.

No diálogo direto ou indireto com “os pernambucanos” ou onde os mesmos são espectadores de um dado ato público, a utilização de alguns outros elementos linguísticos, tais como pronomes “nosso”, “nossa”, às vezes com um certo efeito poético produzido pelo emprego da gradação, como em “da nossa pernambucanidade, das nossas tradições, da nossa história” (4.2), também são elementos que reforçam o sentido simbólico de comunidade, contribuindo também para o acionamento o sentimento de pertença e identificação.

É interessante atentar também para o fato de que o processo de redemocratização põe fim aos cargos biônicos, estabelecendo gradualmente eleições diretas, como foi para governador em 1982. A partir daí, buscar a aceitação dos pernambucanos passa a ser uma necessidade para quem quer continuar na carreira política e ou garantir a manutenção dos seus interesses, independentemente de se ser do partido de situação, de oposição, de esquerda, de direita, e os usos abusivos da memória se oferecem como uma possibilidade de forçar os sentimentos de identificação e pertença na “comunidade” para a legitimidade de um determinado projeto político que se apresente como filiado ou herdeiro da tradição pernambucana.

Além disso, os efeitos do processo crescente de globalização, como a ação das indústrias culturais e a generalização das práticas de afirmação da identidade local, também visíveis no estado, junto com outros elementos, são fortes motivadores para os usos e abusos da identidade pernambucana no meio político. Se pensamos no que representou para a elite política do estado, em termos de visibilidade, a nível regional, nacional e mundial, a elevação de elevação de Olinda Patrimônio Nacional e Mundial, passamos também a entender parte significativa dos discursos identitários. As atenções voltadas para Pernambuco eram uma oportunidade que não podia ser perdida para tentar curar as feridas do passado, causadas pelo alegado descaso do governo central.

O que percebemos é que as representações da pernambucanidade no discurso dos políticos trazem escamoteados, no seu bojo, interesses de barganha, manipulação, dominação simbólica e abusos constantes de poder. Essas representações têm como pano de fundo diversos interesses em jogo, interesses que precisam ser compreendidos, mas que só podem sê-los quando se olha com atenção as diversas estratégias por trás de cada peça do complexo tabuleiro político. Somente desse modo, atentando para as jogadas, podemos compreender os usos e os abusos da pernambucanidade e os sentidos por trás da “pernambucanidade na sua expressão representativamente política”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer história, dizia Vavy Pacheco Borges (1989), não é estabelecer certezas, mas reduzir o campo das incertezas é traçar um feixe de probabilidades. Por isso, “possivelmente”, “parece ser”, “é possível que”, “são indícios de” – ao lado de “entre outras coisas”, para evitar atribuir causa única a um determinado acontecimento – são algumas das expressões recorrentes constitutivas do repertório da nossa narrativa e da nossa análise. Não podemos dizer que, na trajetória da escrita, não construímos certezas, pois, diante da impossibilidade de pendurar-se no vazio, foi necessário cimentar a base de patamares provisórios, de pisos efêmeros a partir dos quais uma história pudesse se assentar.

Nosso trabalho buscou estudar as representações da identidade pernambucana no discurso dos políticos do estado, com ênfase no discurso dos governadores e deputados estaduais, do período compreendido entre 1979 e 1986. Para isso, foi preciso mapear os locais onde esses discursos circulavam e onde eram arquivados, o que nos colocou em contato com os Cadernos Executivo e Legislativo do Diário Oficial do Estado e com as Atas dos Anais da Assembléia Legislativa de Pernambuco. À primeira vista esses documentos pareciam inviáveis, devido ao indiscutível número reduzido de seus leitores, mas a percepção de que eles registravam situações onde os políticos interagiam com o público, com outros políticos e com representantes do governo federal abriram novos horizontes.

Para não se escravizar pela versão oficial, as situações descritas pela mesma precisaram ser confrontadas com periódicos não oficiais, como o Jornal Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio, especialmente em colunas de política, cultura e economia. Cruzando informações desses documentos, entramos um multiverso histórico constituído por sucessivas camadas de representações, formada por diversas perspectivas, diversas versões, sobre sujeitos, instituições, experiências, valores, crenças, saberes, onde nos focamos nos usos da identidade pernambucana no interior do discurso dos políticos do estado e nas práticas relacionadas direta ou indiretamente com esses usos. A impossibilidade de apreender todo esse multiverso, ao longo de três anos de pesquisa, levou-nos a operar diversos recortes em seu tecido – do tema à quantidade de documentos a utilizar – e, para clarear a trama, operar em seguida sucessivas emendas, através de costuras, de laçadas, de chuleados.

Ao invés do “referente fixo” dos acontecimentos históricos da época, os documentos nos deram diversos pontos de vista sobre os fatos do período, tornando esse referente deslizante, escorregadio, visgoso, só efemeramente palpável através do cruzamento de fontes.

Mas que, mesmo assim, nos permitiram apanhar, dentro da rede formulações históricas, esse passado recente ainda pouco abordado da nossa história, permitindo-nos historiá-lo. Passado que nos permitiu perceber que a identidade pernambucana, visivelmente adormecida ou esmaecida depois que inventaram o Nordeste, foi compulsivamente acionada no campo político e cultural do estado, durante o nosso período.

Às razões pela qual a identidade pernambucana era tradicionalmente acionada no campo político, como nas comemorações cívicas, juntaram-se outras, como a percepção do descaso para com a SUDENE por parte dos governos militares, a crise econômica nacional e os efeitos dos processos de globalização, fazendo com que a afirmação da mesma se transformasse numa moda. Misturando estrategicamente ideais de “patriotismo” e “bravura”, valorizados no regime militar, a primeira está ligada ao reordenamento do discurso do governo local com o governo federal, fazendo com que se buscasse a atenção deste através do argumento, segundo o qual a nação teria um débito com o estado pelo fato de a pátria “ter nascido aqui”, ao invés do argumento de que a atenção é merecida pelo “subdesenvolvimento do Nordeste”. A segunda só fez reforçar ainda mais esse reordenamento retórico, inflamando o ressentimento vitimizador, segundo o qual Pernambuco sempre foi “injustiçado” por não ter reconhecido o que fez pela nação. E a terceira, a que se ligam as ações das indústrias culturais e a elevação de Olinda a Patrimônio Nacional e Mundial, fazendo do estado o centro das atenções, constituiu-se numa situação estratégica para “relembrar” ao centro do poder o que o estado supostamente fez pela Pátria.

A crise econômica nacional fez ainda com que o governo do estado e diversos setores da sociedade pernambucana tivesse uma preocupação maior com o turismo como uma forma de superar os efeitos da crise e promover o desenvolvimento do estado. Essa atenção ao turismo culminou, nos meios políticos e em outros meios, numa multiplicação compulsiva de discursos preocupados em definir, em caracterizar, o que o estado possuía de “atrativo” em termo de monumentos históricos, manifestações populares tradicionais, entre outros elementos. Além disso, a necessidade de ter o consentimento popular para permanecer no poder, diante do processo de abertura e redemocratização, leva os políticos a fazerem usos abusivos da memória e identidade pernambucana como instrumentos capazes de propiciar a identificação e garantir a legitimação de seus projetos políticos. Os interesses de barganha, a manipulação, a dominação simbólica e abusos de poder são as verdadeiras intenções por trás da retórica da pernambucanidade.

Mais de duas décadas se passaram e muita coisa mudou, a conjuntura é outra, os interesses e os seus autores são outros, mas os discursos e as práticas, políticas ou não, que

colocam a identidade pernambucana em questão, não desapareceram. Em 2010, o então presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, o Lula, através da Lei 12.286 de 13 de julho de 2010 decretou que em 27 de janeiro de cada ano, a cidade de Olinda será reconhecida, durante esse dia, como a “Capital Simbólica do Brasil” e que a cada cinquenta anos, durante as comemorações da Restauração Pernambucana e Nordestina, o Prefeito de Olinda e sua Câmara de Vereadores receberão os títulos simbólicos de “Prefeito e Câmara de Vereadores Mor do Brasil”.

Mas essas recorrências recentes à tradição não param por aí. Passando pelas estradas de Pernambuco podemos encontrar, por exemplo, cruzando uma delas, uma placa recente logo na entrada da cidade de Jaboatão dos Guararapes com a frase “A Pátria nasceu aqui”. Na campanha em que disputava a reeleição, veiculada pela propaganda eleitoral televisiva obrigatória, e visando chamar a atenção dos telespectadores para a suposta “vocação histórica” do estado, o qual se propunha a dar continuidade, o governador Eduardo Campos fazia menção a Pernambuco como “Pernambuco da Restauração Pernambucana” e “das Batalhas de Guararapes”, retomando, no diálogo com os pernambucanos, o velho discurso da pernambucanidade, que passou a ser atualizado também na retomada das práticas teatrais de condecoração da Ordem do Mérito dos Guararapes.

Ao mesmo tempo em que assistimos fatos como esses, outros, ligados a eles ou não, parecem contribuir para que a identidade pernambucana não caia no esquecimento. O Galo da Madrugada entrou para o recorde de Maior Bloco de Carnaval do planeta e o frevo foi elevado a Patrimônio Imaterial Nacional; circulam, pela internet, correntes com textos jocosos contendo expressões do que se tem chamado de “pernambuquês”. Também, recentemente, Iapechino e Gomes (2008) demonstraram a manipulação de referenciais identitários do estado pelas empresas Vitarela e Brilux. Aliás, esse abuso das empresas tem sido fomentado por outras, que levam a sério os lucros que a tradição modernizada pode render, como a TGI Consultoria em Gestão que, ao invés de buscar “renovar” a pernambucanidade, como foi proposto pelos intelectuais pernambucanos, resolveu insistir no “resgate”, dessa vez camuflando o mito da suposta “vocação para a liderança” que o estado teria no rótulo de “afortunado”.

O que vem a ser a pernambucanidade no discurso dos políticos? Depende. Apesar das regularidades observáveis num grupo de discursos de um dado período, a resposta não pode deixar de levar em consideração os *lugares sociais*, de que fala Certeau (2002), e nem pode ser trans-histórica, mas historicamente localizada. Em um dos seus discursos em 1982, o deputado Barreto Guimarães chegou dizer:

[...] nós temos estimulado o sentimento de pernambucanidade tão bem definido pelo nosso mestre, o grande escritor que sabe ser Nilo Pereira, aqui presente, pernambucanidade como prova de altivez dos pernambucanos; pernambucanidade com amor às liberdades; pernambucanidade como veneração e respeito à dignidade da pessoa humana; pernambucanidade como respeito e culto às melhores tradições culturais cívicas e libertárias do povo pernambucano¹³⁹.

Tentando ser mais sintético, mas sem se desconectar da mesma ordem, o deputado Joel Holanda defendeu:

[...] Pernambucanidade vem a ser então, como define o próprio Nilo Pereira, “um grito da nacionalidade, um compromisso para com o Brasil”[...]¹⁴⁰

Como vimos, apesar de pertencer ao campo da “longa duração” no quadro das “permanências” históricas, a identidade pernambucana ou a pernambucanidade, no discurso dos políticos, não pode ser definida em termos de universais. Os discursos sobre a mesma são permeados pelas permanências de outros tempos, mas são também dilacerados pelas rupturas do momento histórico em que são enunciados, o que fazem deles, apesar dos efeitos da interdiscursividade, outros discursos, que necessitam ser abordados na sua especificidade. E foi essa especificidade que buscamos abordar, visando mergulhar um pouco mais nas práticas que nos tornam brasileiros, nordestinos e, em particular, pernambucanos. Práticas que construíram dadas representações, como as representações da pernambucanidade no discurso dos políticos pernambucanos, cujo conteúdo possui uma relação tão forte e inseparável com o mito-fundador de Guararapes, que poderia ser sintetizado na frase de Nilo Pereira, segundo a qual, “De Guararapes veio tudo”.

¹³⁹ Anais da ALEPE, 13/05/1982, p. 198, fragmento do discurso de Barreto Guimarães.

¹⁴⁰ Idem, 30/09/1983, p. 117, fragmento do discurso do deputado Joel Holanda.

REFERÊNCIAS

1. FONTES

DIARIO DE PERNAMBUCO

Recife, 1980, 1982, 1983, 1984, 1985.

Acervo: APEJE, FUDAJ, Acervo Digital do Diario de Pernambuco

JORNAL DO COMMERCIO

Recife, 1981, 1982, 1983, 1986.

Acervo: APEJE e FUNDAJ

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Recife, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986.

Acervo: APEJE, Acervo Digital do Diário Oficial - CEPE

ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Recife, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986.

Acervo: Acervo histórico da ALEPE, Acervo digital da ALEPE.

OBRA DO PERÍODO

PEREIRA, Nilo. **Pernambucanidade**: alguns aspectos históricos (3 vols.). Recife, Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, 1983.

2. TESES, DISSERTAÇÕES E MONOGRAFIAS

AMARAL JUNIOR, Aécio da Silva. **O Cativo da Memória**: o imaginário da pernambucanidade no discurso dos governadores, 1983-1998. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Recife, CFCH-UFPE, 2000.

AQUINO, Laura Christina Mello de. **SUDENE**: a utopia de Celso Furtado. Tese de doutorado (Doutorado em História), Recife, CFCH-UFPE, 2004.

CARVALHO, Fernanda Ferrário. **Da esperança à Crise**: a experiência das políticas regionais no Nordeste. Dissertação de mestrado (Mestrado em Desenvolvimento econômico, espaço e meio-ambiente) Campinas, Unicamp, 2001.

COSTA FILHO, Alcebíades. **A Geração de Crispim**: um estudo sobre a constituição histórica da piauensidade. Tese de doutorado (Doutorado em História), Niterói, UFF, 2010.

SILVA, Leandro Patricio da. **Entre a História e o Folclore**: representações imagético-discursivas da pernambucanidade. Monografia (Monografia de conclusão em História), DLCH, UFRPE, 2009.

MIGUEL, Luis Felipe. **Em busca da harmonia perdida**: mito e discurso político (uma análise a partir da campanha eleitoral brasileira de 1994). Tese de doutorado (Doutorado em Sociologia), Campinas, IFCH, 1997.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Intrepida ab origine**: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a construção da história local - 1905/1930. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Sociologia), Paraíba, UFPB, 1994.

SOARES, Rudson Pinheiro. **Inserção da Rede Globo no mercado de televisão pernambucana**. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Recife, CAC-UFPE, 2007.

3. LIVROS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e outras Artes**. São Paulo, Cortez, Recife, Massangana, 1999.

_____. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru, SP, Edusc, 2007.

_____. **Nos Destinos de Fronteira**: história, espaços e identidade regional. Recife, Edições Bagaço, 2008.

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde. **A construção da verdade autoritária**. Humanitas FFLCH/USP, 2001, p. 38.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP, EDUSC, 2005, p. 317.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Pernambuco Imortal**. V. 13. A História atual. Fascículo do Jornal do Commercio, Recife, 1995.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Mitologia da mineiridade**. São Paulo: editora Brasiliense, 1990.

BALANDIER, George. **O Poder em cena**. Brasília, Editora UNB, 1982, p 21

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: Entrevista a Benedeto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros, Jorge ZAHAR Editor, Rio de Janeiro, 2005

BERNARDES, Denis. **O caranguejo e o viaduto**. Editora Universitária da UFPE, Recife, 1996, p.99.

BORGES, Vavy Pacheco Broges. **O que é história**. 14ª ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa : DIFEL, 1989.

BRANDÃO, Maria Helena. **Introdução a análise do discurso**. 6ª ed. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 1997.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

_____. **Variedades da História Cultural**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo, Edusp, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion e MAUAD, Ana Maria. **História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e Ronaldo Vainfas (org) **Domínios Da História: ensaios de teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. Editora Paz e Terra S/A, São Paulo, SP, 2008.

CASTORIADIS, Cornélius. **A instituição imaginária da sociedade**. Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

CAVALCANTI, Carlos André e CUNHA, Francisco Carneiro da. **Pernambuco afortunado**. Editora INTG, Recife, 2006, p. 47

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2002.

CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo, Editora Contexto, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Editora contexto, São Paulo, 2008.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2ª ed. Portugal, Ed. DIFEL, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Mito-fundador e sociedade autoritária**. Editora Perseu Abramo, 2000.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil - 1964-1985**. Rio de Janeiro, Record, 1998.

D'OLIVEIRA, Fernanda. **Nilo Pereira**: a raça de um homem múltiplo. Recife, Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001.

DJIK, Teu A. Van. **Discurso e Poder**. Editora Contexto, São Paulo, 2008.

DUBAR, Claude. *A Crise das Identidades. A interpretação de uma mutação*, Porto: Edições Afrontamento, 2006.

FAIRCLOUGH, Normam. **Discurso e mudança social**. Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERNANDES, Claudemar Alves e SANTOS, João Bosco Cabral dos (orgs.). **Análise do Discurso**: Unidade e Dispersão. Uberlândia, Entremeios, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo, SP, Loyola, 1998.

_____. **Arqueologia do Saber**. 6ª ed. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2000.

_____. **O que é um autor?** Lisboa, Vega, 1992.

FREYRE, Gilberto. **Manifesto regionalista**. 7ª. ed. Recife, FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2002.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Companhias das Letras, São Paulo, 1987.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de família**, São Paulo, Edusp, 1993.

MAGALHÃES, Roberto. **Afirmção de Pernambucanidade**. Recife, Editora Especial Ltda, 1986.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. 3ª ed. Campinas, Pontes, 1997.

MARIANO, Agnes Francine de Carvalho. **A invenção da baianidade**. São Paulo: Editora Annablume, 2009.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio**: o imaginário da Restauração Pernambucana. Alameda Casa Editorial, 3ª ed., São Paulo, 2008.

_____. **A Feridade Narciso**. Ensaios de História Regional. Editora Senac, São Paulo, 2001.

MELLO, Frederico Pernambucano de; ARAGÃO, Creusa (Org.) **Nilo Pereira**. Tempo e circunstância, Recife, Fundaj, ed. Massangana, 2001.

MIGUEL, Luís Felipe. **Mito e discurso político**. Uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994, Campinas, Unicamp, 2000.

MORAES, Maria Thereza Didier. **Emblemas da sagração armorial**: Ariano Suassuna e o Movimento Armorial, 1970-1976, Editora universitária da UFPE, Recife, 2000.

OLIVEIRA, Carla Mary S. e MEDEIROS, Ricardo Pinto de (Orgs.). **Novos olhares sobre as capitanias do Norte do Estado do Brasil**. Editora universitária UFPB, João Pessoa, 2007.

ORLANDI, Eni. Pulcinelli. **Gestos da Leitura**: da História no Discurso. Campinas, Editora da Unicamp, 1994.

PEREIRA, Geraldo. **Nilo Pereira revisitado**: uma biografia reduzida. Ciência & Trópico, Recife, v.29, n.1, p. 205-218, 2001.

PEREIRA, Nilo de Oliveira. **Pernambucanidade**: alguns aspectos históricos (3 vol.). Recife: Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, 1983.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuições à semântica dos tempos históricos. Contraponto, Editora PUC Rio. Rio de Janeiro, 2006.

LUZ, Marcelo da. **Onde a Religião termina?** Paraná, Editares Editora, 2011.

REZENDE, Antônio Paulo (org.). **Pernambucanidade**: o desafio de renovar-se. Recife, TGI, 1997.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Editora da Unicamp, São Paulo, Campinas, 2008.

ROBIN, Régine. **História e linguística**. São Paulo, Cultrix, 1977.

SARAMAGO, José. **O homem duplicado**. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil -1870-1930. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

4. ARTIGOS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **A moldura das nacionalidades**: a construção imaginária da nação brasileira no século XX. In: http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/segunda_remissa/Brasil500.pdf
Acesso em 05/03/2011

_____. **Nos Destinos de Fronteira**: a invenção do Nordeste- a produção imagético-discursiva de um espaço regional. Raízes. Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Campina Grande, v. 12, p. 139-146, 1996

_____. **O Objeto em Fuga:** algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 10/17, p. 55-67, 2008.

AMARAL JUNIOR, Aécio da Silva. **Relações perigosas:** o imaginário freyriano no discurso governamental. *Revista Tempo Social*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 163-186, 2002.

BERNARDES, Denis. **Não existe cultura pernambucana.** Recife, texto apresentado na Semana da Cultura Pernambucana, 1988.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação.** *Estudos avançados*, 11/05/1991

FALCON, Francisco. **A identidade do historiador.** Recife, texto apresentado no XVIII Simpósio da ANPUH, 1995.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Análise do Discurso no Brasil:** notas à sua história. In: FERNANDES, Cleudemar Alves e SANTOS, João Bosco Cabral (Orgs.) **Percursos da Análise do Discurso no Brasil.** São Paulo, Claraluz, 2007.

GUILLEN, Isabel C. M. **Maracatus-nação entre os modernistas e a tradição:** discutindo mediações culturais no Recife dos anos de 1930 e 1940. *CLIO - Série Arqueológica (UFPE)*, Recife, v. 01, n. 21, p. 107-135, 2003.

GUILLEN, Isabel C. M.; LIMA, Ivaldo Marciano de França. **Os maracatus-nação do Recife e a espetacularização da cultura popular (1960-1990).** *Saeculum (UFPB)*, v. 14, p. 183-198, 2006

IAPECHINO, Mari Noeli Kiehl e GOMES, Valéria Severina. **Teto/discurso fundador versus texto/discurso modificado:** a representação da identidade pernambucana na linguagem publicitária. *Revista Encontros de Vista*, v. 1, p. 1-20, 2008.

IWATA, Nara Pinto. **A construção da imagem turística da orla marítima carioca.**

MARINS, Paulo Cesar Garcez. **O parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista.** *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 6/7. p. 9-36, 1999

MURILO, Luis Felipe Rosado. **Uma proposta de interface entre dois domínios de análise de discurso:** a linha Francesa e sua relação com a teoria crítica do discurso. *Ao Pé da Letra*, UFPE, v. 5, p. 77-83, 2003.

NARVAZ, Martha Giurdice, NARDI, Henrique Caetano e MORALES, Blanca. **Nas tramas do discurso:** a abordagem discursiva de Michel Pêcheux e de Michel Foucault. *Revista de Psicologia Política*. Vol. 6, Nº 12, 2006.

NOGUEIRA, Conceição. **Análise do Discurso.** In: ALMEIDA, L. e FERNANDES, E. (Orgs.) **Métodos e técnicas de avaliação:** novos contributos para a prática e investigação. CIED-UM, Braga, 2001.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História:** a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, Departamento de História da PUC São Paulo, São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, Francisco Barbosa de e OLIVEIRA FILHO, Pedro de. **Nas tramas do discurso:** o papel do livro didático de História na fabricação da identidade pernambucana. Anais do XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, Maceió, 2009.

PARRON, Tamis. **A Cara e a coroa:** herança dos militares tem altos e baixos. Revista Aventuras na História, São Paulo, v. único, s/nº, ed. de colecionador, ed. Abril, 2008. p. 76-79.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. **Análise Crítica do Discurso:** uma proposta para análise crítica da linguagem. IX Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 2005.

SILVA, Giselda Brito. **História e linguística:** algumas reflexões em torno das propostas que aproximam a História da Análise do Discurso. Saeculum (UFPB), Editora da UFPB, v. n. 11, p. 28-41, 2004.

_____. **Reflexões metodológicas sobre o uso da Análise do Discurso nos estudos da História Política e Cultural.** In: SBPH, Rio de Janeiro. Anais da SBPH. Curitiba, 2005. v. 1. p. 91-97

SIQUEIRA, Antonio Jorge de. **Nação e Região:** os discursos fundadores. Caderno de Estudos Sociais (FUNDAJ), v. 19, p. 247-268, 2003.